

Aos nossos leitores e leitoras

Graça e paz!

Iniciaremos, em 28 de junho, o Ano Paulino, convocado por Bento XVI para celebrar o jubileu de 2 mil anos do nascimento do apóstolo Paulo. Temos atualmente desafios que se assemelham aos existentes na época do apóstolo dos pagãos, e a maneira como ele os enfrentou pode nos servir de inspiração. Com efeito, constatamos na Igreja a necessidade de novo impulso missionário, de renovação da paróquia e de toda a instituição; a cultura se transforma; a teologia dá sinais de cansaço e precisa renovar-se; a Conferência de Aparecida nos instiga a ser autênticos discípulos e missionários.

Assistimos não só a um processo de descristianização da sociedade, mas também a uma espécie de repaganização do mundo por meio do relativismo, do culto aos ídolos do ter, do prazer e do poder, da negação do transcendente e da conseqüente secularização, da falta de sentido e de esperança, da barbárie das injustiças sociais, entre outras. A Igreja sente-se chamada a ir em missão não apenas a lugares aonde o evangelho ainda não chegou, mas também a lugares onde está estabelecida há séculos. Podemos aprender com Paulo, com seu método missionário, seu entusiasmo e energia, indo ao encontro das pessoas nos novos aréopagos e não nos limitando às estruturas tradicionais.

A Conferência de Aparecida nos aponta a necessidade de renovar a paróquia, e, na Igreja em geral, constata-se a necessidade de renovar, além disso, todas as estruturas, para torná-las mais ágeis, mais adaptadas

aos nossos tempos. Nesse ponto muito nos pode ajudar o modelo deixado por São Paulo ao criar novas comunidades e redes de comunidades. A estrutura paroquial é pesada e, portanto, não favorece a mobilidade. Compare-se, por exemplo, a facilidade e rapidez com que são abertas comunidades de novas denominações religiosas com a dificuldade de abrir novas paróquias, em sua complexidade e exigências de recursos humanos e financeiros.

Paulo é o primeiro e maior teólogo de todos os tempos, segundo James Dunn, que o estuda há mais de 40 anos. Com sua reflexão teológica e conhecimento das diferentes culturas, o apóstolo conseguia tornar significativo o evangelho na realidade dos diversos lugares aonde levou o cristianismo. Nas suas cartas, vemos que ele relacionava bem a fé cristã com as situações próximas das pessoas e da cultura de cada um. Somos convidados, como Paulo foi, a deixar-nos contagiar radicalmente pela dupla chama de amor a Deus e às pessoas de todas as nações, procurando conhecer as diversas culturas, “examinando tudo e ficando com o que é bom”, a fim de encontrarmos entradas para a inculturação do evangelho nas novas realidades e agirmos para transformá-las a partir de dentro, como ele fazia.

Vida Pastoral, revista criada pelo Bem-aventurado Tiago Alberione sob inspiração de São Paulo, abre o Ano Paulino com uma edição especial dedicada a essa temática e, no decurso do ano, procurará publicar outros artigos que nos ajudem a melhor conhecer e amar o apóstolo dos pagãos, como nos pede Bento XVI.

Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editora PIA SOCIEDADE DE SÃO PAULO

Diretor Pe. Claudiano Avelino dos Santos

Editor Jakson F. de Alencar – MTB MG08279JP

Equipe de redação Pe. Claudiano A. dos Santos, Pe. Darci Luiz Marin, Pe. José Bortolini, Pe. Paulo Bazaglia, Jakson F. de Alencar

Editoração PAULUS

Redação vidapastoral@paulus.com.br
© PAULUS - São Paulo (Brasil) • ISSN 0507-7184

ASSINATURAS assinaturas@paulus.com.br
(11) 3789.4000 • FAX: 3789.4004
Cx. Postal 2534 • CEP 01060-970 • São Paulo/SP

12570-000 - APARECIDA/SP
Centro de Apoio aos Romeiros - Lojas 44,45,78,79
T.: (12) 3104.1145 • aparecida@paulus.com.br

49010-000 - ARACAJU/SE
Rua Laranjeiras, 319 • T.: (79) 3211.2927
aracaju@paulus.com.br

66019-100 - BELÉM/PA
Rua 28 de setembro, 61 - Campina • T.: (91) 3212.1195
belem@paulus.com.br

30160-906 - BELO HORIZONTE/MG
Rua da Bahia, 1136 - Ed. Arcângelo Maleta
T.: (31) 3274.3299 • bh@paulus.com.br

70304-900 - BRASÍLIA/DF
SCS - Q.1 - Bloco I - Edifício Central - Loja 15 - Asa Sul
T.: (61) 3225.9847 • brasilia@paulus.com.br

13015-002 - CAMPINAS/SP
Rua Barão de Jaguara, 1163 • T.: (19) 3231.5866
campinas@paulus.com.br

79002-200 - CAMPO GRANDE/MS
Av. Calógeras, 2405 - Centro • T.: (67) 3382.3251
campogrande@paulus.com.br

95001-970 - CAXIAS DO SUL/RS
Av. Júlio de Castilho, 2029 • T.: (54) 3221.7797
caxias@paulus.com.br

32315-000 - CONTAGEM - MG
Av. João César de Oliveira, 2705 - Loja 1 - Eldorado
Tel: (31) 3391-6471 - (31) 3396-0378
E-mail: contagem@paulus.com.br

78005-820 - CUIABÁ/MT
Rua Antônio Maria Coelho, 180 • T.: (65) 3623.0207
cuiaba@paulus.com.br

80010-030 - CURITIBA/PR
Pça. Rui Barbosa, 599 • T.: (41) 3223.6652
curitiba@paulus.com.br

88010-030 - FLORIANÓPOLIS/SC
Rua Jerônimo Coelho, 119 • T.: (48) 3223.6567
florianopolis@paulus.com.br

60025-130 - FORTALEZA/CE
Rua Floriano Peixoto, 523 • T.: (85) 3252.4201
fortaleza@paulus.com.br

74023-030 - GOIÂNIA/GO
Rua Seis, 201 - Centro • T.: (62) 3223.6860
goiania@paulus.com.br

58010-670 - JOÃO PESSOA/PB
Praça Dom Aauto, S/N - Junto à Cúria - Centro
T.: (83) 3221.5108 • joaopessoa@paulus.com.br

36016-311 - JUIZ DE FORA/MG
Av. Barão do Rio Branco, 2590 • T.: (32) 3215.2160
juizdefora@paulus.com.br

59012-390 - NATAL/RN
Rua Cel. Cascudo, 333 - Cidade Alta • T.: (84) 3211.7514
natal@paulus.com.br

90010-090 - PORTO ALEGRE/RS
Rua Dr. José Montauray, 155 - Centro • T.: (51) 3227.7313
portoalegre@paulus.com.br

50020-000 - RECIFE/PE
Av. Dantas Barreto, 1000 B • T.: (81) 3224.9637
recife@paulus.com.br

14015-040 - RIBEIRÃO PRETO/SP
Rua São Sebastião, 621 • T.: (16) 3610.9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

20031-145 - RIO DE JANEIRO/RJ
Rua México, 111-B • T.: (21) 2240.1303
riodejaneiro@paulus.com.br

40060-001 - SALVADOR/BA
Av. 7 de Setembro, 80 - Rel. de S. Pedro • T.: (71) 3321.4446
salvador@paulus.com.br

09015-200 - SANTO ANDRÉ/SP
Rua Campos Sales, 255 • T.: (11) 4992.0623
stoandre@paulus.com.br

65020-450 - SÃO LUIS/MA
Rua da Paz, 121 - Centro - T.: (98) 3231.2665
saoluis@paulus.com.br

15015-110 - SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
Rua XV de Novembro, 2826 • T.: (17) 3233.5188
riopreto@paulus.com.br

29010-120 - VITÓRIA/ES
Rua Duque de Caxias, 121 • T.: (27) 3323.0116
vitoria@paulus.com.br

PAULUS EM SÃO PAULO

01001-000 - PRAÇA DA SÉ
Praça da Sé, 180 • T.: (11) 3105.0030
pracase@paulus.com.br

05576-200 - RAPOSO TAVARES
Via Raposo Tavares, Km 18,5 • T.: (11) 3789.4005
raposotavares@paulus.com.br

01060-970 - ASSINATURAS / DISTRIBUIÇÃO
Via Raposo Tavares, Km 18,5
caixa postal 2534 • São Paulo/SP
T.: (11) 3789.4000 • Fax: 3789.4004 • assinaturas@paulus.com.br

04117-040 - VILA MARIANA
Rua Dr. Pinto Ferraz, 207 - Metrô Vila Mariana
T.: (11) 5549.1582 • vilamariana@paulus.com.br

ANÚNCIO PAPAL DO ANO PAULINO

Homilia de Bento XVI na solenidade em que o Ano Paulino foi convocado, dia 28 de junho de 2007, na Basílica de São Paulo Fora dos Muros

*Senhores Cardeais,
Venerados Irmãos no Episcopado
e no Sacerdócio,
Queridos irmãos e irmãs!*

Nestas Primeiras Vésperas da Solenidade dos Santos Pedro e Paulo fazemos grata memória desses dois Apóstolos, cujo sangue, juntamente com o de muitas outras testemunhas do Evangelho, tornou fecunda a Igreja de Roma. Na sua recordação, estou feliz por saudar todos vós, queridos irmãos e irmãs, a começar pelo Senhor Cardeal Arcipreste e demais Cardeais e Bispos presentes, o Senhor Abade e a Comunidade beneditina a quem está confiada esta basílica, os eclesiásticos, as religiosas, os religiosos e os fiéis leigos aqui reunidos. Dirijo uma saudação especial à Delegação do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, que retribui a presença da Delegação da Santa Sé em Istambul, por ocasião da festa de Santo André. Como tive a oportunidade de dizer há alguns dias, estes encontros e iniciativas não constituem simplesmente um intercâmbio de cortesias entre Igrejas, mas querem exprimir o compromisso comum de fazer todo o possível para apressar o tempo da plena comunhão entre o Oriente e o Ocidente cristãos. Com estes sentimentos, dirijo-me deferentemente aos Metropolitas Emanuel e Gennadios, enviados pelo querido Irmão Bartolomeu I, a quem transmito um pensamento agradecido e cordial. Esta basílica, que viu eventos de profundo significado ecumênico, recorda-nos como é importante orar juntos para implorar o dom da unidade, aquela unidade pela qual São Pedro

e São Paulo consumaram a sua existência até o supremo sacrifício do sangue.

Uma tradição antiquíssima, que remonta aos tempos apostólicos, narra que exatamente a pouca distância deste lugar aconteceu o último encontro entre eles, antes do martírio: os dois ter-se-iam abraçado, abençoando-se reciprocamente. E sobre a porta principal desta basílica eles estão representados em conjunto, com as cenas do martírio de ambos. Desde o início, portanto, a tradição cristã considerou Pedro e Paulo inseparáveis um do outro, embora cada um tenha tido uma missão diferente a cumprir: Pedro, em primeiro lugar, confessou a fé em Cristo, e Paulo obteve o dom de poder aprofundar a sua riqueza. Pedro fundou a primeira comunidade dos cristãos provenientes do povo eleito, e Paulo tornou-se o Apóstolo dos pagãos. Com carismas diversos trabalharam por uma única causa: a construção da Igreja de Cristo. No Ofício das Leituras, a liturgia oferece à nossa meditação este notável texto de Santo Agostinho: “Um só dia é consagrado à festa dos dois apóstolos. Mas também eles eram um só. Embora tenham sido martirizados em dias diferentes, eram um só. Pedro precedeu, Paulo seguiu... Celebramos pois este dia de festa, consagrado a nós pelo sangue dos apóstolos” (*Discurso* 295,7.8). E São Leão Magno comenta: “Dos seus méritos e das suas virtudes, superiores a quanto se possa dizer, nada devemos pensar que os oponha, nada que os divida, porque a eleição os tornou semelhantes, a fadiga e o final, iguais” (*In Natali Apostol.*, 69,6-7).

Em Roma o vínculo que une Pedro a Paulo na missão assumiu desde os primeiros séculos

um significado muito específico. Como os míticos irmãos Rômulo e Remo, aos quais se faz remontar o nascimento de Roma, assim Pedro e Paulo foram considerados os fundadores da Igreja de Roma. A este propósito, São Leão Magno disse, dirigindo-se à Cidade: “Estes são os teus santos padroeiros, os teus verdadeiros pastores, que, para te fazer digna do reino dos céus, edificaram muito melhor e mais felizmente do que os que atuaram ao lançar os primeiros fundamentos dos teus muros” (*Homília* 82,7). Por mais diferentes que humanamente sejam um do outro, e embora a relação entre eles não fosse isenta de tensões, Pedro e Paulo aparecem, contudo, como os iniciadores de uma nova cidade, como concretização de um modo novo e autêntico de ser irmãos, tornando possível pelo Evangelho de Jesus Cristo. Por isso, poder-se-ia dizer que hoje a Igreja de Roma celebra o dia do seu nascimento, já que os dois Apóstolos lançaram os seus fundamentos. Além disso, hoje Roma compreende com maior consciência qual é a sua missão e a sua grandeza. São João Crisóstomo escreve que “o céu não é tão esplêndido, quando o sol difunde os seus raios, quanto a cidade de Roma, que irradia o esplendor daquelas chamas ardentes (Pedro e Paulo) pelo mundo inteiro... Este é o motivo pelo qual amamos esta cidade... por estas duas colunas da Igreja” (*Comm. a Rm* 32).

Do Apóstolo Pedro faremos memória particularmente amanhã, ao celebrarmos o divino Sacrifício na Basílica Vaticana, edificada sobre o lugar onde ele sofreu o martírio. Nesta tarde, o nosso olhar dirige-se para São Paulo, cujas relíquias são conservadas com grande veneração nesta basílica. No início da Carta aos Romanos, como há pouco ouvimos, ele saúda a comunidade de Roma, apresentando-se como “servo de Cristo Jesus, apóstolo por vocação” (1,1). Utiliza o termo servo, em grego *doulos*, que indica uma relação de total e incondicionada pertença a Jesus, o Senhor, e que traduz do hebraico *'ebed*, aludindo assim aos grandes servos que Deus escolheu e chamou para uma missão importante e específica. Paulo está consciente de ser “apóstolo por vocação”, isto é, não por autocandidatura, nem por encargo humano, mas somente por chamado e

eleição divinas. No seu epistolário, muitas vezes o Apóstolo das Nações repete que tudo na sua vida é fruto da iniciativa gratuita e misericordiosa de Deus (cf. 1Cor 15,9-10; 2Cor 4,1; Gl 1,15). Ele foi escolhido “para anunciar o Evangelho de Deus” (Rm 1,1), para propagar o anúncio da Graça divina que reconcilia em Cristo o homem com Deus, consigo mesmo e com os outros.

Das suas Cartas, sabemos que Paulo não era um orador hábil; aliás, partilhava com Moisés e com Jeremias a falta de talento oratório. “A sua presença corporal é débil, e a linguagem desprezível” (2Cor 10,10), comentavam sobre ele os seus adversários. Por conseguinte, os extraordinários resultados apostólicos que conseguiu não podem ser atribuídos a uma brilhante retórica ou a requintadas estratégias apologéticas e missionárias. O sucesso do seu apostolado depende sobretudo de um envolvimento pessoal no anúncio do Evangelho com total dedicação a Cristo; dedicação essa que não temia riscos, dificuldades e perseguições: “Nem a morte, nem a vida”, escrevia aos Romanos, “nem os anjos, nem os principados, nem o presente, nem o futuro, nem as potestades, nem a altura, nem a profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor” (8,38-39). Disso podemos aprender uma lição muito importante para cada cristão. A ação da Igreja somente é crível e eficaz à medida que os que dela fazem parte estiverem dispostos a cumprir pessoalmente a sua fidelidade a Cristo, em todas as situações. Onde faltar essa disponibilidade faltará o argumento decisivo da verdade, da qual a própria Igreja depende.

Queridos irmãos e irmãs, como nas origens, também hoje Cristo precisa de apóstolos prontos a sacrificar-se a si mesmos. Precisa de testemunhas e de mártires como São Paulo: outrora violento perseguidor dos cristãos, quando no caminho de Damasco caiu no chão fulgurado pela luz divina, passou sem hesitação para o lado do Crucificado e seguiu-o sem titubear. Viveu e trabalhou por Cristo; por ele sofreu e morreu. Como é atual, hoje, o seu exemplo!

E, exatamente por isso, estou feliz por anunciar oficialmente que ao Apóstolo Paulo

dedicaremos um especial Ano Jubilar, desde 28 de junho de 2008 até 29 de junho de 2009, por ocasião do bimilenário do seu nascimento, inserido pelos historiadores entre os anos 7 e 10 d.C. Este “Ano Paulino” poderá desenvolver-se de modo privilegiado em Roma, onde, desde há 20 séculos, se conserva sob o altar papal desta basílica o sarcófago que, segundo o parecer unânime dos peritos e pela incontestada tradição, contém os restos mortais do Apóstolo Paulo. Na Basílica Papal e na adjacente e homônima Abadia Beneditina, portanto, poderá ter lugar uma série de eventos litúrgicos, culturais e ecumênicos, como também várias iniciativas pastorais e sociais, todas elas inspiradas na espiritualidade paulina. Além disso, uma especial atenção poderá ser prestada às peregrinações, que de várias partes virão, de forma penitencial, ao túmulo do Apóstolo para encontrar a renovação espiritual. Também serão promovidos congressos de estudos e especiais publicações sobre os textos paulinos, a fim de fazer conhecer cada vez mais a imensa riqueza do ensinamento contido neles, verdadeiro patrimônio da humanidade redimida por Cristo. No mundo inteiro, iniciativas semelhantes poderão ser realizadas nas Dioceses, nos Santuários, nos lugares de culto por parte de Instituições religiosas, de estudo ou de assistência, que têm o nome de São Paulo ou que se inspiram na sua figura e no seu ensinamento. Enfim, há um aspecto especial que deverá ser cuidado com particular atenção, durante a celebração dos vários momentos do bimilenário paulino: refiro-me à dimensão ecumênica. O Apóstolo das Nações, particularmente comprometido em levar a Boa Nova a todos os povos, prodigalizou-se totalmente pela unidade e pela concórdia de todos os cristãos. Queira ele guiar-nos e proteger-nos nesta celebração bimilenária, ajudando-nos a progredir na busca humilde e sincera da unidade plena de todos os membros do Corpo místico de Cristo. Amém!

VISITE NOSSO PORTAL
www.paulus.com.br

LIBERTAR PAULO!

Pe. José Bortolini, ssp

“Pobre apóstolo Paulo, o que fizeram com você nestes 2 mil anos? Lá no começo, alguns cristãos não admitiam que você usasse o título de apóstolo (1Cor 9,2; 15,9) só porque não conheceu pessoalmente a Jesus de Nazaré. Ficamos intrigados com muitas coisas a seu respeito, por exemplo, o mutirão internacional que você promoveu para socorrer os cristãos pobres de Jerusalém (Gl 2,10; 1Cor 16,1ss; 2Cor 8-9; Rm 15,30). Isso lhe custou atentados (At 20,3) e algumas calúnias (2Cor 12,16ss). Perguntamos o que foi feito com esse dinheiro? Por que Tiago saiu pela tangente, quando você chegou a Jerusalém com a ajuda, e fez vistas grossas, quando você foi preso? (At 21,17-29). Os problemas só estavam começando quando alguém que se faz passar por Pedro e não chama você de apóstolo, mas de irmão, afirma serem de difícil compreensão certas coisas que você escreveu (2Pd 3,15-16). De lá para cá, você foi visto como inimigo das mulheres e dos homossexuais; para a maioria, você não mexeu uma palha para socorrer os escravos, que chegavam a dois terços da população do império romano; fizeram de você um moralista chato e rabugento, além de considerá-lo capacho do império, por causa do título de cidadão romano, apesar de você nunca mencionar isso nas cartas (cf. At 16,37; 22,19). Tomaram seus textos e os transformaram em leis universais, válidas em qualquer tempo e lugar. Acusaram-no de trair seu amado Senhor Jesus e alguns afirmaram que você, e não Jesus, seria o verdadeiro fundador do cristianismo.

Com o decorrer do tempo, você foi divorciado das comunidades e passou a ser visto como um teólogo profissional que pensa e produz

teologia com base em coisas abstratas, sem contato com o chão e a vida do povo. O tempo passou, e os cristãos brigaram, fizeram guerras e se mataram, em parte por causa da carta aos Romanos... Ultimamente você entrou de cheio na liturgia da palavra das missas, em que se faz leitura contínua de suas cartas. Mas poucos são os que valorizam o que você deixou escrito.

Agora foi instituído o Ano Paulino, um ano dedicado a você pelos 2 mil anos de seu nascimento. Será que no fim de tudo você será mais conhecido e amado, tal como você amou o Senhor Jesus e as comunidades? Tomara que consigamos libertá-lo das algemas de nossos preconceitos, de modo que não tenha de arrastar a capa de chumbo que lhe impuseram nossas leituras descontextualizadas.”

PISTAS PARA LIBERTAR PAULO

1. Paulo e as culturas

A língua é expressão de uma cultura, de modo que quem domina um idioma está a par da cultura expressa nessa língua. Paulo conhecia mais de uma língua e, supõe-se, suas respectivas culturas. Ele conhece o hebraico, o aramaico, o grego e talvez o latim. Para bem se comunicar no mundo greco-romano, teve de mergulhar nas culturas das metrópoles. Isso se torna interessante se compararmos a comunicação de Jesus e a de Paulo. Jesus limitou-se praticamente à Galiléia, vivendo e anunciando o Reinado de Deus nas aldeias. Os evangelhos não o mostram pregando nas grandes cidades da Galiléia – por exemplo, Séforis e Cesaréia Marítima, sede do poder de Herodes Antipas. O que vemos em

geral é Jesus percorrer os povoados, indo ao encontro de pescadores e pequenos proprietários de terra. Ele conhece, por exemplo, a faina dos camponeses galileus e seus terrenos pouco aproveitáveis. É o que descobrimos lendo a parábola do semeador (Mc 4,1ss; Mt 13,1ss): chão duro, pedras, moitas de espinhos. Terra de enxada, não de arado.

A linguagem de Jesus é tipicamente rural, sinal de que vive num contexto e cultura camponeses. Seus exemplos são quase sempre a terra, as sementes, o trigo e o joio, a videira e os ramos, o pastor e as ovelhas, os pardais e os lírios, a rede e os peixes, a mulher amassando o pão ou girando o moinho...

Paulo, ao contrário, nasceu e cresceu numa metrópole, Tarso, com suas escolas filosóficas, mercado de escravos, festivais de cultura e muito esporte. Ele é homem de cultura urbana e se dirige a pessoas de cultura urbana. Não se comunica apenas oralmente, mas também por escrito, por cartas. Nelas o vemos falando uma linguagem inculturada. Em outras palavras, ele recria a mensagem com base nos valores culturais da grande cidade. Ele fala, por exemplo, do arquiteto (1Cor 3,10-17), dos espetáculos nas arenas (4,9; compare com 2Cor 4,8-10), do pedagogo (1Cor 4,15), da compra (resgate) de escravos no mercado (1Cor 6,20; 7,23; Gl 3,13; 4,5; Rm 3,24). Em seus escritos estão presentes as competições esportivas, elemento bastante estranho à cultura judaica da época (atletismo: 1Cor 9,24-27; Fl 3,13-14; 2Tm 4,7; pugilato: 1Cor 9,26b). Toma como comparação o soldado (armado: Ef 6,10-17; vencedor: 2Tm 4,7); fala dos instrumentos musicais (1Cor 14,7-8); conhece a parada militar dos generais vencedores e sabe que o povo a aprecia (2Cor 2,14-16). Toma como exemplo as “colunas” de feitos memoráveis dos chefes de Estado para falar dos próprios “feitos” dos quais se orgulha (2Cor 11,23-28; compare com a Coluna de Trajano no centro histórico de Roma).

Paulo nos alerta: a grande cidade produz uma cultura, valores e desvalores próprios. Sem conhecê-los, arriscamo-nos a estar falando às paredes. Como falar de Jesus bom pastor quando por pastor as pessoas entendem aqueles que ficam gritando na TV ou no rádio? Num país ou continente que desconhece o pão, como falar de Jesus, que se denominou pão da vida?

2. A busca da verdade

O tempo e as leituras descontextualizadas fizeram de Paulo um teólogo intransigente e ameaçador (barbudo, cara fechada, portador de espada...). Torna-se difícil vê-lo sob outros ângulos, mas isso é extremamente necessário se queremos que ele nos ajude a discernir o tempo presente. Paulo não teve medo de se encontrar e debater com quem pensava de modo diferente. É Lucas quem confirma essa noção, situando-o no coração do helenismo – Atenas – em diálogo com as elites do saber e com os formadores de opinião (cf. At 17,17). Em grego, a ação de Paulo é esclarecida mediante o verbo *dialog-izomai*, e isso explica tudo. Ela se dá na *ágora*, na praça, novo lugar de anúncio de Jesus Cristo. O apóstolo escuta e fala com epicuristas e estóicos. Mais tarde, Lucas o mostra dando aula em Éfeso, na escola de Tiranos, por dois anos (At 19,9-10).

Os estóicos influenciaram bastante a vida de Paulo, como se pode deduzir das orientações que dirige às comunidades por meio das cartas. Alguns exemplos ajudarão a perceber como os valores dos diversos grupos filosóficos (cínicos, estóicos) estiveram presentes em sua vida. Quando, em Fl 4,6, pede aos filipenses que não se perturbem com nada, está propondo-lhes o princípio estóico da imperturbabilidade. Os contatos das cartas com esse princípio são muitos. O próprio apóstolo demonstra servir-se do mais elevado valor da escola cínica – não depender dos outros, contentar-se com o suficiente etc. Nesse sentido, Fl 4,10-20 é paradigmático. Pode-se estabelecer um paralelismo entre o modo de ser de Paulo e a *autarquia* desses filósofos. E isso vale também para os destinatários de suas cartas (cf. 1Tm 6,7; 1Ts 5,14; 2Ts 3,6ss).

É salutar, por exemplo, ler o que ele diz na sua primeira carta, quando orienta a incipiente comunidade dos tessalonicenses sobre como se comportar numa sociedade pluralista: “Não extingam o Espírito, não desprezem as profecias; examinem tudo e fiquem com o que é bom” (1Ts 5,19-21). Evidentemente essa exortação se destinava, em primeiro lugar, às relações dentro da comunidade. Mas podemos perguntar se, de algum modo, não espelhava também a busca comum da verdade, podendo extrapolar a própria comunidade. Do ponto de vista temático, a exortação parece ser eco da postura respeitosa e tolerante de Gamaliel, professor de Paulo segundo os Atos dos Apóstolos (5,34-39; 22,3).

Mais interessante ainda é a oração de Paulo em Fl 1,9-10: “Este é o meu pedido: que o amor de vocês cresça cada vez mais em perspicácia e sensibilidade em todas as coisas. Desse modo, poderão distinguir o que é melhor e assim chegar íntegros e inocentes ao dia de Cristo”. Note-se que *distinguir* se diz *dokimazein*, verbo normalmente usado para *testar* pronunciamentos proféticos; há, portanto, um exercício a ser feito, o discernimento; *o que é melhor* se diz *ta diapheronta* e significa literalmente “as coisas que diferem”; essa expressão está muito ligada à ética estoíca (ou seja, ao princípio de *adiaphora* = as coisas em si mesmas não são boas nem más). Paulo crê que os filipenses poderão chegar juntos à descoberta daquilo que é melhor para eles.

É evidente que Paulo se serve do pensamento estoíco e ensina a fazer o mesmo. Ele tem em comum com Epiteto, filósofo estoíco do século I, muito mais de quanto imaginamos. Esse filósofo dizia que “o caminho para a felicidade é parar de preocupar-se com o que está além do nosso poder” e que “homem sábio é aquele que não se entristece com as coisas que não tem, mas se rejubila com as que tem” (cf. Fl 4,10ss). O monopólio da verdade não é algo que fica bem em Paulo. Se vivesse hoje, procuraria, de todos os modos e com todos os meios, buscar a verdade em companhia com tantos que também a desejam. Num mundo virtual como o nosso, onde o navegador não é simples passageiro, mas sobretudo piloto, não há alternativa senão buscar juntos a verdade.

3. Comunidades de iguais

Que visão tinha Paulo da sociedade em geral e, de modo específico, da escravidão no contexto do império romano? Muitos – é a leitura tradicional – sustentam que Paulo era indiferente perante essa cruel situação. Isso pode nos anestesiar diante das grandes questões que afetam a humanidade, caso sejamos também nós indiferentes às antigas e novas formas de servidão do nosso tempo. É oportuno, portanto, perguntar-nos como evangelizaríamos com essa mentalidade.

Apesar de viver num ambiente de imperialismo apoiado pela força das armas que geram escravidão (perda da liberdade) e exploração (perda dos bens), sustentadas pela ideologia da “paz romana”, Paulo manteve bem alto o primado da liberdade, como

se quisesse dizer a todos: sem liberdade não há nem pessoa, nem cristão, nem comunidade, nem Cristo. É clássica a afirmação de Gl 5,1: “Cristo nos libertou para que sejamos verdadeiramente livres. Portanto, fiquem firmes e não se submetam de novo ao jugo da escravidão”. A frase tem uma afirmação categórica, uma das grandes convicções de Paulo, talvez a maior ou a primeira. A ação de Cristo em favor dos cristãos é essencialmente um ato de libertação. Seria simples libertação espiritual, do pecado? Claro que não. A libertação é plena, total, irreversível. Não nos esqueçamos de que os gálatas, na quase totalidade, eram efetivamente escravos. Formavam comunidades de pessoas escravizadas e – o que pesa ainda mais – altamente cobiçadas nos mercados de escravos espalhados pelas grandes cidades do império. Um escravo gálata custava mais do que os outros, era “artigo de primeira”.

Paulo tira conseqüências dessa afirmação, ordenando que não se submetam “de novo” ao jugo da escravidão. Claro, a seguir mostra qual é sua preocupação principal, ou seja, a questão dos judeu-cristãos que, com a imposição da Lei e da circuncisão, escravizam mais uma vez aqueles que foram libertos em Cristo e por Cristo. A ação de Cristo nos libertou para sempre, mas as pessoas podem se tornar de novo escravos. E qualquer forma de escravidão agride a ação fundamental de Cristo em favor das pessoas.

Na mesma carta aos Gálatas temos importante convicção de Paulo, um dos princípios essenciais para entender seu pensamento: “Não há mais diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vocês são um só em Jesus Cristo” (3,28). Essa é, provavelmente, uma fórmula batismal usada nas comunidades de Paulo. Afirma categoricamente a eliminação de todas as desigualdades, a fim de mostrar claramente os resultados da liberdade proporcionada por Cristo Jesus. Tornamo-nos uma só coisa com ele, fazendo desaparecer as diferenças por causa de raça (entre judeu e grego, modo tradicional de os judeus dividirem a humanidade em dois blocos), as diferenças de classe (escravo e homem livre, as duas formas de dividir socialmente a humanidade) e também as diferenças por causa do gênero (homem e mulher). Notemos, no que se refere à escravidão, que não é possível “espiritualizar” a questão, como se pudéssemos dizer que se trata de libertação espiritual, do pecado

etc., pois, nesse caso, deveríamos perguntar quem seriam os “livres”.

Se essa questão nasceu, de fato, da catequese batismal de Paulo e de seus sonhos de liberdade, é interessante olhar para o que fazemos, o que dizemos e o que queremos quando nos envolvemos com o batismo dos futuros cristãos. Que programa de vida anunciamos? Que tipo de catequese apresentamos? Que tipo de convicção alimentamos? Tudo leva a crer que Paulo semeava no coração das pessoas (adultos, evidentemente) e das comunidades um ideal libertador destinado a produzir frutos.

Pergunta-se, porém: por que isso não se concretizou logo? Porque provavelmente havia um abismo entre a consciência (convicção do primado da liberdade) e a prática, marcada pela escravidão. Paulo, quando não podia contra o dragão da escravidão, semeava sonhos de libertação e de liberdade em Cristo. É o que podemos ver ao longo de suas cartas. Concretamente, muitas vezes encontrou cristãos escravos de patrões não cristãos. Parece ser o caso das exortações de Ef 6,5-9 e Cl 3,22-4,1 (o mesmo não acontece em 1Tm 6,1-2). Impossibilitado de abolir o sistema social escravo, introduz dois princípios que devem reger as relações entre senhores e escravos: o mútuo respeito (um escravo obediente e um patrão que deixa de lado as ameaças) e o único senhorio para ambos: de Jesus Cristo, que não faz distinção de pessoas. O escravo, ao obedecer, não faz distinção, como se estivesse obedecendo a Cristo; o patrão, ao deixar de ameaçar, aproxima-se dos gestos do Senhor, que não faz distinção de pessoas (a vantagem, decerto, continua sendo do patrão, mas as diferenças foram pelo menos encurtadas).

Mais significativa ainda é a carta a Filemon. Trata-se de um texto dirigido ao patrão Filemon por causa do escravo Onésimo. Paulo se tornou “pai” de Onésimo, gerando-o na prisão, ou seja, batizando-o. Pede na carta que Filemon acolha Onésimo já não como escravo, mas como *irmão*. Onésimo (nome que significa *útil*), enquanto escravo, era *inútil*. Como irmão e cristão livre, será extremamente útil para Filemon. Paulo podia dar ordens a respeito dessa questão. Mas preferiu pedir por amor. O amor tem suas próprias leis, mais fortes que os códigos frios e externos. O amor de Paulo, Filemon e Onésimo deram consistência à convicção do apóstolo: “Não há mais diferença entre escravo e homem livre” (Gl 3,28;

1Cor 12,13). Trabalhando com as comunidades, Paulo começou a desmontar o mecanismo da escravidão. Podia dar ordens a Filemon, mas crê mais na força do amor que dos decretos.

4. Colaboração

Colaboração é um dos itens mais necessários hoje em dia. A pessoa que entende de tudo, que sabe tudo e tem respostas para tudo é uma chata arrogante, além de provocar a inflação religiosa, como se o Espírito fosse propriedade de uma pessoa. Também numa comunidade de fé: o reconhecimento de que o Espírito age livremente em cada pessoa, concedendo-lhe dons, suscita novas pastorais e abre caminhos novos.

Paulo não agia sozinho. Seus colaboradores mencionados em Atos e nas cartas beiram a centena de pessoas. Mas certamente a superam, pois frequentemente há irmãos anônimos entre seus companheiros, de sorte que Paulo deve ser visto como alguém que soube coordenar energias e talentos, mesmo quando estava preso (cf., por exemplo, a carta aos Filipenses; 2Tm 2,9). E, nessa tarefa, as mulheres não estavam ausentes. O texto mais eloqüente nesse sentido é Rm 16. Aí são citadas 11 mulheres, das quais Paulo reconhece o esforço e a dedicação. Para cada uma há palavras carinhosas que demonstram gratidão e afeto. Notemos, por exemplo, o que se diz de Febe, certamente a portadora da carta aos Romanos e muito provavelmente a pessoa que iria preparar a viagem de Paulo à Espanha, razão pela qual necessitaria de ajuda (16,1-2; 15,24.28; cf. 1Cor 9,5): “ela tem ajudado muita gente e a mim também”.

Especial atenção merece Júnia, esposa de Andrônico (16,7), chamados de “apóstolos importantes”. Os que negavam a Paulo o título de apóstolo ficaram horrorizados com o fato de ele chamar uma mulher de “apóstolo importante”. Talvez por isso alguns manuscritos antigos tenham masculinizado Júnia, acrescentando um “s” ao seu nome – Júnias é nome de homem.

Esses e outros pequenos detalhes servem para derrubar o velho preconceito antifeminista de Paulo ou, pelo menos, apontam para um caminho diferente do tradicional. É certo que subsistem aqueles textos nitidamente desfavoráveis às mulheres (1Cor 11,2ss; 14,34 etc.), que devem ser vistos em seu contexto e em seus condicionamentos culturais.

Um texto que faz pensar é 1Cor 11,2-16, conhecido como “o véu das mulheres”. Rendeu muita discussão e distorções sem fim. Além disso, nota-se que Paulo se perde numa exegese estranha, de tipo rabínico. Lá pelo fim proclama a igualdade da mulher e do homem diante de Deus (11,12), mas torna a se enrolar nos laços da exegese rabínica (11,13-16).

Se eliminamos os condicionamentos culturais para ficar com o que realmente conta, penso que deveríamos dar a esse trecho um título mais ou menos assim: “As mulheres profetizam”. De fato, esta é a grande novidade para as mulheres de Corinto: elas podem profetizar. Em seguida, examinando a importância que Paulo confere a esse ministério ou carisma, pode-se muito bem reconhecer que o princípio de Gl 3,28 foi respeitado. O mal disso tudo é que muita gente se prendeu ao condicionamento cultural (ter de usar o véu para profetizar) e esqueceu que a mulher podia profetizar, em pé de igualdade com os homens. A aberração que perdura até hoje é esta: a mulher continua usando véu e se vê impedida de profetizar na assembléia litúrgica. Aquilo que era condicionamento cultural tornou-se norma. Aquilo que mantinha bem elevado o princípio de Gl 3,28 foi abandonado.

Em Corinto (e somente aí) usar véu tinha importância para Paulo. Era um sinal de que a mulher podia profetizar sem que alguém a tomasse por oportunista ou algo pior. Paulo ordena às coríntias o uso do véu porque deseja preservá-lhes a dignidade. Lembremos, contudo, que é simples dado cultural. Em outro contexto essa norma desaparece.

Na mesma carta há um trecho que parece contradizer tudo isso. Pertence ao mesmo contexto litúrgico do cap. 11 e diz: “Que as mulheres fiquem caladas nas assembléias, como se faz em todas as igrejas dos cristãos, pois não lhes é permitido tomar a palavra. Se desejam instruir-se sobre algum ponto, perguntem aos maridos em casa; não é conveniente que a mulher fale nas assembléias” (14,34-35).

Não há contradição entre um texto e outro. Estamos diante da dura realidade das comunidades de Corinto, onde, ao que parece, as mulheres não haviam tido as mesmas oportunidades de *instrução* que os homens. O princípio de Gl 3,28 não pode ser aplicado por causa da defasagem concreta dessa comunidade: as mulheres estão nitidamente em desvantagem em relação aos homens quanto à

instrução. Note-se que o contexto é de celebração e que Paulo diz: se as mulheres desejam *instruir-se* em alguma coisa, *perguntem em casa* aos maridos. Diante da desvantagem das mulheres, cria-se novo espaço (a casa) onde elas, com a ajuda dos maridos (culturalmente mais abastados naquela cidade), recuperam o ideal de igualdade sonhado. A casa, e não a celebração, torna-se o lugar em que se dá às mulheres uma instrução personalizada, para que o desnível desapareça. A celebração continua sendo celebração, e não o lugar de perguntas intermináveis. Pode-se perguntar, então: terminada a instrução nas casas, continuariam as mulheres caladas nas celebrações?

Um texto semelhante se encontra na primeira carta a Timóteo. Os que rejeitam esse texto, afirmando simplesmente não ser de Paulo, ignoram que, mesmo assim, a proibição de falar permanece. É melhor, portanto, enfrentá-lo, seja ou não um texto de Paulo. O contexto é igualmente litúrgico: “Durante a instrução, a mulher deve ficar em silêncio, com toda a submissão. Eu não permito que a mulher ensine ou domine o homem. Portanto, que ela conserve o silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade” (2,11-15). Aqui, como em 1Cor 14,34-35, se trata de *instrução*. Além de todos os condicionamentos culturais desse texto, é importante ter presente a possibilidade de que, nas comunidades sob a responsabilidade de Timóteo, talvez pela mesma defasagem apontada em Corinto, a instrução tivesse sido confiada apenas aos homens. As mulheres, ao que parece, exerciam papel de servidoras, como sugere a provável *diáconia* de 3,10. O princípio de Gl 3,28, portanto, estaria de certa forma sendo respeitado, apesar da nítida separação de ministérios, sendo a instrução atribuída exclusivamente aos homens por força das circunstâncias.

O texto de Ef 5,21-33 fala da relação marido-mulher. Proclama a absoluta igualdade entre os sexos diante de Deus (“Sejam submissos uns aos outros no temor a Cristo”, 5,21). Contudo, visto que a carta fala dessa relação olhando para a relação Igreja-Cristo, a mulher acaba sendo subordinada ao marido. Esse texto é eclesiologicamente correto, pois a Igreja sempre será submissa a Cristo, mas é culturalmente condicionado. Se vivesse em nossos dias, o autor desse texto desmembraria os

dois casos, sem construir a relação esposa–esposo sobre a relação Igreja–Cristo. O condicionamento cultural embaçou o princípio de Gl 3,28. Apesar disso, o texto dá muitos passos adiante, sobretudo quando diz que o comportamento do marido para com a esposa deve espelhar-se na ação de Cristo em favor da Igreja.

Em 2Tm 3,6-7 há um texto que desmascara homens inescrupulosos que se aproveitam da religião para explorar os fracos. O texto, sem dúvida, tem um ar de desprezo para com algumas mulheres, chamando-as de “mulherzinhas” e apresentando as fraquezas delas: “Entre esses encontram-se os que entram nas casas e cativam mulherzinhas cheias de pecados e possuídas por todo tipo de desejos, que estão sempre aprendendo, mas não conseguem chegar ao conhecimento da verdade”. O contexto é amplo e se refere também à instrução cristã. É culturalmente condicionado e depreciativo em relação a algumas mulheres que, se fossem de fato assim frágeis e estivessem tão fragilizadas, deveriam receber maior atenção por parte de Timóteo. O contexto, porém, chama a atenção dos exploradores e aproveitadores (os homens encarregados da instrução). Aproveitando-se da fragilidade dessas mulheres, cometem, em nome da religião, as maiores arbitrariedades.

5. Pioneirismo

As cartas, como se sabe, não são o primeiro passo no processo de evangelização empreendido por Paulo. Ele costumava visitar pessoalmente uma região, privilegiando um grande centro urbano, sem ter de colher onde outros semearam (2Cor 10,13-15; Rm 15,23-24). Aí fundava um núcleo de cristãos que, como fermento na massa, alcançaria outras pessoas, formando novos grupos na metrópole e no seu entorno, e, quando podia, visitava pessoalmente as comunidades (At 15,36) ou enviava um de seus colaboradores (2Cor 8,16-18; 12,18). Somente neste caso, ou até na impossibilidade da visita de um colaborador seu, é que Paulo envia uma carta à comunidade, buscando aprofundar, esclarecer, animar, exortar, corrigir etc. (cf. 1Ts 3,10).

Paulo é criativo no processo de evangelização. Com toda a certeza, podemos afirmar que foi pioneiro na utilização da *carta* como meio de comunicação entre ele e as comunidades e até entre as próprias comunidades (Cl 4,16). Evidentemente, não é o inventor da carta, meio de comunicação

cuja origem se perde nas brumas do passado. É oportuno perceber como Paulo se serve da rede de comunicação criada pelo império romano. Uma das características do império foi a abertura de estradas que interligassem os grandes centros urbanos daquele tempo. As estradas serviam, entre outros objetivos, para a locomoção rápida das tropas de ocupação, para o escoamento dos tributos e para a agilização das comunicações entre as cidades e províncias do império. Ao longo dessas estradas, aproximadamente a cada 30 quilômetros, havia entrepostos dos correios, providos de hospedaria e cavalos descansados. Com esses recursos, uma autoridade de determinada província podia comunicar-se por carta com rapidez capaz de causar inveja aos correios contemporâneos.

Paulo, portanto, não foi refém dos meios tradicionais de evangelização, como a pregação e a catequese orais. Foi inovador no campo da evangelização, introduzindo em suas atividades pastorais essa nova forma de comunicação, a carta. E, reconheçamos, grande parte da memória de suas ações pastorais e de sua teologia chegou a nós graças às cartas que escreveu.

Outro detalhe significativo é a mudança da sinagoga para as casas como lugar de encontro e celebração. Não é possível determinar com exatidão quando se deu essa passagem. Talvez tenha sido um processo lento (cf. At 16,1ss; 18,1ss). De todo o modo, isso foi determinante para a promoção e liderança feminina nas casas, onde a mulher é anfitriã, dona de casa, coordenadora e animadora de comunidades. Perguntamo-nos o que isso representa hoje para nós, amarrados a uma estrutura arcaica (a paróquia) e a uma hierarquia masculina. O que faria Paulo em nosso lugar?

6. Sem concluir

Quem conhece bem o apóstolo Paulo, amigo de Jesus Cristo e amigo das comunidades, tem grandes possibilidades de ser bem-sucedido pessoal e pastoralmente. Um ano a ele dedicado pode ser o ponto de partida para mudanças e novos horizontes na comunidade. “Fiz-me tudo para todos.” Sem uma presença forte de Paulo, tudo se torna mais difícil na pastoral. O conhecimento das cartas, ao contrário, imprime nas comunidades o dinamismo necessário para continuar acreditando no bem.

Pe. José Bortolini, sacerdote paulino, mestre em Bíblia pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, autor de diversos livros publicados pela Paulus.

O APÓSTOLO PAULO E A COMUNICAÇÃO

Pe. Valdir José de Castro, ssp

Paulo é sempre uma referência na Igreja quando o assunto é comunicação. Isso se dá porque esse apóstolo não mediu esforços para interagir com diversas comunidades. Primou pelo uso dos meios de comunicação disponíveis no seu tempo, sem desprezar o contato direto com as pessoas. A desenvoltura na comunicação certamente teve como motivação a experiência de Jesus Cristo, a paixão pelo evangelho e o amor ao povo ao qual se sentia chamado a anunciá-lo. Tanto no passado como no presente, a comunicação continua a ser um desafio. O modo de agir de Paulo abre-nos algumas pistas para a reflexão da prática comunicativa na Igreja. Vamos, na primeira parte deste artigo, tratar da comunicação de um modo geral e, em seguida, entrar mais especificamente no estilo paulino de evangelizar.

1. Falando de comunicação

A comunicação é uma das necessidades básicas do ser humano. É por meio da comunicação verbal e não verbal que as pessoas interagem entre si e constroem a sociedade. Assim como não existem homens sem sociedade, também não existe sociedade sem comunicação. Ela é o fio condutor que perpassa pessoas, grupos sociais e instituições e possibilita a construção do que chamamos de cultura.

1.1 *Comunicação: uma experiência antropológica*

A comunicação é, em primeiro lugar, uma experiência antropológica fundamental, cujo significado está no próprio termo. Seu primeiro sentido, provindo do latim, remonta ao século XII (1160) e remete à idéia de comunhão, partilha.¹ A

comunicação é sempre a busca do outro e de um compartilhar. Contudo, por mais que a palavra comunicação esteja na moda, nem sempre as pessoas participam de maneira satisfatória desse processo, particularmente na relação interpessoal, chegando, às vezes, a mal-entendidos.

Não basta querer interagir. Se alguém não consegue expressar seus pensamentos e sentimentos de maneira inteligível ao interlocutor, a comunicação pode fracassar. Comunicar também não é só emitir mensagens, mas estar receptivo para receber e interpretar o que o outro tem para dizer. Ou seja, o bom comunicador não é aquele que fala muito, mas o que fala o necessário e escuta com atenção, a fim de dar a resposta adequada para criar “interação”.

Nesse sentido, a escuta é um elemento importante no processo comunicativo. Escutar não se reduz a “ouvir”. Podemos ouvir um barulho, uma voz, uma mensagem e não nos importar com seu significado. Escutar, ao contrário, é dar atenção e buscar conferir um significado não só à mensagem recebida, mas também à pessoa que transmite o seu conteúdo. Escutar é perceber o outro na sua situação. Para isso é necessário vencer o desejo de dar respostas sem antes “escutar” ou o interlocutor terminar de dizer totalmente o que pensa. A comunicação é tão importante, que podemos afirmar que dela depende a qualidade de nossas relações humanas.

1.2 *A comunicação instrumental*

Entendemos por comunicação tanto a inter-relação direta entre duas ou mais pessoas como a difusão, à distância, de idéias, conhecimentos e experiências mediatizados por instrumentos

técnicos criados pela inteligência humana. Tais meios nasceram especialmente a partir do século XV, com a imprensa, e desenvolveram-se rapidamente no século XX, com os veículos eletrônicos e informáticos (revistas e jornais impressos, telefone, televisão, rádio, internet e outros). Além desses aparatos que chamamos de “mídia”, surgiram os meios de transporte que facilitaram a interação entre as pessoas: navio, trem, automóvel, avião etc.

Foi para aperfeiçoar a prática comunicativa, para compartilhar e difundir informações que os instrumentos técnicos de comunicação se desenvolveram, entrando de tal forma na vida cotidiana, que engendraram nova cultura. De fato,

há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente.²

A cultura da comunicação, tal como atualmente está constituída, organizou-se com base no modelo de produção de massa. Assumiu uma forma de cultura comercial, e seus produtos são mercadorias que tentam assegurar o lucro das grandes empresas. É impossível pensar a sociedade sem a comunicação instrumental, e esta, por sua vez, é difícil de ser pensada separadamente de interesses que envolvem lucro e poder.

Todavia, não podemos reduzir a mídia a interesses comerciais. Instituições religiosas, culturais, educativas, ONGs e outras organizações do gênero também descobriram a importância dos instrumentos de comunicação, utilizando-os em suas atividades. Cresce sempre mais a consciência de que, sem o uso desses instrumentos, é muito difícil desenvolver qualquer trabalho eficaz de promoção humana.

A comunicação instrumental é importante, mas não pode fazer-nos esquecer que a comunicação é, antes de tudo, uma experiência humana. O uso das tecnologias comunicacionais facilitou os contatos e os intercâmbios de informações, porém não há nenhuma prova de que melhorou

a qualidade da comunicação entre as pessoas. O mesmo se pode dizer da internet, o mais novo espaço de comunicação, para onde convergem todas as mídias. A internet, como todos os outros meios de comunicação, reforça e estimula o intercâmbio de experiências e informações, mas não substitui as relações pessoais nem a vida comunitária. A comunicação, com todo o aparato e avanço tecnológicos, segue como desafio.

2. Falando de Paulo na perspectiva da comunicação

Evangelizar é “comunicar”. Paulo é o apóstolo que não se cansou de proclamar a “boa notícia” de Jesus Cristo. Além de manter-se em contínua comunicação com os que estavam ao seu lado, buscou todos os recursos técnicos disponíveis no seu tempo para interagir com as comunidades distantes. Soube buscar o equilíbrio entre a comunicação epistolar e a interpessoal, tendo um só objetivo: chegar ao maior número de pessoas com a palavra de Deus. Vamos tentar descrever alguns aspectos de Paulo nessa perspectiva.

2.1 O perfil de Paulo “comunicador”

Pode ser que, quando ressoa em nós a palavra “comunicador”, de imediato nos venha à mente uma imagem-padrão inculcada pela mídia. Referindo-nos sobretudo à televisão, e especificamente ao apresentador de telejornal ou de programa de auditório, vem-nos a idéia do homem e da mulher bem vestidos e maquiados, com boa dicção e imagem cinematográfica. Aliás, já existem programas jornalísticos cujos apresentadores são modelos, ou seja, pessoas que, a despeito de não terem nenhuma experiência em jornalismo, entram no perfil traçado pela lógica do espetáculo.

O apóstolo Paulo, em sua condição de comunicador, não tem nada que ver com os galãs produzidos pela mídia. Suas cartas, especialmente as duas que escreveu aos coríntios, revelam um homem fora dos padrões do “comunicador espetacular”, seja da nossa época, seja do seu tempo. Tal parecer se baseia em algumas reflexões suas nascidas das controvérsias com os falsos apóstolos que, em nome do evangelho, se apoiavam no poder da linguagem e buscavam cativar pelas aparências, visando a interesses pessoais e não ao anúncio de Jesus Cristo (cf. 2Cor 10,12).

Confrontando sua pregação com a dos falsos evangelizadores, Paulo afirma aos coríntios que não sabe falar com o mesmo brilho: “Irmãos, eu

mesmo, quando fui ao encontro de vocês, não me apresentei com o prestígio da oratória ou da sabedoria para anunciar-lhes o mistério de Deus” (1Cor 2,1). Reconhece que não é dotado de grande comunicação oral: “Ainda que eu não seja hábil no falar, eu o sou no saber” (2Cor 11,6) e que sua presença não era em nada sedutora: “Estive no meio de vocês cheio de fraqueza, receio e tremor; minha palavra e minha pregação não tinham brilho nem artifícios para seduzir os ouvintes, mas a demonstração residia no poder do Espírito” (1Cor 2,3).

Paulo não tinha interesse em seduzir as pessoas pela linguagem, pela retórica ou, menos ainda, pelas aparências, como os outros evangelizadores que buscavam explorar o povo. Alguns membros das comunidades não entendiam esse seu modo de agir e o criticavam. Chegavam a duvidar de que ele fosse um evangelizador autêntico por faltar-lhe essas características. Se Paulo não se enquadra no perfil do comunicador que busca o sucesso, onde residia a força de sua comunicação?

2.2 Um emissor com mensagem clara

A comunicação é um processo do qual fazem parte o emissor, que transmite uma mensagem, e o receptor, que a recebe, a elabora e dá uma resposta ou, em certos casos, age indiferentemente. Ao descrever o apóstolo Paulo do ponto de vista do emissor, podemos afirmar que ele tem clara a mensagem que deseja levar às pessoas. Sabe o que deseja anunciar. Paulo tem um conteúdo que nasce não só de sua formação intelectual, mas principalmente de sua experiência de vida.

Educado na mais perfeita tradição judaica, Paulo trazia consigo uma bagagem cultural que incluía um conhecimento profundo das tradições de seu povo e noções das filosofias e religiões gregas de seu tempo. No entanto, a experiência que fez na estrada de Damasco, conhecida comumente como “conversão”, marcou profundamente sua vida, mais do que todos os estudos e práticas religiosas.

No caminho de Damasco, o perseguidor ferrenho dos cristãos tem um encontro inusitado que o faz cair por terra. Encontra-se com Jesus Cristo, o mesmo que ele perseguia na pessoa dos cristãos. Ananias, que o acolhe depois dessa experiência, tem uma visão na qual o Senhor afirma: “esse homem é um instrumento que eu escolhi para anunciar o meu nome aos pagãos, aos reis e ao povo de Israel” (At 9,15).

Paulo em pessoa torna-se um “instrumento de comunicação” da boa notícia. Da conversão nasce a missão, cujo fundamento está numa convicção: “Sei em quem depusitei a minha fé” (2Tm 1,12). Tem consciência de que o evangelho, o qual comunica com tanta paixão a todos os povos, chegou a ele por meio de uma revelação que transformou totalmente sua vida. O que move a comunicação de Paulo é a fé em Jesus Cristo, a ponto de dizer: “Eu vivo, mas já não sou eu que vivo, pois é Cristo que vive em mim. E esta vida que agora vivo, eu a vivo pela fé no Filho de Deus, que me amou e se entregou por mim” (Gl 2,20).

2.3 Fazer-se tudo para todos

Paulo não consegue conter o que descobre e o que pensa sobre a revelação que recebe. Sente um impulso forte para a missão. “Anunciar o evangelho”, afirma o apóstolo dos gentios, “não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o evangelho!” (1Cor 9,16). O apelo que sente internamente para anunciar a “boa notícia” é perceptível nos inúmeros contatos com pessoas e comunidades.

O evangelho faz o apóstolo romper todas as barreiras do preconceito e da discriminação e buscar, a todo custo, criar e reforçar a comunhão. Para ele, o importante é chegar ao maior número de pessoas em meio à situação concreta de cada uma. Por isso afirma: “com os judeus, comportei-me como judeu, a fim de ganhar os judeus; com os que estão sujeitos à Lei, comportei-me como se estivesse sujeito à Lei – embora eu não estivesse sujeito à Lei (...). Com os fracos, tornei-me fraco, a fim de ganhar os fracos. Tornei-me tudo para todos, a fim de salvar alguns a qualquer custo” (1Cor 9,22).

As cartas que Paulo escreveu a um público diversificado não se resumem à transmissão escrita de uma doutrina nem substituem o contato pessoal. Seus escritos registram um carinho enorme para com os destinatários e o desejo de estar junto a eles. É o que transparece quando o apóstolo escreve aos coríntios: “Irei até vocês depois de passar pela Macedônia... Não quero vê-los apenas de passagem; se o Senhor permitir, espero ficar algum tempo com vocês” (1Cor 16,5.7). Ele expressa esses mesmos sentimentos aos tessalonicenses: “Irmãos, já faz algum tempo que estamos separados de vocês, longe dos olhos, mas não do coração, e por isso

temos o mais vivo e ardente desejo de tornar a vê-los” (1Ts 2,17). Igualmente, revela esse desejo a Timóteo: “Escrevo-lhe estas coisas esperando encontrá-lo em breve” (1Tm 3,14).

Paulo se comunica por meio de cartas, mas sente o “ardente desejo” de ver as pessoas e estar com elas. Mesmo quando se encontra na prisão, busca de alguma forma visitar as comunidades por meio de algum colaborador, que faz o “contato pessoal” em seu lugar. Envia, por exemplo, Timóteo e Epafrodito a Filipos (Fl 2,23-25) e Tíquico e Onésimo a Colossas (Cl 4,7-9).

Seja diretamente, seja por meio de outras pessoas, Paulo busca não só passar mensagens, mas também “escutar”. Na verdade, suas cartas são respostas às necessidades, indagações e situações das comunidades. É o caso, por exemplo, do que escreve na primeira carta aos Tessalonicenses: “Timóteo acaba de chegar da visita que fez a vocês, trazendo boas notícias sobre a fé e o amor de vocês” (1Ts 3,6). Paulo envia a “boa notícia”, mas permanece atento às “novidades” que chegam de seus destinatários. Dessa maneira constrói relações sólidas que criam “comunhão”.

2.4 Linguagem correta em canais adequados

Paulo nasceu aproximadamente no ano 10 da era cristã, em Tarso da Cilícia, uma cidade grande para a época, com cerca de 300 mil habitantes. Conhecia muito bem a cultura urbana, de modo particular a linguagem e as necessidades das pessoas. Essa experiência – associada ao uso dos recursos de comunicação, entre os quais se incluem as estradas e a navegação – contribuiu para a difusão do evangelho.

Mesmo os momentos mais difíceis, como o período em que passou na prisão, não desanimaram o apóstolo em sua missão de “comunicar”. Podia estar no cárcere, mas tinha absoluta certeza de que não havia motivos para a palavra de Deus estar algemada (2Tm 2,9). Fazia o possível para que a boa notícia chegasse aonde ele, por algum impedimento, não podia estar presente. E a fazia chegar com os recursos de comunicação da época, tais como as cartas escritas, dirigidas a alguns de seus colaboradores mais próximos ou às comunidades.

Paulo tinha noção do alcance de uma carta. Sabia que uma mesma mensagem escrita podia atingir muitas pessoas e comunidades. Tal estratégia pode ser percebida na recomendação feita aos colossenses: “Depois que vocês lerem esta carta,

façam que seja lida também na Igreja de Laodicéia. E vocês leiam a de Laodicéia” (Cl 4,16).

Outro detalhe é o que se refere à adequação da linguagem ao destinatário. Paulo tinha a capacidade de adaptar o evangelho à linguagem do contexto cultural em que vivia. Recordamos que Jesus era um homem do campo. Nas parábolas usa termos como semente, ovelha, videira, pastor. Paulo, originário do meio urbano, utiliza palavras empregadas nas cidades, por exemplo, estádios, competições esportivas, desfiles, armaduras.

Enquanto Jesus anuncia a boa notícia pelas estradas, nos montes, à beira de lagos, Paulo prega nas praças de grandes cidades. O livro dos Atos dos Apóstolos testemunha que, depois de Paulo ter pregado em numerosos lugares, se dirige ao areópago, onde anuncia o evangelho, utilizando uma linguagem adequada e compreensível naquele ambiente (cf. At 17,22-31). O areópago representava, no seu tempo, o centro da cultura do douto povo ateniense. Buscando a linguagem correta e os meios adequados, Paulo procurou responder às exigências de seu tempo.

3. Conclusão

Sem dúvida, Paulo foi um grande comunicador, não obstante as dificuldades que encontrou. Não foi um comunicador “espetacular”. Seu estilo não se assemelhava ao dos evangelizadores que, em sua época, procuravam mais mostrar-se a si mesmos do que anunciar o evangelho. Podemos entender a “comunicação” em Paulo como a busca constante de criar “comunhão”. Nessa inter-relação, evangelizava. Ou melhor, sua forma de comunicar fazia parte da evangelização.

Muitos homens e mulheres de Igreja buscaram em Paulo a inspiração para o trabalho pastoral com a comunicação. Um deles, o Bem-aventurado Tiago Alberione (1884-1971), intuiu, em 1914, que uma das necessidades de seu tempo era justamente a utilização dos meios técnicos mais rápidos e eficazes para chegar aos que “estavam distantes” – aqueles que não participavam da vida das comunidades. Fundou um conjunto de congregações e institutos, a Família Paulina, da qual fazem parte duas instituições voltadas exclusivamente para a comunicação: a Sociedade de São Paulo (Padres e Irmãos Paulinos) e a Pia Sociedade Filhas de São Paulo (Irmãs Paulinas).

Em 1960, ainda antes do Concílio Vaticano II, que tratou de maneira positiva os instrumentos de comunicação, Alberione escrevia: “Se São Paulo vivesse hoje, continuaria a inflamar-se com

aquela chama de um mesmo incêndio: o zelo por Deus e pelo seu Cristo, e pelos homens de todas as nações. E para ser mais ouvido falaria dos púlpitos mais altos e multiplicaria sua palavra com os meios do progresso atual: imprensa, cinema, rádio, televisão” (CISP 1.152).

Nas últimas décadas, a Igreja foi descobrindo o mundo da comunicação como o primeiro areópago dos tempos modernos que está unificando a humanidade e transformando-a em uma “aldeia global”. De fato, os meios de comunicação se tornaram o principal instrumento informativo e formativo que influencia, em alguma medida, os comportamentos sociais e individuais e condiciona as novas gerações.³

O Documento de Aparecida ressalta, porém, que não basta ter nas mãos os instrumentos de comunicação social. Reconhece que muitas vezes as linguagens utilizadas na evangelização e na catequese não levam em consideração a mutação dos códigos existencialmente relevantes nas sociedades influenciadas pela pós-modernidade e marcadas por amplo pluralismo social e cultural. Admite que a Igreja tem ainda dificuldade de entrar na cultura gerada pelos meios de comunicação.⁴

Paulo continua a ser inspiração para todos os que acreditam na evangelização com as novas tecnologias da comunicação. Soube usar os meios mais rápidos e eficazes de seu tempo com linguagem adequada, sem perder a dimensão humanista, que inclui o contato pessoal. Dele aprendemos que não existe Igreja sem comunicação.

À luz da vida de Paulo, terminamos esta reflexão com algumas indagações: imersos na cultura da comunicação, dominada por interesses do mercado, qual o verdadeiro movente quando o assunto é evangelização? Num mundo marcado pela comunicação instrumental, que espaço é dado à comunicação interpessoal? Como recuperar a dimensão humanista e cristã da comunicação?

Pe. Valdir José de Castro é graduado em Filosofia e Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade de Caxias do Sul (RS); mestre em Teologia pela Universidade Gregoriana (Roma) e em Comunicação Social pela Faculdade Cásper Libero, em São Paulo.

Notas:

1. WOLTON, Dominique. *Pensar la comunicación*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007. p. 37.
2. KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: Edusc, 2001. p. 9.
3. JOÃO PAULO II. *Encíclica Redemptoris Missio*, n. 37.
4. CELAM. *Documento de Aparecida*, n. 100d.

LIBERDADE COM RESPONSABILIDADE: ÉTICA CRISTÃ NOS ESCRITOS DE SÃO PAULO

Pe. Darci Luiz Marin, ssp

São Paulo lançou as bases para a ética da vida cristã nascente. No alvorecer do cristianismo, a originalidade da proposta desenvolvida pelo apóstolo consistiu em aliar à liberdade a responsabilidade: “tudo me é permitido, mas nem tudo convém” (1Cor 6,12).

Todos os seres humanos prezam a liberdade, tendo sido criados para ela. No entanto, para não diminuí-la ou até destruí-la, requer-se viver com responsabilidade. Essa foi a grande intuição de São Paulo, defendida em suas cartas dirigidas às primeiras comunidades cristãs.

Em tempos mais recentes, o Vaticano II resgatou essa intuição, sobretudo com a *Gaudium et Spes*, atribuindo grande valor à consciência das pessoas: “a consciência é o sacrário das pessoas” (GS 16).

Permeando a ética de São Paulo, é possível encontrar grande desafio lançado a todo ser humano: saber discernir quais são os melhores caminhos a percorrer no dia-a-dia. É assim que a pessoa se realiza e edifica o mundo à sua volta.

Em tempos de pensamento fraco e de relativismo, em que até o amor (síntese da mensagem cristã) é tido como líquido, revela-se mais do que oportuno revisitar as intuições éticas que nos foram legadas pelo apóstolo São Paulo.

1. Passagens éticas relevantes nas cartas de Paulo

O mais antigo escrito do Novo Testamento, 1 Tessalonicenses, é uma carta de exortação ética. O apóstolo Paulo lembra que a vida cristã constitui uma espera ativa do Senhor. Por meio de linguagem bastante emotiva, São Paulo recorda

seus laços de fraternidade com os que abraçaram a mensagem de Jesus Cristo, recomendando-lhes não abandonar o que dele haviam aprendido. Tal recomendação era endereçada a cristãos que viviam em ambiente de bastante laxismo ético, de modo particular no que se referia à vida sexual. Ora, a adesão à mensagem de Jesus Cristo implica compreender de maneira nova a si mesmo, os outros e as relações humanas. Há, nessa passagem de 1 Tessalonicenses, defesa do respeito devido ao próprio corpo e ao corpo das outras pessoas (cf. 1Ts 4).

Outra carta que traz precioso ensinamento, em ótica cristã, é 1 Coríntios:

Quando lemos essa carta, vemos logo que Paulo usa algumas das mesmas espécies de apelos morais que em 1Ts. A maneira de ele introduzir esses apelos mostra que as semelhanças não nascem só dos hábitos do mesmo autor, mas também do fato de Paulo e seus colaboradores ensinarem crenças e normas semelhantes a novos cristãos nos dois lugares.¹

Os destinatários de 1Cor encontram nela importantes balizas éticas para agir em situações concretas. Paulo valoriza a liberdade, mas aconselha a prudência: “tomai cuidado para que a vossa liberdade não se torne ocasião de queda para os fracos” (1Cor 8,9). A recomendação é que se mantenha sempre a sadia humildade perante as outras pessoas. Liberdade, sim! Responsabilidade, também!

Nessa carta encontramos grande incentivo ético à generosidade: “Ninguém procure satisfazer seus próprios interesses, mas aos

do próximo” (1Cor 10,24). Semelhante linha de conduta foi bastante sublinhada em encontros do episcopado latino-americano. Bastaria lembrar, por exemplo, Puebla 31-39 (feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo), Santo Domingo 178 (descobrir nos rostos sofredores dos pobres o rosto do Senhor), Aparecida 407-430 (rostos sofredores que doem em nós).

Nas origens da teologia cristã deparamos com o apóstolo Paulo, que tem a grande lucidez de traduzir e testemunhar concretamente o cerne da mensagem de Jesus Cristo: “este é o meu mandamento: amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,12). No pedido à generosidade presente em 1Cor, temos a tradução concreta do mandamento maior deixado por Jesus.

Outra carta de Paulo, verdadeiro hino de louvor à liberdade humana, é endereçada aos Gálatas: “Foi para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5,1). A liberdade é um dos elementos éticos fundamentais da vida humana. São Paulo acentua e valoriza essa dimensão constitutiva do ser humano. Por outro lado, chama a atenção para a compreensão de que determinados comportamentos desencadeados pelo próprio ser humano podem torná-lo escravo. Alerta, então, para a vigilância. Somente quem é vigilante mantém sólida sua liberdade e nela cresce.

2. Fazer o que convém

O apóstolo Paulo codifica a originalidade da mensagem ética de Jesus, destinada particularmente aos cristãos, mas também a todas as pessoas de boa vontade: “tudo me é permitido, mas nem tudo me convém” (1Cor 6,12; 10,23). No contexto daquilo que Paulo escreve, é possível deduzir o que convém, especialmente aos cristãos: tudo o que congrega, edifica e tece a vida das pessoas. Agir desse modo é a recomendação!

É preciso, então, discernimento. O texto capital é o seguinte: “E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos, renovando a vossa mente, a fim de poderdes discernir qual é a vontade de Deus, o que é bom, agradável e perfeito” (Rm 12,2). A esse respeito, o grande mestre da teologia moral contemporânea Bernhard Häring afirmou:

Para Paulo, a partir do momento em que consentiu em viver segundo as exigências

*do batismo, o crente está capacitado a descobrir por si mesmo a vontade de Deus no cotidiano de sua vida. E assim chegamos a um dos filões éticos mais importantes de Paulo, o tema do discernimento... O cristão tem de descobrir e realizar aquilo que a vontade de Deus lhe propõe no aqui e agora da situação.*²

Qual é, para quem abraça a fé cristã, a encruzilhada para assumir esse novo estilo de vida?

Trata-se do sacramento do batismo. Quem se dispõe a assumir esse sacramento está se comprometendo a percorrer os caminhos propostos por Jesus e abraçar fielmente o seu evangelho (cf. Rm 6,1-12). O indicativo proposto por Jesus passa a ser um imperativo para o batizado: “Pela fé e o batismo, o crente se incorpora a Cristo, mas o cristão tem de se apropriar dessa realidade através de sua obediência ativa. Assim, a justificação batismal acarreta conseqüências éticas reais para a vida do crente”.³

3. Importância da consciência

Ao longo do século passado, não obstante as duas grandes guerras mundiais, houve intenso desenvolvimento do mundo moderno. Esse contexto trouxe estímulo à corrente ética personalista, defensora dos indivíduos. Também a teologia moral deixou-se alcançar por esse modo de pensar. Com a convocação do Concílio Ecumênico Vaticano II por parte de João XXIII, ao final dos anos 50, tudo estava posto para que também a instituição oficial da Igreja católica desse uma resposta em consonância com “os sinais dos tempos”.

Tal resposta apareceu com a *Gaudium et Spes*. Há passagem relevante, nesse sentido, que afirma: “A consciência é o núcleo mais secreto e o sacrário do homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo...” (GS 16). Vê-se aí a enorme importância dada pelo Concílio Vaticano II às decisões individuais das pessoas.⁴ Até então, o que trazia tranquilidade moral aos fiéis era o seguimento da norma. O importante era “enquadrar-se” nas leis. O que vigorava era a heteronomia moral. De agora em diante, as leis passam a funcionar como importantes subsídios, mas nunca como elementos decisórios. A última palavra é sempre dada pela pessoa, em consonância com seu

contexto vital, seu desenvolvimento psíquico e sua situação particular. O que passa a vigorar é a defesa da autonomia moral.

E a *Gaudium et Spes* prossegue: “Não raro, porém, acontece que a consciência erra, por ignorância invencível, sem por isso perder a própria dignidade. Outro tanto não se pode dizer quando o homem se descuida de procurar a verdade e o bem e quando a consciência se vai progressivamente cegando, com o hábito de pecar” (GS 16). Admite-se claramente que o julgamento moral de uma pessoa, do ponto de vista teológico, não pode ser feito a todos do mesmo modo. Cada um tem seu próprio estágio de vida, que deve ser respeitado. Por outro lado, há também a lembrança de que todos os seres humanos têm o dever de se aprofundar ao longo de toda a vida para aperfeiçoar a voz da própria consciência. Nada de acomodação! Nessa decisão conciliar, renova-se a essência da mensagem ética de São Paulo: liberdade com responsabilidade! O Vaticano II atualiza o que o apóstolo Paulo recomendou em Romanos 12,2.

E quem não adere à fé cristã pode ser salvo?

Paulo tem palavras de esperança também para essas pessoas: “Os pagãos não têm Lei. Mas, embora não a tenham, se eles fazem espontaneamente o que a Lei manda, eles próprios são Lei para si mesmos. Eles assim mostram que os preceitos da Lei estão escritos em seus corações” (Rm 2,14s). A proposta de Jesus está aberta a todos! O que importa moralmente é agir segundo a voz da própria consciência, tendo sempre presente que, enquanto se vive, há a obrigação de aperfeiçoar essa voz, em consonância com o querer de Deus para o presente histórico de cada pessoa.

4. Compromisso com o outro

A teologia e a pastoral da América Latina abriram, nas últimas décadas, novas perspectivas também para a ética fundamental. Do personalismo defensor da autonomia do ser humano passou-se à valorização da solidariedade compassiva. Diante de tanto sofrimento e carência de milhões de seres humanos, levantou-se o grito profético de muitas pessoas.

O apóstolo Paulo estimula essa proposta de sensibilidade compassiva e atuante perante o rosto do outro: “Ainda que eu falasse línguas, a dos homens e as dos anjos, se eu não tivesse a caridade, seria como bronze que soa... Agora, portanto, per-

manecem fé, esperança e caridade. A maior delas, porém, é a caridade” (1Cor 13,1.13).

Os ventos eclesiais pelos quais passamos não são nada animadores. Prefere-se percorrer caminhos mais suaves, acompanhados de letras de melodias menos transformadoras das desigualdades existentes. Em parte, isso se deve também à cultura das imagens na qual nos encontramos, “que trocou a reflexão pela emoção, o espírito crítico pelo espetáculo animado”.⁵ Essa cultura estimula o individualismo, desarticulando iniciativas éticas dos que procuram se organizar para atender às necessidades dos outros. De qualquer modo, sempre há quem continue a acreditar no valor permanente da caridade compassiva.

Em meio ao crepúsculo do dever de um mundo hiperindividualista,⁶ também há lugar para iniciativas de pessoas mais ousadas.

*Ousar é mover-se e agir com destemor. Ousar é desprender-se do lugar onde se está. Ousar é desamarrear-se, é lançar-se, é atirar-se a um projeto. É atitude corajosa, é ímpeto arriscado... Ousar é promover a dignidade da pessoa humana que está sendo violentada pela crueldade e envergonhada pela miséria. Ousar é abrir clareiras que permitem enxergar horizontes fecundos para o futuro da humanidade.*⁷

Essa ousadia de abrir-se à alteridade exige desprendimento:

*O caráter misterioso da experiência de Deus é um importante elemento de seu poder de sedução... Essa sedução “altera” radicalmente o homem: expropriando-o da segurança de todas as normalidades pessoais ou sociais, da possibilidade de prever o futuro e planejar o presente, arrastando-o para algo que parece ser loucura insana aos olhos do mundo... Ao viver e sofrer essa entrega e suas consequências, no entanto, o homem percebe que o que é loucura para o mundo é sabedoria de Deus (cf. 1Cor 1,18ss)... é perceber, como o apaixonado Paulo de Tarso, ter “perdido” até mesmo a própria identidade para reencontrá-la, renovada, cristificada, no rosto de amor que o possui e o habita por inteiro.*⁸

5. Tempo de indiferentismo

Nos últimos anos, tem-se alastrado mundo afora determinada cultura defensora do indife-

rentismo. Livros que defendem o ateísmo são bastante veiculados. Se, à nossa volta, a imensa maioria das pessoas afirma crer, na prática vive-se infantilismo na fé. Essa atitude reflete-se também na moral cristã. Declarações oficiais da Igreja são relativizadas ou ignoradas até mesmo por pessoas com prática religiosa regular. A superficialidade religiosa reflete-se na superficialidade dos comportamentos morais.

Em instâncias que se autodenominam científicas, há defesa de mão única à ciência. Somente ela bastaria para a vida e o progresso do ser humano. Essa posição já conquistou muitos corações e mentes, mas sem deixá-los satisfeitos.

É a fé em Deus que humaniza o ser humano. Lançar bases em volta desse princípio ajuda o ser humano a ter esperanças num mundo melhor para mais gente. Uma sociedade só é sólida se os membros que a formam forem portadores de valores sólidos. Para isso é necessária a preocupação com os valores éticos que oxigenam a vida social.

Mesmo em meio a uma cultura que propaga o indiferentismo, é possível construir pontes de resistência. As propostas que nos vêm do apóstolo Paulo são importantes alavancas para o fortalecimento da caminhada. Partindo de tais propostas, torna-se menos árdua a missão de testemunhar a boa nova de Jesus Cristo no hoje da história. Que este Ano Paulino nos anime a assumir esse desafio!

Pe. Darci Luiz Marin

É sacerdote paulino, mestre em Teologia Moral pela Academia Alfonsiana de Roma.
darcimarin@paulus.com.br

Notas:

1. MEEKS, Wayne. *O mundo moral dos primeiros cristãos*. São Paulo: Paulus, 1996. p. 120.
2. HÄRING, B. *Práxis cristã (moral fundamental)*. São Paulo: Paulus, 1983. v. 1, p. 51.
3. Idem, p. 52s.
4. Cf. CONCÍLIO VATICANO II. *Documentos do Concílio Ecológico Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2001. p. 556. (Documentos da Igreja, 1.)
5. LIPOVETSKY, Gilles. *A sociedade da decepção*. Barueri: Manole, 2007. p. 57.
6. Expressões defendidas por LIPOVETSKY, G. em várias de suas obras, entre as quais: *Le crépuscule du devoir*. Paris: Gallimard, 1992; *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Barcarolla, 2004; *A era do vazio*. Barueri: Manole, 2006.
7. ARDUINI, Juvenal. *Antropologia: ousar para reinventar a humanidade*. São Paulo: Paulus, 2002. p. 40.
8. BINGEMER, Maria Clara L. *Alteridade e vulnerabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993. p. 82; 84. Cf. também SILVA, Márcio Bolda da. *Rosto e alteridade: pressupostos de ética comunitária*. São Paulo: Paulus, 1995.

IGREJA E INTERNET: PARA UM DIÁLOGO ENTRE CULTURA E EVANGELIZAÇÃO

Pe. Silvio Sassi, ssp

O Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais publicou em fevereiro de 2002 os documentos *Igreja e a internet* e *Ética na internet*. Por que dois documentos sobre o mesmo tema? Apresentando cada um dos textos, veremos o ponto de vista peculiar que os caracteriza. Quando um dos documentos remete ao outro, recorre-se à formulação “documento adjunto a este”. São, pois, complementares, porém autônomos, sem uma continuidade interna.

O específico de *Igreja e a internet* é a consideração das “implicações que a internet tem para a religião, especialmente a Igreja católica” (n. 2). A introdução enfoca essa reflexão (n. 1-4): o interesse da Igreja pela internet é um aspecto particular de sua preocupação por todos os meios de comunicação, considerados em forma positiva e como verdadeiros dons de Deus; o conjunto dos meios de comunicação são fatores culturais que concorrem para o progresso do reino de Deus na história; a internet introduz mudanças que influem “não só no modo como as pessoas se comunicam, mas também no modo como compreendem sua vida” (n. 2).

A Igreja, ao considerar os meios de comunicação, tem duplo objetivo. O primeiro: “fomentar o correto desenvolvimento e uso com vistas ao progresso humano” (n. 3), dialogando com os responsáveis dos meios para colaborar na elaboração de uma política adequada e para compreender bem a natureza mesma dos meios. O segundo: a Igreja se preocupa também com a “comunicação na e pela própria Igreja” (n. 3), já que a comunicação eclesial não se reduz a questões técnicas, mas, fundando-se na comunicação

da Trindade, chega a ser uma qualidade essencial tanto na evangelização como na prática eclesial interna (cf. n. 3-4).

Os católicos estão convidados a não “ter medo de abrir as portas dos meios de comunicação a Cristo” (n. 4). No capítulo 2, “Oportunidades e desafios” (n. 5-9), afronta-se o fenômeno dos meios e da internet em relação à própria missão da Igreja. Dado que anunciar Jesus Cristo “às pessoas formadas por uma cultura dos meios de comunicação requer considerar atentamente as características especiais dos próprios meios, a Igreja precisa agora compreender a internet. Isso é preciso para comunicar-se eficazmente com as pessoas, de maneira especial com os jovens, que estão imersos na experiência dessa nova tecnologia” (n. 5).

Os meios de comunicação oferecem importantes benefícios e vantagens à Igreja; particularmente “a internet é importante para muitas atividades e programas da Igreja: a evangelização, que inclui tanto a reevangelização como a nova evangelização e o tradicional labor missionário *ad gentes*, a catequese e outros tipos de educação; as notícias e informações; a apologética, o governo e administração; algumas formas de assessoria pastoral e direção espiritual” (n. 5). A Santa Sé está já presente na internet e, aos grupos vinculados à Igreja que ainda não deram esse passo, anima-os a considerar a possibilidade de fazê-lo quanto antes (cf. n. 5).

A internet deve servir também para a comunicação interna da Igreja, e, sublinhando a diferença entre o atual modelo de comunicação em rede e o do passado, “em uma só direção, de

cima para baixo” (n. 6), o texto recorda outros documentos eclesiais já publicados que tratam da necessidade de “um fluxo bidirecional de informação e de opinião na Igreja entre pastores e fiéis” (n. 6).

Para um uso correto da comunicação na Igreja, o texto recorda a necessidade da formação: “a educação e a formação relativas à internet podem integrar programas globais de educação para os meios de comunicação acessíveis aos membros da Igreja. Na medida do possível, o planejamento pastoral para os meios de comunicação deveria prover essa formação aos seminaristas, sacerdotes, religiosos e às pessoas leigas, como professores, pais e estudantes” (n. 7).

A comunicação na internet apresenta à Igreja alguns problemas especiais, que põem em evidência alguns aspectos negativos. Em geral, a cultura dos meios de comunicação e da internet está impregnada “de uma mentalidade tipicamente pós-moderna” (n. 8); particularmente, a internet possui alguns *sites* que atacam e difamam alguns grupos religiosos e étnicos, *sites* pornográficos e violentos, *sites* que abusam da religião cristã, aplicando-lhe inclusive interpretações excêntricas da fé e práticas devocionais extravagantes.

Ademais, “a realidade virtual do ciberespaço tem algumas implicações preocupantes tanto para a religião como para outras áreas da vida. A realidade virtual não substitui a presença real de Cristo na eucaristia, nem a realidade sacramental dos outros sacramentos, tampouco o culto compartilhado em uma comunidade de carne e osso. Não existem os sacramentos na internet” (n. 9). É necessário considerar “como levar as pessoas do ciberespaço a uma autêntica comunidade” (n. 9).

Nas recomendações e conclusões (n. 10-12), o texto contém uma exortação às pessoas presentes em todos os setores da Igreja para usarem a internet, já que “não é aceitável ficar atrás timidamente por medo da tecnologia ou por qualquer outra razão” (n. 10). Depois se oferecem palavras de alento para motivar positivamente, com relação à internet, diversos grupos: os dirigentes da Igreja, os agentes de pastoral, os educadores e catequistas, os pais, as crianças e os jovens (cf. n. 11). O último convite se dirige “a todas as pessoas de boa vontade”, para que vivam o fenômeno da in-

ternet sob a guia de algumas virtudes: prudência, justiça, fortaleza e valentia, temperança (cf. n. 12).

O texto *Ética na internet* foi redigido com o desejo de “expor o ponto de vista católico sobre a internet, como um ponto de partida para a participação da Igreja no diálogo com outros setores da sociedade, especialmente outros grupos religiosos, com relação ao desenvolvimento e ao uso desse admirável instrumento tecnológico” (n. 2).

A introdução (n. 1-6) apresenta a reflexão, chamando a atenção para uma análise em torno da comunicação, que supõe, “mais que uma simples revolução técnica, a completa transformação daquilo por meio do qual a humanidade capta o mundo a seu redor e que a percepção verifica e expressa” (n. 1). O aparecimento e desenvolvimento da internet confirmam que ela “tem enormes conseqüências para as pessoas, para as nações e para o mundo, as quais aumentam diariamente” (n. 2). O interrogante ético se formula com base nessa explosão da comunicação e de seus influxos: “Como conseqüência de tudo isso, as pessoas são melhores e mais felizes?” (n. 1).

A Igreja contribui na resposta ao interrogante ético sobre a comunicação na internet com “seu compromisso em favor da dignidade da pessoa humana e sua larga tradição de sabedoria moral” (n. 2). “Como acontece com os outros meios de comunicação, a pessoa e a comunidade de pessoas são o centro de valorização ética da internet... O princípio ético fundamental é o seguinte: a pessoa humana e a comunidade humana são o fim e a medida dos meios de comunicação social; a comunicação deveria realizar-se de pessoa a pessoa, com vistas ao desenvolvimento integral delas” (n. 3).

O segundo princípio fundamental para uma ética da comunicação é o bem comum integral perseguido com solidariedade.

O fenômeno da comunicação, sobretudo com a consolidação da internet, vê-se envolvido em duas conseqüências importantes: a globalização, que põe em evidência uma disparidade entre as nações com relação ao desenvolvimento comunicativo (cf. n. 4), e a descentralização, que permitiu a passagem do poder sobre a comunicação dos Estados nacionais para companhias privadas (cf. n. 5).

O capítulo 2, “Sobre a internet” (n. 7-9), apresenta a reflexão ética em conexão com alguns fenômenos técnicos e com os fundamentos ideológicos da internet. “A internet tem um conjunto de características impressionantes. É instantânea, imediata, mundial, descentralizada, interativa, capaz de estender ilimitadamente seus conteúdos e seu alcance, flexível e adaptável em grau notável. É igualitária, no sentido de que qualquer um, com o equipamento necessário e modestos conhecimentos técnicos, pode ser uma presença ativa no ciberespaço, anunciar sua mensagem ao mundo e buscar audiência. Permite às pessoas permanecer no anonimato, desempenhar um papel, fantasiar e também entrar em contato com outros e compartilhar. Segundo os gostos do usuário, a internet se presta a uma participação ativa e a uma absorção passiva em um mundo narcisista e isolado, com efeitos quase narcóticos. Pode-se empregar a internet para romper o isolamento de pessoas e grupos ou, pelo contrário, para aprofundá-lo” (n. 7).

As possibilidades tecnológicas se fundam em uma ideologia na qual confluem a descentralização da rede, o livre intercâmbio, a independência de toda regulamentação, a exaltação plena do indivíduo, a liberdade de expressão e as oportunidades de desenvolvimento de todo tipo de comércio.

As contribuições positivas da internet para as pessoas e a sociedade são múltiplas quando se baseiam em princípios éticos que conduzem a “construir a civilização do amor” (n. 9); porém, ao mesmo tempo, essa comunicação pode favorecer a alienação, o egocentrismo e se pôr a serviço de um comportamento agressivo, “do ciber-terrorismo” (n. 9).

As possibilidades de comunicação com a internet põem em evidência também alguns motivos de preocupação (n. 10-14) para a reflexão eclesial.

Uma injustiça que é preciso superar é a desigualdade digital, a discriminação entre países ricos e pobres também com relação à comunicação em rede: “a Igreja deseja uma globalização que esteja a serviço de toda a pessoa e de todas as pessoas” (n. 10).

Os conteúdos que a internet põe à disposição constituem um desafio para a Igreja: os meios de comunicação social e a internet “transmitem

e ajudam a inculcar um conjunto de valores culturais – modos de pensar sobre as relações sociais, a família, a religião e a condição humana – cuja novidade e fascinação podem questionar e destruir as culturas tradicionais” (n. 11).

A liberdade de expressão na internet corresponde às exigências do direito humano de buscar a verdade e da livre expressão da opinião pública; são inadmissíveis “as tentativas das autoridades públicas de bloquear o acesso à informação – na internet ou em outros meios de comunicação social –, considerando-o ameaça ou obstáculo, para manipular o público mediante a propaganda e a desinformação ou para impedir a legítima liberdade de expressão e de opinião” (n. 12).

Particular atenção merece a informação jornalística *on-line*, já que a internet é “um instrumento muito eficaz para transmitir rapidamente notícias e informações às pessoas. Mas a competitividade econômica e a índole do jornalismo na internet de funcionar 24 horas por dia também contribuíram para o sensacionalismo e a circulação de rumores, para uma mescla de notícias, publicidade e espetáculo e para a aparente discriminação das reportagens e comentários sérios” (n. 13). Na informação *on-line*, o jornalismo se inspira na ideologia da liberdade radical: tudo se pode dizer (cf. n. 14).

Nas recomendações e conclusões (n. 15-18) se propõe de novo a virtude da solidariedade como medida do serviço que a internet presta ao bem comum, recordando que “muitas pessoas e grupos partilham a responsabilidade nessa matéria”: todos os usuários de internet, os pais, as escolas, os centros e programas educativos (cf. n. 15).

Também a comunicação pela internet deve submeter-se ao respeito de algumas leis; no entanto, “deveria evitar-se a censura prévia por parte dos governos” (n. 16), recorrendo à formulação de novos regulamentos para problemas específicos (por exemplo, a difusão de vírus). “A regulamentação da internet é desejável e, em princípio, a auto-regulação é melhor” (n. 16), completada pelos códigos éticos da indústria e, em casos extraordinários, até pela censura pública.

Tendo presente o caráter transnacional da internet, o documento sublinha a necessidade da “cooperação internacional com vistas à

formação de critérios e ao estabelecimento de mecanismos para promover e proteger o bem comum internacional” (n. 17).

A última reflexão se dedica a chamar a atenção “sobre o uso da internet por parte da Igreja e sobre o papel da internet na vida da Igreja” (n. 18), em cujo centro está sempre a pessoa do Cristo e a certeza da fé de que também a internet atua dentro dos limites do reino de Deus.

Depois de haver percorrido o desenvolvimento temático dos documentos e haver sublinhado os argumentos principais com a citação de alguns parágrafos significativos, como avaliar a exposição metodológica dos argumentos e os conteúdos, tanto em perspectiva eclesial quanto em referência ao estudo e à investigação sobre o fenômeno da internet?

O mérito principal desses textos é a visão positiva que inspira a reflexão da Igreja nos três âmbitos: colaboração, especialmente na consideração ética, com todos os que se ocupam com a internet, uso da comunicação em rede na evangelização e recurso à internet para a comunicação dentro da Igreja. Os que são sempre solícitos em reclamar com insistência a obediência ao magistério estão convidados a descobrir que existe um magistério também para a comunicação midiática e em rede: o que se exige em outros campos não se deveria ignorar no campo da comunicação. É simplesmente impossível justificar a falta de conhecimento e de compromisso cristão na comunicação, tanto para a evangelização como para a vida eclesial interna, usando como escudo inexistentes proibições do magistério.

Vale a pena, além disso, pôr em evidência a *enunciação metodológica* de fundo de ambos os documentos: primeiro é necessário estudar a fundo o fenômeno da comunicação midiática e pela internet para depois elaborar propostas significativas tanto do ponto de vista de estudo e investigação (sobretudo no campo ético) como em referência à vida e à missão da Igreja. Às vezes, sobretudo em ambientes eclesiais, trata-se a comunicação como uma espécie de deformação profissional: o constante ponto de observação continua sendo uma visão preocupada com o aspecto moral, que, olhando bem, assume logo as características de um moralismo apressado, mas onisciente.

Insiste-se, em vários pontos de ambos os documentos, no caráter dos conteúdos expressos: tendo em conta a complexidade do fenômeno comunicativo em geral e o rápido e permanente desenvolvimento da internet, não se quer dizer uma palavra definitiva que corra o risco de ser superada em pouco tempo, mas mobilizar a Igreja em um esforço de reflexão e de prática, partindo de um reconhecimento geral dos problemas assim como se apresentam neste momento. Poderíamos dizer que se trata de textos “abertos”, que exigem a generosidade de todos os que queiram aprofundar e melhorar seu estudo.

Precisamente com vistas a essa colaboração construtiva, podemos pôr também em evidência, em ambos os textos, a carência de conseqüências operativas e uma ausência de fundo. No texto *Igreja e internet*, falando da necessidade de mudar o modelo de comunicação (não mais um fluxo “em uma só direção, de cima para baixo”, n. 6), o documento recorda com razão: “É nova a tecnologia, mas não a idéia” e cita oportunamente outros documentos eclesiais em que se afirma a

importância para a vida da Igreja de “um fluxo de comunicação bidirecional”. Precisamente dentro da comunicação eclesial é necessário conjugar, de forma harmônica, as possibilidades que nos oferecem as tecnologias, a veracidade das idéias expressas nos textos e a *práxis* conseqüente. A veracidade das idéias deve submeter-se à prova dos fatos, do contrário não se chega a ter credibilidade nem mesmo no âmbito externo, quando se fala de uma legítima “opinião pública” e do direito à “liberdade de expressão”.

A eleição temática e o desenvolvimento argumentativo de ambos os documentos se apóiam no esquema consolidado de “aspectos negativos e positivos”; é hora de deixar as “margens” para ir “mar adentro” também na reflexão sobre a comunicação, a fim de desenvolver um *diálogo de fundo* entre nova evangelização e cultura da comunicação, adotando a inculturação. Necessita-se, talvez, de um salto epistemológico para um novo modo de pensar.

Pe. Silvio Sassi, atual superior-geral dos Paulinos e membro do Pontifício Conselho para as Comunicações, é doutor em Semiótica pela Universidade Sorbonne.

LITURGIA DIÁRIA

LITURGIA DIÁRIA facilita o contato com a Palavra de Deus e uma melhor participação e compreensão da liturgia. Traz a liturgia do mês (leituras e orações de cada dia), partes fixas da missa, prefácios em consonância com as festas litúrgicas do mês, orações eucarísticas para a missa diária, artigos e esclarecimentos sobre a liturgia.

Para adquirir LITURGIA DIÁRIA, basta escrever para a Cx. Postal 2534 cep 01060-970 São Paulo SP ou telefonar para (11) 3789-4000.

E-mail: assinaturas@paulus.com.br

42º DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS 2008

4 de maio – solenidade da Ascensão do Senhor

Ir. Helena Corazza, fsp

O tema de reflexão escolhido pelo papa Bento XVI para o Dia Mundial das Comunicações deste ano é: “*Os meios: na encruzilhada entre protagonismo e serviço. Buscar a verdade para compartilhá-la*”.

O Dia Mundial das Comunicações foi criado pelo Concílio Vaticano II no Decreto *Inter Mirifica* (n. 18), de 4 de dezembro de 1963, e tem como objetivo suscitar a reflexão, a ação e as ofertas dos fiéis em favor do “sustento e incremento das instituições e iniciativas promovidas pela Igreja neste setor”.

O tema é provocativo e apresenta diversos elementos para serem considerados: por exemplo, o papel dos meios de comunicação, tendo em vista o crescente risco de eles se tornarem *referência de si mesmos* e não se porem a serviço da verdade, que deve ser buscada e compartilhada, e o compromisso com a sociedade inerente a esse papel.

Para melhor compreender o tema e refletir sobre ele, alguns elementos podem ser desdobrados. Antes de tudo, entender o *significado e a finalidade* dos meios de comunicação; em seguida, examinar as diversas *encruzilhadas*, entre as quais o protagonismo e o serviço, a compreensão da cultura da comunicação e o lugar de quem comunica e recebe; finalmente, ter em conta alguns *desafios* para o compromisso cristão no contexto cultural midiático e propor sugestões para a celebração do 42º Dia Mundial das Comunicações Sociais.

1. Meios de comunicação

Fazendo um percurso histórico, observa-se que os meios de comunicação emergem num

contexto de mudanças tecnológicas, comerciais, políticas e culturais, sinalizadas no final do século XV com o mercantilismo (a imprensa nasce em 1456) e intensificadas no século XIX e XX com a revolução industrial e tecnológica. Depois da imprensa, vem a descoberta da comunicação à distância – cujos primeiros ensaios remontam ao final do século XIX com Landell de Moura (1893) e Marconi (1895), que transmitiram, por ondas eletromagnéticas, sinais audíveis *dispensando fios* – e a reprodução da imagem pelo cinema (1895). Mas é no século XX que esses meios tomam forma e se expandem, com o rádio (1915; 1922 no Brasil) e a televisão (1940; 1950 no Brasil). A comunicação e a informação passam a ser mediadas por tecnologias cada vez mais sofisticadas.

Alguns elementos caracterizam e constituem os meios de comunicação: a tecnologia, a organização empresarial e o relacionamento com o público. A indústria da mídia normalmente evoca a existência de produtos como livros, jornais, CDs, DVDs, programas de rádio e televisão, filmes e sites. As tecnologias fazem parte do cotidiano e se tornam cada dia mais familiares. Pode-se dizer que, hoje, os meios são empresas organizadas com diferentes finalidades e com fins lucrativos, inseridas no contexto econômico e social. Eles produzem e fazem circular informações de todos os tipos e gêneros, tendo em vista seu público-alvo, sempre passível de ser ampliado. Exemplo disso é a internet (1969-1970; no Brasil só em 1991), que surgiu para fins de segurança, depois teve aplicações no campo da ciência e da pesquisa e, finalmente, popularizou-se, assumindo finalidades comerciais. Ela encabeçou nova forma

de comunicação por dados, desdobrando-se numa infinidade de novas mídias móveis, digitais e interativas.

2. Os fins dos meios de comunicação: o serviço

Quando consideramos o surgimento dos meios de comunicação, percebemos algumas finalidades e funções: *informar, entreter e educar*. Informar sobre os fatos que acontecem; educar o ser humano para que ele interaja com o contexto por meio de práticas cidadãs; entreter para descontraír, propiciar o lazer, relaxar, de modo que se saia da rotina do dia-a-dia. O entretenimento é um dos aspectos em crescente evolução. Pesquisas mostram que a informação torna-se entretenimento, o que muda a forma de comunicar.¹

Neste contexto de mudanças tecnológicas e culturais, talvez seja interessante lembrar o que a Constituição brasileira diz e determina para todas as empresas de radiodifusão, cuja razão de ser é estar a serviço da sociedade:

“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos por lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”

3. Encruzilhada entre protagonismo e serviço

Encruzilhada é metáfora interessante para pensar a relação desafiadora que se estabelece entre protagonismo, como auto-referência, e serviço, que supõe a saída de si e o cumprimento de uma missão, a razão de ser, permitindo estar maduro a fim de “buscar a verdade para compartilhá-la”, conforme a proposta da mensagem de Bento XVI.

O protagonismo recebe interpretações diversas. Entendido no sentido positivo, quer dizer tomar a iniciativa, participar. Em se tratando de *inclusão social* em projetos educativos – para

jovens, por exemplo –, é compreendido como a participação nas decisões fundamentais. Conforme o *Dicionário Novo Aurélio*, protagonista, sujeito do qual deriva a idéia de protagonismo, significa “personagem principal” e aquele que desempenha um papel principal num acontecimento. A Igreja também utiliza esse termo ao falar da inserção e do compromisso dos leigos no campo da comunicação.²

A mensagem do 42º Dia Mundial das Comunicações traz o sentido de protagonismo atribuído aos meios de comunicação e sua missão. As mudanças tecnológicas, econômicas e culturais pelas quais passam esses meios mostram ser essa uma característica da sociedade pós-moderna, uma nova forma de concepção da sociedade. Agora a tecnologia e o mercado estão no centro, tomando o lugar de Deus e dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da sociedade moderna.

O lugar da imagem, do poder e das relações é tema tratado por diversos autores, cuja constatação de mudanças de enfoque e de ação na sociedade pode ser assim sintetizada: período teocêntrico, quando Deus e a fé estão no centro da vida da sociedade e das pessoas e tudo gira ao redor dos valores religiosos; período antropocêntrico, que coincide com a descoberta e o avanço da ciência, com o predomínio do pensamento iluminista e da centralidade do homem no universo; período tecnocêntrico ou do regime visual, quando a máquina e o mercado ocupam a posição central e se tornam referência de si mesmos. Com nuances, esse assunto é objeto de reflexão de diferentes autores, entre os quais Debray, Marcondes Filho, Sousa e Babin.³ Das diferentes visões de mundo, muitas são as implicações nas práticas sociais, também na comunicação.

Um exemplo tirado do processo televisivo brasileiro talvez possa ilustrar as mudanças culturais e tecnológicas em curso. Em sua primeira fase, de 1950 a 1980 – que Marcondes Filho⁴ chama de “surgimento e rejeição” –, a televisão brasileira foi caracterizada como um *meio de comunicação* que permitia às pessoas ver o mundo através da tela. Usava-se a metáfora da “janela”, sendo a televisão uma janela aberta para o mundo. Através dessa janela eletrônica, as pessoas poderiam ver o que estava acontecendo na cidade, no país e no mundo, chegando aos di-

ferentes lugares de forma rápida. Esse é o sentido daquilo que o pesquisador canadense Marshall McLuhan preconizou como a “aldeia global”, ainda na década de 60 do século passado, vendo os meios como “janela do mundo”.

Na segunda fase, a partir de 1980 no Brasil, a televisão atinge a supremacia e a autocentração – fenômeno mundial antes verificado na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Agora já não se pensa na televisão como meio de comunicação, mas ela se impõe de forma absoluta “na posição de domínio de mercado e de informações e modifica a relação que tem com seu público e produção”. Marcondes Filho diz que o que se destaca nessa segunda fase, “em que a televisão passa a produzir imaginários, é o componente denominado *auto-referência* ou autocelebração. Já que a televisão não é mais um meio de comunicação que está lá para intermediar, para realizar exatamente aquilo que lhe dá o nome, ou seja, um *médium*, uma ponte entre uma coisa e outra, então, ela é o próprio espetáculo”.⁵

Essa breve descrição pode ajudar-nos a pensar a mudança de compreensão das mídias a respeito de si mesmas em decorrência do crescimento tecnológico e da visão mercadológica. De fato, quando os meios estão autocentrados e modificam a relação com o seu público e os modos de produção, o que esperar dos seus serviços? Como estarão retratando a realidade, a verdade dos fatos, e trabalhando com a imparcialidade? A palavra do sociólogo Ianni sinaliza essa mudança:

*Estamos diante de complexas transformações da esfera pública, em grande parte determinadas principalmente pelo modo como está evoluindo o sistema dos meios de comunicação. A esfera pública, portanto a política, era distinta, ao menos em termos de princípios, não só da esfera privada, mas da atividade empresarial. Esta fronteira tem sido continuamente suprimida, principalmente pelo modo como tem evoluído o sistema televisivo, que determina uma espécie de unificação das diversas esferas, em especial da política, comércio, espetáculo.*⁶

Não se trata de um olhar pessimista, mas de compreender a “máquina” que move a sociedade. Se a visão mercadológica está no centro ou é

absoluta, os meios de comunicação que se pautam nessa ótica – supervalorizando a audiência e o lucro – podem comprometer a referência aos valores humanos, sociais e éticos. E aqui surge outra *encruzilhada*.

4. Encruzilhada na compreensão do fenômeno comunicacional

A sociedade experimenta hoje não apenas grandes mudanças econômicas e tecnológicas, mas também mudanças culturais. O conceito de comunicação mediada por instrumentos vai igualmente se modificando. Da concepção isolada dos meios passa-se à compreensão da comunicação como cultura, não só porque permeia o cotidiano, estando presente na vida das pessoas, mas por modificar a forma de pensar, as práticas e os modos de relacionamento. A comunicação torna-se aquele “ambiente vital”, “o conjunto de valores”, o “estilo de vida” e o elemento articulador de mudanças sociais.

Trata-se de ter nova visão da comunicação, conforme afirma Puntel: “compreender a comunicação como um processo que envolve muitos elementos, aspectos, interatividade, e que, portanto, não pode ser considerada (ou até praticada) de modo isolado... o importante é considerar o *fenômeno* da comunicação e suas implicações”.⁷ Por isso, não se pode reduzir o conceito de comunicação a tecnologia, mas considerá-la na globalidade, em seus aspectos antropológicos, sociológicos e culturais.

O papa João Paulo II, em sua encíclica *Redemptoris Missio*, traz uma palavra iluminadora sobre a cultura da comunicação e chama os meios de comunicação de “primeiro areópago dos tempos modernos”. Unificando a humanidade e transformando-a na *aldeia global*, eles precisam ser compreendidos em sua linguagem e mecanismos, a fim de superar a visão do simples uso. É do papa esta afirmação:

[O uso dos meios] não tem somente a finalidade de multiplicar o anúncio do Evangelho: trata-se de um fato muito mais profundo, porque a própria evangelização da cultura moderna depende, em grande parte, da sua influência. Não é suficiente, portanto, usá-los para difundir a mensagem cristã e o Magistério da Igreja, mas é necessário integrar a mensagem nesta “nova

cultura” criada pelas modernas comunicações (RM 37c).

Acompanhar as mudanças faz parte do conhecer o mundo da comunicação e os significados que os meios vão adquirindo, não apenas como *meios*, mas pelos significados que criam. Ianni novamente ilumina essa compreensão, dizendo:

se queremos compreender a crescente importância das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas, no mundo da mídia, o que é fundamental para compreendermos a crescente importância da mídia em todas as esferas da sociedade nacional e mundial, é importante começar pelo reconhecimento de que o século vinte está profundamente impregnado, organizado e dinamizado por técnicas sociais. São inúmeras as inovações tecnológicas que adquirem o significado de poderosas e influentes técnicas sociais.

*Assim, o que parece neutro, útil, positivo, logo se revela eficiente, influente ou mesmo decisivo, no modo pelo qual se insere nas relações, processos e estruturas que articulam e dinamizam as diferentes esferas da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial.*⁸

Importa compreender e considerar que as tecnologias, ao se inserirem no cotidiano, vão criando novos hábitos, facilidades, modos de ver, sentir e agir no convívio social. De fato, conforme Thompson,

*o desenvolvimento de novos meios de comunicação não consiste simplesmente na instituição de novas redes de transmissão de informação entre indivíduos, cujas relações sociais básicas permanecem intactas. Mais do que isso, o desenvolvimento dos meios de comunicação cria novas formas de interação e novos tipos de relacionamentos sociais – formas bastante diferentes das que tinham prevalecido durante a maior parte da história humana.*⁹

Daí se entende, cada vez mais, que a comunicação é uma questão de cultura. Para Martín-Barbero,

o que os processos e práticas da comunicação coletiva põem em jogo não são unicamente os deslocamentos do capital e as inovações

*tecnológicas, mas sim profundas transformações na cultura cotidiana das majorias: nos modos de estar juntos e tecer laços sociais, nas identidades que plasmam tais mudanças e nos discursos que socialmente os expressam e legitimam.*¹⁰

Ao tratar o tema da pastoral da comunicação social, o Documento de Aparecida (n. 484-490) considera o fenômeno da comunicação como elemento articulador das mudanças na sociedade. Para formar discípulos e missionários no campo da comunicação, é preciso “conhecer e valorizar esta nova cultura”, o que se realiza com diversas iniciativas, entre as quais a presença nos meios, a formação de agentes pastorais e de profissionais e outras que possam otimizar e qualificar a ação comunicativa da Igreja.

5. Encruzilhada na compreensão do lugar do comunicador

A mensagem do papa Bento XVI propõe aos meios de comunicação “*buscar a verdade para compartilhá-la*”. Sem dúvida, este é o primeiro serviço que se espera de um meio de comunicação e de seus profissionais: uma atuação, quanto possível, isenta de interesses para compartilhar a verdade dos fatos.

Como espectadores, leitores e ouvintes, normalmente procuramos ver o mundo pela “janela” dos meios de comunicação. Essa janela fornece recortes da realidade, composições e até uma construção do real que, vindo a nós de forma interpretativa, produz e “expressa imaginários a partir dos quais as pessoas representam aquilo que temem ou que têm direito de esperar, seus medos e suas esperanças”.

Diante disso, importa pensar na pessoa que comunica. Os produtores de comunicação não são meros transmissores ou intermediários. Há uma reflexão bastante amadurecida segundo a qual o mais importante não é a quantidade de informações que circulam, mas a capacidade de apropriação e mobilização que elas proporcionam. É preciso compreender que comunicação significa pôr em comum experiências criativas, reconhecimento das diferenças e abertura para o outro, pressupostos fundamentais a fim de “*buscar a verdade para compartilhá-la*”, conforme a proposta do Dia Mundial das Comunicações.

Propõe-se aqui nova postura para que os comunicadores deixem de figurar como *intermediários* e sejam *mediadores* de processos. Martín-Barbero¹¹ entende *intermediário* como “*aquele que se instala na divisão social e, em vez de trabalhar para abolir as barreiras que reforçam a exclusão, defende o seu ofício - uma comunicação na qual os emissores-criadores continuem sendo uma pequena elite e as maiorias continuem sendo meros receptores e espectadores resignados*”.

Segundo esse autor, o mediador, ao contrário, é “*aquele que torna explícita a relação entre a diferença cultural e a desigualdade social, entre diferença e ocasião de domínio e a partir daí trabalha para fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores criadores do que o dos meros consumidores*”.

Essa visão do comunicador como mediador volta-se para o entendimento da comunicação como a prática de pôr em comum os sentidos da vida e da sociedade. Tudo isso requer priorizar no sujeito receptor, tanto individual como grupal, sua capacidade criativa e interpretativa da comunicação recebida num processo interativo.

Tal trabalho requer *educação para a formação crítica quanto ao uso dos meios de comunicação*, também recomendada pelo Documento de Aparecida (n. 486). Talvez se trate de uma tarefa difícil, se considerarmos a desproporção existente entre os emissores, empresas que produzem e difundem produtos culturais, e o público receptor, que reelabora e reinterpreta o que recebe sem ser simples consumidor,¹² mas alguém capaz também de fazer história. Um trabalho que vai na contramão do sistema, pois constrói cidadania e preserva valores humanos e cristãos.

6. Desafios para a teoria e a prática da comunicação cristã

A provocação do Dia Mundial das Comunicações é atualíssima e promove a retomada de todo o ensinamento do magistério da Igreja¹³ no que se refere à comunicação.¹⁴ Revela-se pertinente a preocupação da Igreja, como instituição religiosa e parte da sociedade civil, em razão do crescente risco de que os meios de comunicação se tornem *referência de si mesmos*, e não ins-

trumentos a serviço da verdade, a ser buscada e compartilhada.

A Igreja vê os meios de comunicação como dons de Deus e como continuadores da obra da criação, sendo, portanto, dados ao ser humano como sinais do progresso e para neles trabalhar de forma construtiva, em colaboração, a serviço da busca da verdade: “os homens de boa vontade são convidados a um trabalho conjunto, para que os meios de comunicação social contribuam para a procura da verdade e para o verdadeiro progresso humano”.

A posição positiva e a missão da Igreja de assumir o compromisso de evangelizar com a comunicação, ou seja, de viver uma vida de espiritualidade apostólica, revelam-se nas palavras do papa Paulo VI no Vaticano II, em 4 de dezembro de 1963, na promulgação do decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação, quando diz: “torna patente a capacidade da Igreja de unir vida interior e exterior, contemplação e ação, oração e apostolado”.

A Igreja continua sua busca constante e evolutiva de compreensão da comunicação e inserção nela, apontada pelo papa João Paulo II como o primeiro aréopago dos tempos modernos. Ele diz:

*talvez se tenha descuidado um pouco este aréopago: deu-se preferência a outros instrumentos para o anúncio evangélico e para a formação, enquanto os mass media foram deixados à iniciativa de particulares ou de pequenos grupos, entrando apenas, secundariamente, na programação pastoral... é necessário integrar a mensagem nesta nova cultura criada pelas modernas comunicações.*¹⁵

Resta-nos perguntar:

– Como buscar a verdade e compartilhá-la no âmbito de uma sociedade plural como esta em que vivemos, atuando em meios de comunicação eclesiais ou outros e mantendo nosso compromisso cristão, ético e cidadão?

– Quais as principais “encruzilhadas” a ser enfrentadas localmente no campo da comunicação?

– Como ajudar as pessoas a fazer escolhas sábias e conscientes diante das programações que a mídia oferece?

– Como organizar-se e interferir para estabelecer uma programação de qualidade não apenas técnica, que esteja a serviço dos cidadãos, da verdade, dos valores humanos e da preservação do planeta, promovendo uma sociedade mais solidária?

SUGESTÕES PARA CELEBRAR O DIA MUNDIAL DAS COMUNICAÇÕES

1. Conhecer a mensagem do papa Bento XVI para esse dia: www.cnbb.org.br; www.vatican.va.

2. Conhecer o roteiro da celebração preparada pelo Pontifício Conselho para as Comunicações.

3. Motivar as equipes de liturgia para prepararem a celebração – no dia da Ascensão do Senhor – incluindo o Dia Mundial das Comunicações.

4. A pastoral da comunicação poderá promover algum debate, seminário ou palestra sobre o tema.

5. Falar do tema do Dia Mundial das Comunicações em programas de rádio e televisão, na internet, em jornais paroquiais ou diocesanos, em colunas de outros jornais.

6. Onde for possível, promover uma reunião com comunicadores da cidade. Pode-se programar uma entrevista coletiva e também uma confraternização ou, ainda, mandar uma mensagem aos comunicadores, cumprimentando-os por esse dia.

7. Fazer uma exposição ou feira educativa, para que as pessoas conheçam e valorizem os meios de comunicação católicos: revistas, jornais, livros, CDs, DVDs, *sites*, boletins, programas de rádio e TV.

8. Mobilizar o mundo da educação, sobretudo os professores, com o tema, promovendo algum concurso de redação ou outras iniciativas criativas.

Parabéns a todos os comunicadores e comunicadoras, leigos e leigas, sacerdotes, bispos, religiosos(as), profissionais da comunicação!

Feliz Dia Mundial das Comunicações a toda a comunidade!

Notas:

1. DEJAVITE, Fábila Angélica. *Infotainment: informação + entretenimento no jornalismo*. São Paulo: Paulinas, 2006.
2. CNBB. Igreja e comunicação rumo ao novo milênio: conclusões e compromissos. São Paulo: Paulinas, 1997. n. 11 (Documentos da CNBB, 59.)
3. DEBRAY, Régis. *Vida e morte da imagem*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 205ss; MARCONDES FILHO, Ciro. *Sociedade tecnológica*. São Paulo: Scipione, 1994. p. 28ss; SOUSA, Mauro Wilton de. *Novas linguagens*. São Paulo: Salesiana, 2003; BABIN, Pierre. *Mídia, chance para o evangelho*. São Paulo: Loyola, 2005.
4. Cf. MARCONDES FILHO, Ciro. *Televisão*. São Paulo: Scipione, 1994. p. 27ss.
5. *Idem*, p. 34.
6. IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., GT 19 – Teoria Social, 1998, Caxambu (MG). *Anais...* Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.
7. PUNTEL, Joana; CORAZZA, Helena. *Pastoral da comunicação, diálogo entre fé e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2007. p. 21.
8. IANNI, Octavio. O príncipe eletrônico. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 21., GT 19 – Teoria Social, 1998, Caxambu (MG). *Anais...* Caxambu, 27 a 31 de outubro de 1998.
9. THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 77.
10. MARTÍN-BARBERO, Jesus. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAIS, Denis de (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
11. Martín-Barbero, Jesus. *Idem*, p. 69.
12. CORAZZA, Helena. *Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas*. São Paulo: Paulinas, 2000.
13. DARIVA, Noemi (Org.). *Comunicação social na Igreja: documentos fundamentais (1963-2003)*. São Paulo: Paulinas, 2003.
14. PUNTEL, Joana; CORAZZA, Helena. *Pastoral da comunicação, diálogo entre fé e cultura*. São Paulo: Paulinas, 2007.
15. JOÃO PAULO II. *Carta encíclica sobre a validade permanente do mandato missionário da Igreja Redemptoris Missio*, 37c (7 de dezembro de 1990).

Ir. Helena Corazza, fsp
jornalista, graduada em Letras e mestra em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Atua como diretora do Serviço à Pastoral da Comunicação (Sepac).
E-mail: helena.corazza@paulinas.com.br

O DOMINGO: folheto litúrgico-catequético que colabora para uma melhor participação da assembleia nas eucaristias dominicais; bem como facilita a compreensão das leituras e orações litúrgicas. Traz também cantos adequados para o ano litúrgico e duas colunas de formação bíblico-catequética.

ASSINATURAS: (11) 3789-4000

e-mail: assinaturas@paulus.com.br

ROTEIROS HOMILÉTICOS

(Também na internet: www.paulus.com.br)

Pe. José Bortolini

Endereço: josebortolini@paulus.com.br

ASCENSÃO DO SENHOR (4 de maio)

A IGREJA TESTEMUNHA
A PRESENÇA DO DEUS-CONOSCO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Celebrar a partida de Jesus para o Pai é senti-lo eternamente presente na vida das pessoas e da comunidade cristã. Ele não se afastou. Criou sua morada estável em nosso meio, pois é o Deus-conosco. Cabe agora às comunidades mostrá-lo presente mediante o testemunho (I leitura). Cabe agora à comunidade ir ao encontro dele “na Galiléia”, repetindo suas palavras e ações em favor dos excluídos, exercendo a mesma autoridade de Jesus, que quer salvar a todos (evangelho). Ele está sempre presente no meio de nós, em nossas comunidades, pois a glória de Deus é estar conosco; e nós o glorificamos quando o reconhecemos e manifestamos como Senhor absoluto, Cabeça da Igreja, razão da nossa esperança (II leitura).

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (At 1,1-11): A comunidade cristã: sacramento das palavras e ações de Jesus

Atos dos Apóstolos é o segundo livro que Lucas escreveu, ou a segunda parte de sua obra. No seu plano, o evangelista pretende mostrar que os ensinamentos e ações de Jesus continuam nos ensinamentos e ações dos cristãos. Portanto, o livro dos Atos não é um manual de história da Igreja, mas, sim, o prolongamento da prática do Senhor na vida da comunidade cristã. Se no Evangelho de Lucas

temos a *práxis de Jesus* – desde o começo até o dia em que foi levado para o céu –, no livro dos Atos temos a *práxis cristã*. E quem deseja ser *amigo de Deus*, “Teó-filo” (esse nome tem, provavelmente, caráter simbólico, querendo identificar todos os cristãos), tem na *práxis de Jesus* e na *práxis cristã* as linhas mestras de inspiração e conduta. A passagem do primeiro momento para o segundo está nas *instruções* que Jesus dá aos apóstolos que tinha escolhido, movido pelo Espírito Santo (v. 2). O mesmo Espírito esteve presente em Jesus e está presente na *práxis cristã* da comunidade.

Essa tarefa está ancorada na experiência do Cristo ressuscitado: “Foi a eles que Jesus se mostrou vivo depois da sua paixão, com numerosas provas” (v. 3a); tem o aval do Pai, cuja promessa se realiza em Jesus e na comunidade (v. 4b) por meio da efusão do Espírito (v. 5), que levará a comunidade à identificação de sua *práxis* com a de Jesus. Lucas fala de “quarenta dias” (v. 3b), durante os quais Jesus apareceu e falou aos discípulos sobre o reino de Deus. O fato não tem caráter cronológico, mas teológico-catequético: a prática cristã nasce da experiência plena do Cristo ressuscitado, experiência que Lucas visualiza num contexto de intimidade e comunhão: a *refeição* (v. 4a, em grego se diz *synalizómenos* = “com sal” = sócios). É dessa intimidade com ele que nasce o testemunho cristão, a missão, a evangelização, pondo em movimento a boa notícia trazida por Jesus. E a garantia do sucesso está no batismo com o Espírito Santo. Ele é a memória continuamente renovada e atualizada do que Jesus disse e fez (cf. Jo 14,26).

Os vv. 6-8 contêm a pergunta dos discípulos e a resposta de Jesus. A pergunta dos discípulos revela a ânsia da comunidade cristã para que o projeto de Deus se realize completamente. Estão curiosos por saber se existe um limite até o qual se possa resistir e lutar corajosamente e depois “descansar”, sem que haja mais nada por fazer (v. 6). A resposta de Jesus contém duas indicações. A primeira (v. 7) afirma que o projeto de Deus não depende de uma data histórica: “Não cabe a vocês saber os tempos e as datas”. A segunda é consequência da primeira e manifesta qual deve ser a autêntica preocupação da comunidade cristã: sob a ação e *força* do Espírito, testemunhar (v. 8a) a práxis de Jesus. “Força”, em grego, se diz *dýnamis*, e essa palavra é usada na anunciação (Lc 1,35). O Espírito que gerou Jesus em Maria vai gerar a missão nos discípulos. O projeto de Deus não depende de teorias, mas do testemunho que atualize o que Jesus fez e disse.

De fato, o Evangelho de Lucas se encerrava falando desse testemunho (24,48). E aqui Jesus renova o compromisso dos discípulos (v. 8b). Após o Pentecostes, os discípulos não cessam de repetir que são testemunhas (At 2,32; 3,15; 4,33; 5,32; 13,3; 22,15). Em palavras e ações, prolongam a práxis de Jesus. O testemunho, segundo os Atos dos Apóstolos, vai se espalhando a partir de Jerusalém – onde Jesus deu o testemunho final com a morte e ressurreição –, atinge a Judéia e a Samaria (At 8,1-8) e chega aos confins do mundo (as viagens de Paulo). O projeto de Deus está aberto e disponível a todos.

O v. 9 fala do arrebatamento de Jesus (compare com Lc 9,51). A referência à nuvem – símbolo teofânico – afirma que Jesus pertence definitivamente à esfera de Deus. É a certeza da comunidade de que Jesus cumpriu perfeitamente a vontade do Pai. Contudo, não basta sabê-lo. Torna-se necessário descruzar os braços, deixar de olhar passivamente para o céu, encarar a realidade que nos cerca, perceber que somos “homens da Galiléia”, comprometidos com o testemunho de Jesus (vv. 10-11). O texto de hoje termina fazendo referência à volta de Jesus, da mesma forma como foi visto partir para o céu. Lucas está falando de parúsia ou de teofania? Quando voltará Jesus: no fim dos tempos ou no Pentecostes que leva a comunidade cristã a ser epifania de Jesus mediante o testemunho?

2. Evangelho (Mt 28,16-20): O Deus-conosco se revela na práxis da comunidade cristã

O texto é a conclusão do Evangelho de Mateus, que apresentou Jesus como o Mestre da Justiça (3,15) e o Emanuel, Deus-conosco (1,23). Pertence à seção dos caps. 26-28, que resumimos como “o fim da injustiça”. Pode ser dividido em três momentos: a. Um relato de aparição (vv. 16-17); b. instruções de Jesus aos discípulos (vv. 18-20a); c. promessa (v. 20b).

a. *Experiência do Ressuscitado* (vv. 16-17)

Inicia-se falando dos onze discípulos que se dirigem à Galiléia, ao monte que Jesus havia indicado (v. 16). A comunidade dos discípulos tomou o rumo certo: a Galiléia. É bom lembrar o que significa para o evangelista essa localização. Para entendê-lo, devemos recordar o início da atividade de Jesus. Ele inicia sua missão na Galiléia das nações (ler Mt 4,12-17), no meio daquela gente pisada e marginalizada, a fim de levar-lhe a boa notícia da libertação e da vinda do Reino. Foi lá que Jesus deu início à prática da justiça que faz nascer o Reino. É para lá que os discípulos se dirigem. É o lugar do testemunho e ação da comunidade cristã. Os discípulos, em Jesus e a partir dele, dão início à práxis cristã: a luta para implantar a justiça do Reino.

Mateus fala também de um monte como ponto de encontro de Jesus com sua comunidade. Não se trata de localizar geograficamente esse ponto de encontro. É um monte que recorda a atividade de Jesus. Nesse sentido, o monte é onde Jesus venceu a tentação da concentração do poder (4,8-10), o da transfiguração (17,1-6), mas sobretudo o monte sobre o qual Jesus anunciou seu programa libertador: o monte das bem-aventuras (5,1-7,29). A montanha representa, portanto, o programa da comunidade, que é o mesmo de Jesus. Agindo assim, ela se torna autêntica discípula. Identifica-se com Jesus e seu projeto (os discípulos se prostram diante dele).

Contudo, há sempre o risco da dúvida, de não acolher plenamente o significado da prática de Jesus na vida da comunidade: “Ainda assim alguns *duvidaram*” (v. 17b). O verbo duvidar (*edístesan*, em grego), ao longo do Evangelho de Mateus, encontra-se somente aqui e em 14,31, passagem em que Pedro *duvida* e afunda na água. Duvidar, portanto, comporta a falta de fé, mas também a falta de percepção maior da

prática de Jesus que vence todas as formas de injustiça e morte do povo. *Duvidar é ter medo do risco e do compromisso com a prática da justiça.* É um alerta que acompanha constantemente a comunidade, pondo-a numa atitude de conversão permanente ao projeto de Deus.

b. *O poder de Jesus é passado à comunidade* (vv. 18-20a)

Durante sua vida terrena, Jesus agia como aquele homem ao qual Deus dera seu poder (cf. 7,29; 9,6-8; 21,23.24.27), fazendo que as pessoas glorificassem a Deus. Agora, ressuscitado, possui “toda autoridade no céu e sobre a terra” (v. 18b). Essa autoridade plena foi-lhe dada pelo Pai (a forma passiva “me foi dada” refere-se a Deus) e é muito próxima das pessoas (Jesus “se aproximou dos discípulos”, v. 18a). Não só está próxima, como é entregue, por Jesus, à comunidade cristã: “Vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos” (v. 19a; é a concretização do “devemos cumprir...” de 3,15). A Galiléia é o ponto de partida, e a meta é fazer que a justiça do Reino alcance a todos, tornando-os discípulos de Jesus, o Mestre da Justiça, pois é assim que ele se apresenta no Evangelho de Mateus. Realiza-se, assim, a promessa feita a Abraão (cf. Gn 17,4s; 22,18).

Os meios para fazer que todos os povos se tornem discípulos do Mestre da Justiça são dois: o batismo em nome da Trindade (v. 19b) e a catequese que visa à implantação da justiça do Reino.

a. *O batismo é feito em nome da Trindade.* Batiza-se *em nome* do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O texto grego de Mateus emprega a preposição *eis*, para salientar o caráter do batismo. Com isso ele afirma que o batismo *em nome* da Trindade é a *vinculação* pela qual o ser humano está plenamente comprometido com a prática da justiça que inaugura o reino de Deus na nossa história. Ser batizado *em nome da Trindade* denota não simples representação, mas dedicação total, consagração, posse da Trindade.

b. O segundo meio é a *catequese* que leva a observar tudo o que Jesus ensinou. O que foi que ele ensinou? A síntese dos mandamentos de Jesus está no sermão da montanha (5,1-7,29). É a esse código de práxis cristã que se referirá toda a catequese da comunidade primitiva e das comunidades cristãs de hoje. Essa catequese não

é outra coisa senão a recordação da prática de Jesus (implantação da justiça do Reino), tendo em vista a prática cristã. O Evangelho de Mateus é feito de discursos e atos de Jesus (milagres).

c. *Jesus é aquele que caminha conosco* (v. 20b)

O Evangelho de Mateus termina com uma promessa: “Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo” (v. 20b). Mateus havia iniciado o evangelho apresentando Jesus como o Emanuel (Deus-conosco, cf. 1,23) e o conclui mostrando-o continuamente vivo e presente na vida da comunidade. A ascensão de Jesus não é seu afastamento do mundo. Pelo contrário, sela sua indestrutível presença na história, que é ao mesmo tempo história de Deus e da humanidade.

3. *II leitura (Ef 1,17-23): A glória de Deus é a comunidade cristã*

A carta aos Efésios é um texto que Paulo (ou um discípulo seu) escreveu para diversas comunidades dos arredores de Éfeso. Parece que Paulo não conheceu essas comunidades. Ele só esteve em Éfeso (cf. At 19-20), onde deu início a uma comunidade cristã que, por sua vez, fez surgir comunidades nos arredores (por exemplo, a comunidade de Colossas, fundada por Epafras, colaborador de Paulo).

Paulo estava preso. Teve notícias do surgimento dessas comunidades, de sua firmeza na fé, do amor que unia a todos e da esperança que animava suas lutas. Mas ficou sabendo também de alguns riscos trazidos pelas filosofias do tempo, que pregavam um Deus afastado e ausente da vida das pessoas; só por meio de entidades intermediárias (soberanias, poderes, forças, dominações) é que se podia ter acesso a Deus. Jesus não passaria de uma dessas entidades intermediárias. Isso trazia conseqüências sérias para toda a vida cristã.

O texto de hoje pertence à ação de graças e súplica que Paulo faz a Deus em vista dessas comunidades (1,15-23). Dá graças a Deus por causa da fé (adesão a Jesus) e da caridade (resposta da fé, que se visualiza no amor solidário entre as pessoas) encontradas nos fiéis. Ele suplica. O conteúdo da súplica é uma espécie de *credo cristão*. Pela fé e solidariedade, os cristãos vivem sempre mais o ser de Deus que está próximo e presente na comunidade. Contudo, é preciso

conhecê-lo (v. 17) e conhecer a esperança à qual a comunidade foi chamada (v. 18a).

Paulo fala da glória de Deus (v. 18b). E emprega outros termos, como *potência, eficácia, poder e força*, que ampliam a idéia da glória de Deus. O texto é muito denso, e aqui é possível apresentar só uma síntese do pensamento de Paulo. Longe de ser distante da humanidade, o dos cristãos é um Deus cuja glória depende do fato de existir como o Deus da comunidade. A glória de Deus é sua ação concreta na história, na vida da comunidade cristã, que prolonga a vitória de Jesus sobre a morte. Em Jesus, Deus fez conhecer a sua glória, mostrando-se tão próximo à humanidade, a ponto de eleger a comunidade cristã como o Corpo de Cristo, a plenitude de Cristo, que preenche tudo em todo o universo (v. 23).

Paulo não polemiza contra as entidades intermediárias. Simplesmente mostra às comunidades que existe apenas um Senhor, que realizou o projeto do Pai, e que esse Senhor está presente na história e na vida dos fiéis. A comunidade cristã é o espaço no qual se revela o projeto de Deus, a realza absoluta do Cristo ressuscitado.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Os textos bíblicos da festa da Ascensão falam da perene presença de Jesus ressuscitado na vida da comunidade cristã. Em vez de se ausentar, ele inaugura sua presença e morada definitivas no meio das pessoas quando estas o testemunham. Portanto, a festa de hoje é uma oportunidade para que descubramos o Deus-conosco, para que avaliemos a força e alcance do testemunho cristão. É também um desafio: caminhar “para a Galiléia”, “para o monte”, a fim de encontrar o Cristo vivo; evangelizar a partir do povo que sofre; promover a dignidade das pessoas e a justiça do Reino como formas autênticas de fazer brilhar a glória de Deus; compreender a esperança à qual fomos chamados.

PENTECOSTES (11 de maio)

O NASCIMENTO DA IGREJA

I. INTRODUÇÃO GERAL

No Pentecostes, coroa do Ciclo da Páscoa, todos nascemos e renascemos continuamente.

Nascemos para a vida no Espírito e renascemos para o projeto de Deus, procurando falar a linguagem do Espírito para o mundo de hoje. Bebendo o mesmo Espírito que foi a base da ação e da palavra de Jesus, a comunidade cristã provoca o julgamento de Deus (evangelho). Reunida pelo Espírito de Jesus, torna-se a epifania de Deus, proclamando suas maravilhas (I leitura), levando o projeto de Deus a todos os povos. Forma o corpo de Cristo e bebe do único Espírito. Por isso, na comunidade cristã, cada pessoa é um dom do Espírito para formar a comum-idade (II leitura). Ninguém possui plenamente o Espírito e ninguém está privado dele. Na união de todos é que se forma o corpo de Cristo, o templo do Espírito Santo.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Jo 20,19-23): A comunidade recebe o mesmo Espírito que animou Jesus

Nos evangelhos, João e Lucas têm perspectivas diferentes quanto a Pentecostes. Para João, ele se dá no próprio dia da ressurreição de Jesus, ao passo que Lucas faz coincidir a vinda do Espírito Santo com a festa judaica de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa. Embora as perspectivas sejam diferentes, a finalidade é a mesma, pois ambos mostram que o Espírito que sustentou a luta de Jesus para realizar o projeto de Deus é o mesmo Espírito que anima agora as lutas da comunidade cristã.

Fazendo coincidir Páscoa e efusão do Espírito no mesmo dia, o Evangelho de João quer sublinhar a continuidade entre Jesus e seus discípulos. O Espírito que agiu permanentemente em Jesus é comunicado aos seguidores no mesmo dia da ressurreição, sem pausas ou interrupções.

a. A criação da comunidade messiânica (vv. 19-21a)

O texto se inicia situando a cena no tempo. É a tarde do domingo da Páscoa. Para os judeus, já havia iniciado um novo dia. Para João, contudo, é ainda o dia da ressurreição, a nova era inaugurada pela vitória de Jesus sobre a morte. De fato, no Quarto Evangelho, tudo o que acontece depois da ressurreição de Jesus se insere num “dia pascal” que não tem fim. É a vitória definitiva da vida sobre a morte. A referência à tarde de

domingo reflete a práxis cristã de se reunir para celebrar a memória da morte e ressurreição de Jesus. As portas fechadas mostram um aspecto negativo (o medo dos discípulos) e um aspecto positivo (o novo estado de Jesus ressuscitado, para quem não há barreiras).

Jesus se apresenta no meio da comunidade (ele é o centro e a razão de ser da comunidade) e saúda os discípulos com a saudação da plenitude dos bens messiânicos: “A paz (*shalom*) esteja com vocês!” É a mesma saudação de quando Jesus se despediu (cf. 14,27). Por sua morte e ressurreição, ele se tornou o vencedor do mundo e da morte. E por isso pode comunicar a *paz*, a plenitude dos bens. É, portanto, a saudação do vencedor que ainda traz em si os sinais da vitória nas mãos e no lado (v. 20). É a saudação do Cordeiro, do qual a comunidade vai alimentar-se. As cicatrizes de Jesus são uma característica dos textos joaninos (cf. Ap 5,6). O Ressuscitado não pode ser anunciado apenas em seu aspecto glorioso. As cicatrizes são memória permanente das torturas sofridas.

Os discípulos estão de portas fechadas. São uma comunidade medrosa, pois ainda não possuem o Espírito de Jesus. O medo é um freio que lhes bloqueia a tarefa de testemunhar o Cristo ressuscitado. Jesus, presente nessa comunidade, transforma totalmente a situação, capacitando-os a ser os anunciadores da vitória de Jesus sobre os mecanismos de morte.

A reação da comunidade é a alegria (cf. 16,20) que ninguém, de agora em diante, poderá suprimir (cf. 16,22).

b. A comunidade continua a missão de Jesus
(vv. 21b-23)

Fortificada pela presença de Jesus, a comunidade está pronta para a mesma missão que ele recebeu: “Como o Pai me enviou, assim também eu envio vocês” (v. 21b). Quem vai garantir a missão da comunidade será o Espírito Santo. Para João, a comunicação do Espírito acontece aqui, na tarde do dia da ressurreição: “Tendo falado isso, Jesus soprou sobre eles, dizendo: Recebam o Espírito Santo!” (v. 22). O sopro de Jesus é a nova criação e remete ao que Javé fez quando criou o ser humano (cf. Gn 2,7). É o sopro da vida nova. Aqui nasce a comunidade messiânica.

De agora em diante, batizados no Espírito Santo como Jesus (cf. 1,33), os cristãos têm o encargo de continuar o projeto de Deus. Esse projeto é sintetizado desta forma: “Os pecados daqueles que vocês perdoarem, serão perdoados; os pecados daqueles que vocês não perdoarem, não serão perdoados” (v. 23). O que é *pecado* para João? Consiste essencialmente em comprometer-se com a ordem injusta que levou Jesus à morte (e que hoje, de muitas formas, continua matando gente). Jesus veio para levar a vida à sua máxima expressão, e isso para todos. Mas seu projeto recebeu forte oposição dos que querem a vida só para si. Aí está a raiz do pecado, de acordo com o Evangelho de João. Os *pecados* são atos concretos decorrentes dessa opção fundamental contra a liberdade e a vida das pessoas.

Diante disso, qual é a tarefa da comunidade cristã? Jesus lhe dá o poder de perdoar ou não perdoar. Ela executa essa função mostrando onde está a vida e onde se aninha a morte; promovendo a vida e quebrando os mecanismos que procuram destruí-la; conscientizando as pessoas e desmascarando os interesses ocultos dos poderosos. Assim, os cristãos provocam o *juízo de Deus*. Tarefa ímpar das comunidades cristãs, nem sempre fiéis a essa vocação. O que significa, por exemplo, não perdoar os pecados dos latifundiários, dos corruptos, dos políticos que utilizam o poder para defender seus interesses?

“Os discípulos continuam a ação de Jesus, pois ele lhes confere a mesma missão (20,21). Pelo Espírito que dele recebem, tornam-se suas testemunhas perante o mundo (15,26ss). Sua ação, como a de Jesus, é a manifestação, em atos concretos, do amor gratuito e generoso do Pai (9,4). Diante desse testemunho, acontecerá o mesmo que aconteceu com Jesus: haverá quem o aceite e quem endureça numa atitude hostil ao homem, rejeitando o amor e se voltando contra ele, chegando inclusive a perseguir e matar os discípulos em nome de Deus (15,18-21; 16,1-4). Não é missão da comunidade, como não era a de Jesus, julgar os homens (3,17; 12,47). Seu julgamento, como o de Jesus, não é senão o de constatar e confirmar o juízo que o homem faz de si próprio” diante do projeto de Deus (J. Mateos-J. Barreto, *O Evangelho de São João*, Paulus, São Paulo, 2ª edição, 1998).

2. 1ª leitura (At 2,1-11): O Espírito ensina a comunidade cristã a continuar o projeto de Deus

Páscoa e Pentecostes eram festas agrícolas muito antigas em Israel. Com o passar dos tempos, foram transformadas em festas religiosas: Páscoa revivia a saída do Egito; Pentecostes recordava o dia em que Moisés, no monte Sinai, recebeu a Lei, tida como o maior presente de Deus ao povo.

Quando Lucas escreveu os Atos dos Apóstolos (cerca de meio século após o Pentecostes), a evangelização já havia alcançado todas as nações até então conhecidas (os confins do mundo; cf. At 1,8). Isso quer dizer que, quando esse livro foi escrito, todos os povos que Lucas diz estar em Jerusalém no dia de Pentecostes já tinham recebido o anúncio de Jesus, já tinham sido evangelizados. Por que, então, Lucas recorda o evento de Pentecostes? Ele quer mostrar a universalidade do povo de Deus e da evangelização. Na ótica da fé, tudo isso é obra do Espírito de Jesus.

Ao descrever o episódio de Pentecostes, Lucas se serve de esquemas já presentes no Antigo Testamento. Ele situa a vinda do Espírito Santo cinquenta dias após a Páscoa para fazê-la coincidir com o Pentecostes judaico, no qual o povo judeu celebrava o dom da Aliança no Sinai, a entrega da Lei (Decálogo), o surgimento de um arranjo social comprometido com a vida e a justiça. De fato, segundo Ex 19, cinquenta dias depois que o povo saiu do Egito, Deus fez aliança com ele no monte Sinai, entregando-lhe, por meio de Moisés, a Lei. O fato foi acompanhado de trovões, relâmpagos e trombeta tocando. Ora, esse episódio é uma das bases sobre as quais Lucas constrói a narrativa do Pentecostes: cinquenta dias após a Páscoa, estando os discípulos reunidos em Jerusalém, houve um barulho como o rebentar de forte ventania (At 2,1-2). Com isso, Lucas afirma que, em Jerusalém, se realiza a Nova Aliança; surge o Novo Povo de Deus; é dada a Nova Lei: o Espírito Santo.

Lucas se inspira em outro texto do Antigo Testamento: Números 11,10-30, em que Deus repartiu seu Espírito sobre Moisés e os setenta anciãos, para que pudessem organizar o povo. E Moisés exprimiu o desejo de que todo o povo recebesse o Espírito de Javé (Nm 11,29). Esse substrato serviu de molde para Lucas, a fim de mostrar que, finalmente, o Espírito de Deus foi

derramado sobre todos no dia de Pentecostes. No início do evangelho, o Espírito tomara conta de Jesus (cf. Lc 4,18). No início dos Atos, o mesmo Espírito toma posse de todas as pessoas.

Finalmente, Lucas se serve de Gênesis 11,1-9, o episódio da torre de Babel, onde Deus confundiu a ambição das pessoas, que não se entendiam mais. Para Lucas, o Pentecostes é o oposto de Babel: aqui, “todos nós os escutam os anunciarem, em nossa própria língua, as maravilhas de Deus” (2,11).

Com o episódio de Pentecostes assim formulado, Lucas faz ver que a comunidade cristã é o novo povo de Deus, o povo da Nova Aliança, cuja Lei é o Espírito Santo. Não há fronteiras para esse povo, e o objetivo comum é viver o projeto de Deus. Esse povo é capaz de se entender e se unir porque fala a língua do Espírito de Jesus. De fato, o Espírito Santo é a memória sempre renovada e atualizada do que Jesus fez e disse (cf. Jo 14,26). Entregando seu Espírito, Deus realiza com a comunidade cristã a nova e definitiva Aliança, na consecução do projeto divino, confiado agora aos que sonham com a humanidade livre de todas as formas de opressão, violência e morte.

Não se deve confundir o fenômeno de Pentecostes com o falar línguas estranhas de 1Cor 12-14. Em At 2,1-11, todos os que estão aí à escuta – há gente de três continentes – ouvem na própria língua (entendem perfeitamente) o anúncio das maravilhas de Deus.

3. Il leitura (1Cor 12,3b-7.12-13): Ninguém possui plenamente o Espírito; ninguém é privado dele! A comunidade é o corpo de Cristo!

O texto de hoje se inicia apresentando o critério básico de distinção entre o que procede e o que não procede do Espírito Santo. Esse critério básico é o reconhecimento de Jesus como o único Senhor (v. 3b). Tudo o que não leva a isso não provém do Espírito. É provável que alguém, em Corinto, julgando-se movido pelo Espírito, tenha dito grave blasfêmia: “Maldito Jesus!” (cf. 12,3a). Para Paulo, a ação do Espírito leva sempre à confissão de que Jesus é o Senhor.

Os coríntios achavam que ter carisma fosse possuir dons extraordinários, como o falar em línguas estranhas e profetizar. Sua visão dos carismas era muito redutiva e personalística.

Paulo começa abrindo brechas, afirmando que são distribuídos muitos dons (não alguns somente), mas o Espírito que os distribui é o mesmo: é o Espírito de Jesus (cf. 12,4). Toda ação tem sua origem no Pai; o que os cristãos fazem se baseia na ação de Jesus (cf. vv. 5-6). Note-se aí a formulação trinitária. Em Deus não há divisão, mas harmonia. Tudo colabora na execução do projeto de Deus. O mesmo se verifica na comunidade cristã: “A cada um é dado algum sinal da presença do Espírito Santo, para o bem comum” (v. 7). É uma quase definição de carisma. Mas salienta que o movimento do carisma é de dentro para fora, e não o contrário.

A seguir, Paulo emprega a imagem do corpo. Ele está pensando no corpo humano, que tem muitos membros, mas ao mesmo tempo pensa no corpo social, a comunidade cristã, que forma um todo com Cristo (v. 12; cf. 6,15: “Vocês não sabem que seus corpos são membros de Cristo?”). Então, pensa Paulo, se em Jesus, com o Pai e o Espírito, não há divisões apesar da diversidade, como pode havê-las na comunidade, que é o corpo de Cristo? De fato, o anúncio do evangelho em Corinto havia unido povos, categorias e classes sociais incompatíveis até então: judeus e gregos, escravos e livres (v. 13a; cf. Gl 3,28, que é uma das grandes sínteses do evangelho de Paulo).

O batismo havia elevado todos a um nível jamais atingido antes: todos receberam o mesmo Espírito, a fim de constituir um só corpo social, sem rupturas ou distinções: a comunidade cristã, corpo de Cristo. Assim, todos se alimentam e se inspiram na mesma fonte, que é o Espírito Santo (v. 13b). Têm sentido, portanto, as divisões escandalosas que as comunidades criam em torno de interesses pessoais, posições ou tarefas mais vistosas? Não é um atentado ao corpo de Cristo e ao Espírito de Jesus? Não é um atentado ao projeto de Deus?

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- Analisar a coordenação pastoral: com que espírito agimos na comunidade cristã? Que sentido têm os encargos, os postos, os serviços? É o Espírito de Jesus quem anima toda a pastoral?

- A diversidade dos membros da comunidade é fator de crescimento mútuo? Manifesta o novo povo de Deus nascido do Espírito? Nossas comunidades são Pentecostes ou Babel?

• O projeto de Deus continua na comunidade: somos abertos à nova criação do Espírito ou vivemos medrosos e de “portas fechadas”? Provocamos o “juízo de Deus” numa sociedade que rejeita sistematicamente o projeto de Deus ou não nos distinguimos em nada da sociedade injusta e corrupta em que vivemos?

• Pentecostes é tempo de ecumenismo. Qual seria a grande proposta ecumênica que o Espírito nos faz? Não seria tempo de unir as pessoas do mundo inteiro, independentemente do credo que professam, em torno de um mesmo objetivo, a justiça e a vida para todos? Não seriam as palavras “justiça” e “vida” o novo sopro do Espírito?

SSMA. TRINDADE (18 de maio)

QUEM É DEUS?

I. INTRODUÇÃO GERAL

Festa da Trindade, festa da comunidade! A Trindade, comunhão perfeita, é o ideal da comunidade cristã. A Trindade existe para se relacionar com a humanidade. Perguntando-nos quem é Deus, temos a resposta de quem é o ser humano. Deus é aquele que deseja se encontrar com a comunidade, revelando-lhe seu amor e fidelidade, caminhando com ela, abrindo-lhe o acesso à libertação (I leitura) e à vida em plenitude (evangelho). Aceitar Deus é possuir a vida, é comprometer-se com seu projeto de liberdade e vida para todos. O Deus de amor está presente na comunidade cristã – o corpo de Cristo –, chamando-a à comunhão e solidariedade perfeitas, mediante a comunhão do Espírito (II leitura). A Comunidade Trinitária é o futuro da comunidade cristã. Só ela pode garantir vida plena, capaz de superar até mesmo a morte.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ex 34,4b-6.8-9): Deus é amor e fidelidade

Os capítulos 32-34 do Êxodo recolhem tradições javistas e eloístas. O capítulo 34, ao qual pertence o texto de hoje, apresenta a renovação da aliança segundo a tradição javista, pois o episódio do bezerro de ouro (cap. 32) a rompeu. Com essa breve referência, podemos captar a dramaticidade da situação: o povo tinha sido

libertado do Egito, mas o caminho da libertação sofria séria ameaça de fracassar no deserto. Deus se arrependera de ter libertado o povo e este se encontrava desorientado.

A figura de Moisés como líder do povo é fundamental para a situação dramática. Sob ordem de Javé, ele prepara duas novas tábuas de pedra e, de manhã cedo, sobe ao monte Sinai, como Javé lhe ordenara (34,4b). Javé, por sua vez, desce na nuvem e fica junto de Moisés (v. 5a). Nesse gesto de subida (Moisés) e descida (Javé) temos o encontro. O texto nos mostra, assim, um Deus que deseja relacionar-se, estar em contato com o povo, mediante Moisés, o líder. Javé é o Deus do encontro, da relação, do contato, da proximidade.

Moisés invoca o nome de Javé (v. 5b). Note-se que Javé era, para os hebreus, o inominável. Não se podia pronunciar seu Nome. Moisés não leva em conta isso e invoca o nome de Javé (para os semitas, o nome é a identidade da pessoa). Moisés é ousado. Da ousadia de Moisés e do desejo de encontro com Javé nasce a *revelação de Deus*. Ele se dá a conhecer quando o ser humano ousa e arrisca. Javé se dá a conhecer *passando diante* de Moisés e exclamando: “Javé, Javé, Deus compassivo e bondoso, paciente, rico em amor e fidelidade” (v. 6). Não é Moisés quem faz essa proclamação, mas o próprio Deus que se revela ao povo com suas características fundamentais: continua sendo o Deus libertador (cf. Ex 3,14), decidido a conduzir até o fim o processo de libertação. Apesar da infidelidade do povo, ele perdoa, sabe esperar (compassivo, bondoso, paciente). Mantém-se como aliado apaixonado e fiel ao pacto de libertação (amor e fidelidade são as duas principais características divinas na aliança realizada com o povo).

Moisés adora Javé (v. 8) e suplica: “Javé, se gozo do teu favor, caminha no meio de nós, porque esse é um povo de cabeça dura. Perdoa-nos as culpas e pecados e recebe-nos como propriedade tua” (v. 9). A súplica de Moisés contém quatro pedidos que revelam quem é Deus: **1.** É aquele que caminha no meio do povo. Seu prazer é estar com seu povo, que ele libertou do Egito e deseja conduzir à liberdade e posse da vida plena. **2.** Ele aceita caminhar não porque o povo seja ótimo ou porque mereça que Deus lhe seja próximo. O povo continua sendo cabeça dura. Caminhar com esse povo cabeçudo só ressalta a solidariedade

de Deus, e não os méritos do povo. 3. É aquele que perdoa os pecados e sabe reorientar no caminho certo o processo que conduz à libertação e à vida. 4. É o Deus que, apesar de ser o criador e dono de tudo, aceita receber em herança um povo pobre, fraco e pecador. Ele se despoja de suas prerrogativas de Senhor do universo para ter como única propriedade esse povo peregrino, caminhando com ele e à frente dele rumo à libertação e à posse da vida plena.

2. Evangelho (Jo 3,16-18): Deus é o amor que salva e comunica a vida plena

Os três versículos do Evangelho de João proclamados na liturgia de hoje pertencem ao diálogo de Jesus com Nicodemos (cap. 3). É a catequese de Jesus que visa suscitar a fé nele. Os versículos de hoje estão unidos ao tema antecedente, ou seja, o amor de Deus manifestado na morte de Jesus. Sua morte insere o ser humano no mistério de Deus: ele dá a vida porque ama; a morte de Jesus é a consequência desse amor.

Quem é Deus? A I leitura no-lo mostrou caminhando com seu povo, perdando seus pecados, assumindo-o como sua propriedade e herança. O evangelho de hoje vai além, porque nos faz ver não só o Deus que caminha com seu povo e lhe perdoa os pecados. Mostra-nos Deus superando e vencendo até aqueles limites próprios da condição humana, como a morte.

Deus ama a todos, indistintamente. Não só um povo particular. Ele ama o mundo. Neste caso, *o mundo* significa a humanidade toda, capaz de aceitar ou rejeitar o amor de Deus. Ora, o amor de Deus é oferta gratuita que atinge o ser humano em profundidade, antecipando-se à sua capacidade de amar. Ele nos ama não porque sejamos bons, mas porque ele é bom, quer salvar, quer comunicar vida em plenitude (v. 16).

A vida em plenitude se realizou na encarnação e morte de Jesus. O v. 16 mostra Deus desprendendo-se do Filho único, a ponto de entregá-lo em vista da salvação de quem nele crê. Jesus é a personificação do amor do Pai levado às últimas consequências: a entrega do Filho único. A salvação de Jesus não discrimina as pessoas: todos necessitam dela e todos têm acesso a ela, mediante a fé em Jesus, a fonte da vida: “Porque Deus enviou seu Filho ao mundo não para julgar o mundo, mas para que o mundo seja salvo por ele” (v. 17).

Aquilo que encontramos de forma incipiente na I leitura adquire aqui seu pleno significado e realização: Deus não deseja que as pessoas se percam nem sente satisfação em condenar alguém. O prazer de Deus é salvar a todos, é desarmar a todos com a lógica do amor. Portanto, o sofrimento, a injustiça, o pecado, a opressão, tudo o que gera dor e morte é contrário ao projeto de Deus. Esse projeto visa erradicar essas forças de morte para criar canais que comuniquem vida em plenitude. É isso que Jesus veio revelar com sua vida e palavra. É isso que deseja criar com a força de sua morte e ressurreição, presentes e atuantes na comunidade cristã.

A vida de Jesus provoca as pessoas à decisão. Estar com ele é estar a favor da vida. Não estar com ele é patrocinar a morte. Para João, Jesus não julga. Ele simplesmente provoca o julgamento de Deus. As pessoas é que se julgam, ao se confrontarem com a prática de Jesus e tomarem partido a favor ou contra. Quem se posiciona a favor não é julgado; quem se decide contra já está julgado, porque não acreditou no Nome do Filho único de Deus (cf. v. 18). O nome revela o que a pessoa é e faz. No Antigo Testamento (Ex 3,14), Javé se mostrou o Deus libertador que caminha com o povo rumo à libertação e à vida. No Novo Testamento ele se mostrou libertador em Jesus (cujo nome significa *Javé salva*). Acreditar nesse nome é ser a favor da vida em todas as suas manifestações; é, conseqüentemente, ser contra tudo o que não promove a vida.

3. II leitura (2Cor 13,11-13): Deus é a comunhão que se manifesta na comunidade cristã

O texto é a conclusão de 2Cor, carta que, na forma atual, contém diversas cartas de Paulo escritas em ocasiões diferentes e com motivações diferentes. Lendo-a, pode-se perceber o estado de ânimo do agente de pastoral, suas convicções e lutas. Por outro lado, a carta revela também as peripécias da comunidade cristã, os avanços e recuos, as alegrias e sofrimentos, a necessidade constante de discernimento para continuar firme no projeto de Deus.

Não sabemos a qual dessas cartas pertence o texto de hoje. Mas isso não é importante. Importante é captar a mensagem que Paulo comunica à sua comunidade. O texto contém duas referências litúrgicas: o beijo fraterno (v. 12) e a saudação trinitária (v. 13).

A referência ao beijo fraterno faz parte das recomendações (vv. 11-12), ao passo que a saudação trinitária é o augúrio final do apóstolo (v. 13).

As recomendações revelam o rosto da comunidade cristã e suas características: alegria, busca da perfeição, encorajamento mútuo, união, paz, beijo fraterno. Todas essas características são como ferramentas para que a comunidade possa ser o lugar da presença e manifestação de Deus. A alegria é fruto dos tempos messiânicos. Provém da convicção de ser comunidade do Senhor amada por Deus. Esse clima de alegria é capaz de contagiar e transformar. A busca da perfeição denota que ser comunidade é constante caminhar. Para Paulo, os cristãos vivem entre o *já* e o *ainda não*. O *já* é o fato de ser depositário do projeto de Deus, de ser salvo em Jesus Cristo; o *ainda não* é a consciência de não ter feito tudo o que Deus deseja.

O encorajamento mútuo ajuda a superar as dificuldades. Na visão de Paulo, todos somos parte de um corpo social, em vista do bem comum. Esse bem comum é buscado na união e superação dos conflitos internos e externos à comunidade. A paz não depende da eliminação dos conflitos ou da sua ausência, mas da sua superação mediante a solidariedade. Essa solidariedade leva à plena comunhão com Cristo na eucaristia, em que os cristãos se saúdam com o beijo fraterno. Esse beijo fraterno é chamado por Paulo de “beijo santo” (tem sabor de santidade), isto é, manifesta a solidariedade de todos no objetivo comum, a santidade. Para Paulo, os cristãos são santos porque a eles foi confiado o projeto de Deus. E esse projeto é comum a todas as comunidades (cf. v. 12b).

Paulo encerra a carta exprimindo o desejo de que a Trindade seja a inspiração da comunidade cristã na busca da comunhão entre os membros (“com todos vocês”). A formulação trinitária se inicia mencionando “a graça de nosso Senhor Jesus Cristo”. É o dom da vida que Jesus trouxe à comunidade. Esta existe por obra de Jesus, que morreu e ressuscitou (é Senhor!) e agora se manifesta nos cristãos. Esse amor tem origem no “amor de Deus”, que tomou a iniciativa, enviando Jesus ao mundo. E continua na comunidade cristã mediante “a comunhão do Espírito Santo” que cimenta e organiza os cristãos, dando-lhes força para agir solidariamente entre

si, em perfeita harmonia que reflita a harmonia da Trindade.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

“A Trindade é a melhor comunidade.” Essa afirmação define muito bem o dia de hoje. A festa da Trindade é a festa da comunidade. Os textos de hoje (I leitura e evangelho) respondem à pergunta: Quem é Deus? É aquele que caminha com seu povo, é amor e fidelidade, é aquele que traz para dentro de nossas vidas seu projeto de liberdade e vida para todos. Por isso, examinando a caminhada de nossas comunidades, somos levados a celebrar, na eucaristia, nossas vitórias e iluminar nossos projetos, em sintonia com o projeto de Deus. A Trindade existe para a comunidade cristã (II leitura). Qual é o rosto de nossa comunidade? Quais são seus valores? Qual o sentido do beijo fraterno? Trabalhamos para que a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam conosco?

CORPUS CHRISTI (22 de maio)

“QUEM COME DESTE PÃO
VIVERÁ PARA SEMPRE”

I. INTRODUÇÃO GERAL

“Todas as vezes que comemos deste pão e bebemos deste cálice, anunciamos, Senhor, a vossa morte, enquanto esperamos vossa vinda.” Festa da eucaristia, festa de um só pão para um só corpo. Como outrora, no deserto, Deus alimentou seu povo com o maná (I leitura), alimenta-nos hoje com a carne e o sangue do seu Filho, alimento que dura e faz viver para sempre (evangelho). Eucaristia é comunhão com o Senhor e com cada membro do seu corpo eclesial (II leitura). Transformemo-nos naquilo que recebemos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dt 8,2-3.14b-16a): O maná, memória da benevolência de Javé

O trecho pertence ao segundo discurso de Moisés (5,1-11,32). Uma característica desse discurso é fazer memória do passado, sobretudo das ações de Javé em favor do seu povo. Os versículos escolhidos falam de uma pedagogia de

Deus no deserto (vv. 2-3), como preparação para a entrada na terra prometida (vv. 14b-16).

O capítulo 8 “é escrito com a perspectiva da prosperidade econômica na terra, que se transforma em tentação ao favorecer uma concepção imanente da vida. O ciclo produção–consumo se explica por si; ele se justifica e se fecha à intervenção de Deus: sua explicação adequada é a força e o talento humanos aplicados a uma terra boa. Deus desaparece do horizonte prático: é esquecido; não é necessário nem para realizar o processo nem para explicá-lo. O resultado é que o povo peca contra o primeiro mandamento da lealdade total, de modo racionalista, iluminado, sem substituir o Senhor por outros ídolos. Contra a tentação do esquecimento o autor propõe o remédio da memória, não só do Senhor, mas também de sua ação histórica” (*Bíblia do Peregrino* – Paulus, 2002, p. 309).

O autor evoca, do passado no deserto, dois episódios memoráveis: o maná (vv. 3.16a; cf. Ex 16) e a água (v. 15; cf. Ex 17,1-7; Nm 20,1-13). Quarenta anos de deserto, fome, serpentes venenosas, escorpiões e falta de água descrevem a vida precária dos hebreus dependentes de Javé. A maravilha do maná até então desconhecido (duas vezes afirma-se que os antepassados o desconheciam – vv. 3.16a) aponta para a solicitude de Deus e a incapacidade do povo em prover à sobrevivência. É um duro golpe à auto-suficiência demonstrada posteriormente, na época dos reis, quando esse texto deve ter sido registrado por escrito.

A memória da precariedade do deserto e da benevolência de Deus para com seu povo tinha finalidade pedagógica: mostrar ao povo que o ser humano não vive somente de pão, mas de toda palavra que sai da boca de Deus (v. 3), ou seja, os mandamentos (v. 2), compromisso de aliado de Javé. A pedagogia é apresentada como humilhar e pôr à prova (v. 2), dobrando a auto-suficiência, para que o povo não se esqueça do Senhor Deus, que o tirou do Egito, da casa da escravidão (v. 14b).

2. Evangelho (Jo 6,51-58): “Quem come deste pão viverá para sempre”

O Evangelho de João não tem, como os sinóticos, a instituição da eucaristia. Na última ceia de Jesus – que, de acordo com esse evangelho, não celebra a Páscoa judaica – narra-se

apenas o episódio do lava-pés. Esse detalhe é significativo e nos leva à constatação de que as comunidades joaninas, nas primeiras décadas de sua existência, não celebravam como as outras a Ceia do Senhor. O motivo parece ser este: quem permanece unido à videira e produz frutos (Jo 15) não precisa de um sinal externo e visível de comunhão com Jesus.

Com o passar do tempo, contudo, as comunidades joaninas viram-se às voltas com conflitos internos (explicitados na 1Jo), sem ter como resolvê-los adequadamente. Foi então que pediram socorro às comunidades hierarquizadas (ligadas a Pedro), que as socorreram, mas fizeram exigências, entre as quais a questão da eucaristia. Note-se que, nesse tempo (final do 1º século), o Evangelho de João ainda está em fase de redação (que durou décadas). Além disso, notava-se já certo desleixo quanto à Ceia do Senhor, a eucaristia. É nessas condições que surge o trecho proposto para a liturgia de hoje. Sem falar da instituição da eucaristia, mas supondo-a, o 4º Evangelho aprofunda, na metáfora do comer a carne e beber o sangue, o sentido inalienável da eucaristia.

a. *Jesus é o pão vivo descido do céu* (v. 51)

O v. 51 funciona como eixo entre o discurso do pão da vida (6,31-50) e o discurso eucarístico (6,52-58). Mistura temas já abordados anteriormente (“Eu sou o pão vivo que desceu do céu” e “Quem come deste pão viverá para sempre” com o tema que será desenvolvido a seguir (a identificação do pão com a carne). A expressão “Quem come deste pão viverá para sempre” se encontra no começo e no fim do discurso eucarístico (vv. 51 e 58), formando aquilo que os especialistas chamam de inclusão. Nunca é demais recordar que pão é sinônimo de “dom/presente”, a prova maiúscula do amor do Pai pela humanidade (cf. 3,16).

b. *Alimento de vida eterna* (vv. 52-55)

A identificação do pão com a carne de Jesus arrepia as autoridades dos judeus. De fato, entendem materialmente o que foi dito, pensando tratar-se de canibalismo. Há várias passagens do Antigo Testamento referindo-se a esse tema (Jr 19,9; Is 9,9; Sl 27,2; Ez 39,17), bem como à proibição de consumir sangue (Gn 9,4; Lv 17,14). Jesus não atenua, mas reforça a

exigência para se ter vida: “Se vocês não comem a carne do Filho do Homem e não bebem o seu sangue, não terão a vida em vocês” (v. 53). Carne e sangue são, na cultura semita, polaridades que denotam totalidade, integralidade, como em nossa cultura usamos “carne e ossos” para expressar a totalidade da pessoa. Comer a carne e beber o sangue, portanto, significa alimentar-se do Filho do Homem inteiro, sem divisões.

Sabemos que tudo o que comemos e bebemos se torna nossa carne, sangue, energias. É isso que as comunidades joaninas queriam recuperar numa época de descaso para com a eucaristia. Comer a carne e beber o sangue de Jesus não é mero ato de piedade, mas uma espécie de encarnação do Filho do Homem em nossa vida, de modo que nossas ações, palavras, sentimentos... se tornem suas ações, palavras, sentimentos... Ou, em outra perspectiva, ele aja, fale e sinta em nós e por meio de nós.

Nosso organismo assimila tudo o que comemos ou bebemos. Assimilar significa “converter em substância própria” e também “tornar-se semelhante”. As duas acepções cabem aqui e confirmam o que acaba de ser exposto. É nesse sentido que Jesus afirma: “A minha carne é verdadeira comida e o meu sangue é verdadeira bebida” (v. 55).

c. *Comunhão com Jesus e o Pai* (vv. 56-58)

É conhecida no Evangelho de João a estreita comunhão entre Jesus e o Pai. Isso é salientado desde o começo (1,1), quando se diz que a Palavra estava junto de Deus e voltada para Deus e também, depois que se fez homem, ela continua voltada para o Pai (1,18). Esse evangelho tem afirmações que não existem nos outros: “Eu e o Pai somos um” (10,30); “quem me viu, viu o Pai” (14,9) etc. Pois bem, essa comunhão estreita e forte entre Jesus e o Pai se estende aos que comem a carne e bebem o sangue do Filho do Homem. A vida que o Pai partilha com o Filho é partilhada também com quem adere ao Filho, formando uma trindade de comunhão: “Quem come a minha carne e bebe o meu sangue vive em mim e eu vivo nele. E como o Pai, que vive, me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim aquele que me recebe como alimento viverá por mim” (vv. 56-57).

3. II leitura (1Cor 10,16-17): Há um só pão... somos um só corpo

Em 1Cor 8,1-11,1 Paulo aborda longamente o tema das carnes sacrificadas aos ídolos. Em Corinto havia muitas divindades com seus santuários, sacerdotes, ritos e sacrifícios de animais. Parte dessas carnes era consumida nos templos em banquetes rituais, nos quais se acreditava que o fiel entrasse em comunhão com a divindade. E parte dessas carnes era vendida nos açougues e feiras.

Muitos cristãos de Corinto certamente haviam participado desses banquetes e comprado para consumo carnes oferecidas aos ídolos no tempo em que eram pagãos. (Para os pobres, era praticamente a única chance de comer carne.) Além disso, entre os cristãos dessa cidade, havia pessoas de fé esclarecida (os fortes) e pessoas de fé não muito esclarecida (fracos). Os primeiros diziam que há somente um Deus e que participar de um banquete ritual ou consumir carnes oferecidas aos ídolos não tinha o menor problema. Os fracos, por sua vez, pensavam exatamente o contrário: participar de um banquete sagrado ou consumir carnes imoladas aos ídolos é idolatria e comunhão com os ídolos.

E Paulo, o que pensa? Ele concorda com as teses dos fortes, mas desaprova seu comportamento exibicionista, pois, agindo dessa forma, põem a perder o irmão fraco na fé, pelo qual Cristo deu a vida. E, para não perder ou escandalizar o fraco, urge repensar as teses dos fortes. Paulo crê que a liberdade da pessoa não é cerceada nem diminuí se ela se abstém de comer essas carnes em favor dos fracos, embora mantendo a convicção interior de que pode ser consumida sem problema.

Os dois versículos de hoje são um convite ao discernimento. Paulo se põe do lado dos fracos e alerta os fortes para que não caiam na idolatria. Os cristãos de Corinto também celebram um banquete – a Ceia do Senhor. E o que aprenderam? Que o cálice da bênção, do qual eles participam, é comunhão com o sangue de Cristo (Paulo afirma isso com uma pergunta retórica, cuja resposta os leitores já conhecem). E o pão partido é comunhão com o corpo de Cristo (v. 16).

As comunidades cristãs de Corinto se reuniam em pequenos grupos nas casas e celebravam a Ceia do Senhor partindo provavelmente

um único pão. Paulo aproveita a ocasião para estabelecer um paralelo: um só pão alimentando um único corpo – a comunidade – composto de muitos membros. Assim, cria-se um laço firme: o corpo de Cristo eucarístico não pode ser dissociado do corpo eclesial de Cristo – a comunidade: “E como há um único pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois participamos todos desse único pão” (v. 17).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Um só pão, um só corpo. O corpo de Cristo eucarístico e o corpo de Cristo eclesial. Não é possível separá-los. Não se comunga o corpo de Cristo sem comungar o corpo do irmão, sobretudo do fraco, pelo qual Cristo morreu. Não transformemos a eucaristia em idolatria (II leitura). Comer a carne e beber o sangue do Filho do Homem é assimilá-lo inteiramente, tornar-se como ele (evangelho). A eucaristia é a memória do dom maior que Deus nos faz enquanto caminhamos (I leitura).

8º DOMINGO COMUM (25 de maio)

BUSCAR ACIMA DE TUDO O REINO,
CONFIANDO PLENAMENTE EM DEUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

A busca do reino de Deus e sua justiça é prioridade número um para os cristãos. Buscá-lo confiando em Deus, nosso único Senhor, a quem servimos nesta liturgia como servidores e administradores dos mistérios de Deus. Na eucaristia sentimos que nosso Deus não nos abandona nem esquece, demonstrando por nós um amor mais entranhável que o amor da mãe por seu bebê.

Se em nossas celebrações convivem ricos e miseráveis, famintos e saciados, maltrapilhos e luxo ostensivo, isso se dá porque ainda não fizemos opção primeira pelo Reino e sua justiça, permitindo que a ganância nos possua e domine.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 49,14-15): “Eu não me esquecerei de você”

Esses dois versículos pertencem a contextos mais amplos, o contexto remoto e o contexto

próximo. O remoto são os capítulos 40 a 55, chamados de “Livro da consolação de Israel” e atribuídos a um profeta-poeta anônimo que se convencionou chamar “Segundo Isaías”. É o profeta que se faz presente no exílio da Babilônia, mantendo acesa a chama da esperança e do consolo, estimulando os exilados a confiar no Deus que liberta e salva. Esse profeta pressente que em breve sobrevirá a grande libertação: os exilados voltarão à própria terra, podendo refazer a vida em liberdade.

O contexto próximo são os vv. 8 a 26 do capítulo 49. É um admirável texto a respeito da volta do cativo (vale a pena ler por inteiro). Alternam-se intervenções de Javé (por meio do profeta) e queixas/objeções de Sião/Jerusalém. “O profeta interpela Sião, apresentada na figura de matrona. Como mãe abandonada pelo marido, indefesa, não pôde proteger os filhos; o inimigo arrebatou-os como cativos de guerra, e ela ficou solitária (cf. cap. 54). Na solidão ruma sua desgraça, reprovando o marido ausente. E, quando escuta palavras de consolo, interpõe as dúvidas de sua dor. Assim avança a explanação em três ondas, cada uma introduzida por uma queixa ou objeção de Sião: na primeira, pensa no marido; na segunda, duvida ante os filhos; na terceira, duvida ante o inimigo” (*Bíblia do Peregrino*, Paulus, 2002, p. 1.799). Há outros textos que ajudam a aprofundar o tema: Is 54; 62,4-5; 66,7-14; Br 4,30-5,9; Os 11).

A leitura deste domingo contempla apenas a primeira queixa/objeção de Sião (v. 14) e o começo da resposta de Javé/esposo (v. 15; as outras objeções estão nos vv. 21.24, seguidas das respectivas respostas do esposo).

A queixa de Sião/esposa tem dois aspectos: Javé a *abandonou e esqueceu* (o verbo *esquecer* aparece quatro vezes na leitura), e é esse o tema da resposta que o profeta dá em nome de Javé (o tema do *abandono* se tornará mais claro adiante, quando envolver também os filhos de Sião, levados cativos). O exílio, a perda da terra e da liberdade são frutos do esquecimento de Deus? O profeta responde que não, argumentando pelo absurdo: será que a mãe se esquece de seu bebê – esquece de amamentá-lo, dar-lhe banho, de cuidar dele quando chora –, ele que é fruto de suas entranhas? (Conta-se que, durante uma guerra, certa mãe dormia

sono solto em meio ao bombardeamento, mas acordava logo ao primeiro choro do seu bebê.) Pois bem, diz o profeta em nome de Javé/esposo: ainda que isso viesse a acontecer, ele não a esquecerá, sinal de que seu amor por Sião/esposa é mais forte que o amor entranhável da mãe por seu bebê.

2. Evangelho (Mt 6,24-34): Não se preocupem, confiem e busquem o Reino

Este longo trecho do Sermão da Montanha (caps. 5-7) é um desdobramento da primeira bem-aventurança (“Felizes os pobres em espírito, porque deles é o reino do céu” – cf. evangelho do 4º Domingo Comum), associado ao que se recomenda em seguida, 5,20: “Se *a justiça* de vocês não for maior que a justiça dos doutores da Lei e dos fariseus, vocês não entrarão no reino do céu”, culminando no v. 33 da leitura deste domingo: “Busquem em primeiro lugar *o reino de Deus e sua justiça!* E Deus dará a vocês todas essas coisas”. Os pobres em espírito têm um só absoluto – Deus – e um objetivo principal: a busca do seu reinado.

a. A quem servir? (v. 24)

A frase, aparentemente solta, aprofunda a bem-aventurança dos pobres, que aceitam o único senhorio de Deus. A frase insiste no verbo *servir* e mostra dois rivais irreconciliáveis, Deus e o Dinheiro. *Servir* significa *fazer as vontades de*. A vontade de Deus é o Reino (6,10), que é partilha e vida para todos, e a vontade do senhor Dinheiro é concentrar, ter sempre mais. Dinheiro, no texto grego de Mateus, diz-se *Mamon*, divindade do Dinheiro, da Cobiça. Pouco antes Jesus havia dito que colocamos o coração (= consciência) lá onde está nosso tesouro (6,21). Basta descobrir o valor principal da vida de alguém para perceber que aí ele empenha todas as suas energias. Se for a concentração ou a cobiça o motor da vida, o cobiçoso é servo e escravo de Mamon, pois, mais que possuir, o cobiçoso é possuído por aquilo que cobiça.

b. Não se preocupem, confiem e busquem o Reino (vv. 25-34)

O trecho repete seis vezes o verbo *merimnáo* = preocupar-se, afanar-se, estressar-se, e o sentido da perícope passa por ele. O afã envolve preocupações básicas para a sobrevivência:

comer, beber, vestir (v. 25a). E sublinha-se que a vida vale mais que o alimento e o corpo mais do que a roupa (v. 25b). Jesus reflete como um sábio do povo: “A insônia por causa da riqueza consome o corpo, e a preocupação que ela provoca afasta o sono. As preocupações do dia não deixam dormir e são piores que doença grave para tirar o sono” (Eclo 31,1-2; cf. o oposto em Sl 3,6).

Ao estressante afã pelo comer e beber, Jesus contrapõe o exemplo das aves do céu, que não pautam sua existência pelo procedimento humano (semear, colher, armazenar – v. 26). No entanto, há um Pai que providencia seu sustento, porque assim contempla seu projeto (cf. Gn 1,20, comparado com Sl 136,25). E Jesus conclui, perguntando se o ser humano não vale mais que os pássaros (cf. Sl 8,4-9). Hoje reconhecemos que as preocupações, longe de prolongar a vida, a encurtam drasticamente (cf. v. 27).

Ao estafante afã do vestir, o mestre chama a atenção para os lírios (efêmera erva do campo): na sua singeleza, são mais bem vestidos por Deus do que todo o aparato luxuoso de Salomão (vv. 28-30; cf. 1Rs 10).

O ser humano vale muito mais que os pássaros do céu e os lírios do campo. E pode contar com um Pai que, se se ocupa magnificamente de coisas pequenas, muito mais se preocupará e ocupará com a melhor de suas criaturas. Ele sabe do que o ser humano precisa, e, para quem deseja ser seu discípulo, Jesus garante que se preocupar com comida e bebida é coisa de pagãos, que ignoram o ser de Deus.

Devemos, contudo, redimensionar o romantismo dessas afirmações, pois a dura realidade dos países pobres põe em crise esse texto. Jesus não pede que nos despreocupemos simplesmente, pois o Pai proverá; pede, sim, que mudemos o objeto da preocupação, ou seja, que passemos do afã pela comida, bebida e roupa ao compromisso com a justiça do Reino: “Busquem em primeiro lugar o reino de Deus e sua justiça! E Deus dará a vocês todas essas coisas” (v. 33). Quando isso se tornar realidade, todos terão o suficiente e o necessário para uma vida digna, sem concentração. E comer, beber e vestir deixará de ser um afã estressante. O reino de Deus e sua justiça são a melhor bandeira para um mundo isento de desigualdades.

3. II leitura (1Cor 4,1-5): Um retrato do evangelizador

As comunidades de Corinto deram muita dor de cabeça a seu fundador, Paulo. A primeira carta mostra cristãos cheios de problemas e conflitos, e a própria pessoa de Paulo não foi poupada. Os capítulos iniciais (1-4), bem como o cap. 9, revelam o teor desses conflitos. Em poucas palavras, por evangelizar de graça, Paulo foi mal-entendido e caluniado. Além disso, os grupos que se formaram em torno de vários evangelizadores – entre os quais o próprio Paulo – causaram-lhe o dissabor de ver o alicerce Jesus Cristo reduzido a mero figurante.

O texto desse domingo deixa entender que os coríntios emitiram juízos apressados acerca de Paulo, julgamentos que o desabonaram como evangelizador. Sem ter em mãos um evangelho escrito, Paulo discorre sobre o “não julguem...” de Jesus (Lc 6,37ss).

Antes disso, contudo, fala de sua função à frente das comunidades e o faz usando duas palavras: servidor e administrador. Como *servidor* (em grego, *ypéretes*), está sob as ordens de alguém e a serviço dele. Não é, portanto, senhor ou dono das comunidades. Como *administrador* (em grego, *oikonomos*), é depositário de um tesouro que não lhe pertence (o mistério de Deus) e deve administrar com fidelidade.

É em torno disso ou por causa disso que temos os vv. 3-5. Paulo desdenha o fato de os coríntios emitirem juízos acerca de sua conduta, pois sabe que deve prestar contas da administração ao seu Senhor. Evita até julgar a si mesmo ou inocentar-se – apesar de ter consciência tranqüila, como se diz –, para que o julgamento do Senhor seja totalmente transparente: “Ele iluminará o que estiver escondido nas trevas e manifestará os projetos dos corações” (v. 5). Se Paulo não julga, por que o fariam os coríntios? Para imitar a sociedade injusta e parcial na qual viviam antes de conhecer o Senhor Jesus? Paulo sempre sonhou comunidades que fossem espaço novo, sem contaminação com a sociedade excluída de onde vieram.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O tema central do evangelho deste domingo é a primazia do Reino e sua justiça, opção que fermentará um arranjo social novo, caracteri-

zado pela partilha e igualdade entre todos. Aí, a comida, a bebida e a roupa não serão um afã estressante nem para o pobre, que não as tinha, nem para os ricos, que encurtam a vida por querer tê-las sempre mais. Haverá o suficiente e o necessário para todos.

Outro tema, ligado ao anterior, é a confiança (I leitura e evangelho). Não é uma confiança estéril porque romântica. É a confiança que brota do compromisso com o Reino e suas conseqüências (evangelho), acreditando no Deus fiel que não decepciona (I leitura).

Os cristãos, em medidas diversas, são servidores e administradores dos mistérios de Deus (Reino), à semelhança de Paulo, e, como tais, respondem e correspondem com fidelidade. Não compete a ninguém julgar a respeito disso, função reservada ao Senhor Jesus (II leitura).

9º DOMINGO COMUM (1º de junho)

BÊNÇÃO OU MALDIÇÃO,
PRUDÊNCIA OU INSENSATEZ

I. INTRODUÇÃO GERAL

Quantas vezes, numa celebração eucarística, chamamos Jesus de “Senhor”? Quantas vezes se fala de bênção? Quantas vezes se menciona a fé? No entanto, tudo isso pode ser vazio diante daquele que nos conhece por dentro. Não é a eucaristia o lugar onde celebramos a vida e partimos para renová-la sempre mais? “Vinde, Senhor Jesus!” Como imaginamos ser avaliados “naquele dia” da prestação de contas? Estaremos seguros e tranqüilos só por termos professado “Senhor, Senhor”? Deus nos fez e nos quer livres, mas torce para que nossas escolhas não sejam nossa ruína.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dt 11,18.26-28.32): Bênção ou maldição?

Dt 4,44-11,32 contém o segundo discurso de Moisés, dentro do qual se situa essa leitura. O discurso apresenta o “fundamento da Aliança” e serve de introdução-preparação para o que vem a seguir, o “Código deuteronomico” (12,1-26,5), que é o projeto de nova sociedade.

Uma palavra-chave abre a leitura: *incutir* ou *inculcar* (v. 18) no coração (ou seja, na

consciência) e na alma (o mais profundo do ser) as palavras de Javé transmitidas por meio de Moisés. Essas palavras devem aderir à pessoa, iluminando-lhe os projetos (testa) e a execução deles (mão). Os judeus radicais (e fundamentalistas) tomaram isso ao pé da letra, amarrando trechos da Escritura nas mãos e acondicionando-os em filactérios presos à testa. Jesus desmascara esse exibicionismo estéril (cf. Mt 23).

Os vv. dessa leitura não a mencionam, mas a terra está fortemente implicada nesse capítulo (11,10-17 a cita sete vezes). Ela é dom de Deus, bem como sua fertilidade. É uma leve insinuação ao Éden de Gn 2, entregue ao homem para cultivá-lo. Mas lá a responsabilidade humana fraquejou. Agora caberá ao povo zelar por esse novo Éden – a terra prometida – que Deus dá em herança e como cumprimento da promessa feita ao patriarca Abraão. Para que tudo dê certo, o povo precisa inculcar as palavras de Javé no mais profundo do seu ser, pois a terra de Canaã está repleta de ídolos enganadores, os deuses cananeus da fertilidade (v. 28b). Israel deve manter clara a opção pelo primeiro mandamento, não ter outros deuses.

Caminhando para o fim, o discurso de Moisés fala de *bênçãos* e *maldições* (vv. 26-28). Bênção significa vida, posse da terra, fecundidade do solo, bem-estar etc. Maldição é seu oposto, caracterizado pela perda da terra e suas conseqüências (esta devia ser a situação do povo ao ser escrito esse texto atribuído a Moisés). A bênção é resultado dos mandamentos inculcados e inculcados; a maldição decorre da desobediência aos mandamentos de Javé com a conseqüente adesão aos ídolos. De fato, podemos perguntar-nos: que benefícios obtemos agarrando-nos aos ídolos? O ídolo poderá dar-nos algo de bom que nos faça ser mais gente? O ídolo pensa em nós ou em si mesmo? O que faz um ídolo por nós quando passamos necessidade? O ídolo não pode dar o que não tem. E quem vai atrás do vazio se esvazia, dizia Jeremias (2,5).

Deus põe à nossa frente bênção e maldição. Torce para que nossa escolha seja sensata, mas deixa-nos livres, soberanamente livres, apesar de não ocultar os resultados de uma escolha malfeita. Toda opção confere direitos e implica deveres.

2. Evangelho (Mt 7,21-27): Não bastam palavras. Conta a prática da justiça

Mt 3-7 compõem o 1º livrinho desse evangelho, com uma parte narrativa (3-4), resumida assim: “Com Jesus, o Reino chegou”, e um discurso de Jesus (5-7), conhecido como Sermão da Montanha e que pode ser sintetizado desta forma: “O Reino é a justiça que liberta”. De fato, o tema da justiça está presente na parte narrativa, contendo as primeiras palavras de Jesus em Mt (3,15: “Devemos cumprir toda a justiça”), e está presente também no discurso: o Reino é dos pobres em espírito e perseguidos por causa da justiça (5,3.10); a justiça do Reino é exigida aos seguidores de Jesus (5,20: “Se a justiça de vocês não superar a dos doutores da Lei e dos fariseus, vocês não entrarão no Reino do Céu”) como prioridade absoluta: “Busquem em primeiro lugar o reino de Deus e a sua justiça, e Deus dará a vocês, em acréscimo, todas essas coisas” (6,33). O trecho lido neste domingo é a conclusão de tudo isso, de forma que a Justiça do Reino explica e ilumina o texto.

a. *Pôr em prática a vontade do Pai* (vv. 21-23)

Quando o Evangelho de Mateus foi escrito (depois do ano 80), notava-se desleixo generalizado nas comunidades cristãs. Um dos motivos era, sem dúvida, a decepção gerada pela demora da segunda vinda do Senhor, tema já presente nos primeiros textos do NT – as cartas aos tessalonicenses. Esses versículos retomam esse tema, sem especificar a data da parúsia, simplesmente recordando que haverá um dia de prestação de contas (“naquele dia”, v. 22). O texto, portanto, tem sabor escatológico e se explica melhor se o compararmos com o “Juízo final” de 25,31-46 (na verdade, é melhor chamá-lo de “Julgamento das nações”). De qualquer modo, é um texto para o nosso hoje que aponta para a resolução final. De nada adianta – garante Jesus – reconhecê-lo e chamá-lo de “Senhor” se essa profissão de fé não for acompanhada e fecundada pelo cumprimento da vontade do Pai. Já foi lembrado muitas vezes que “Senhor”, atribuído a Jesus, é talvez a mais sólida profissão de fé, porque o põe em pé de igualdade com Javé, o Senhor do AT.

Não bastam, portanto, palavras solenes e profissões de fé profundas. O outro lado da moeda – que nos permite entrar no Reino – é o cumprimento da vontade do Pai. E em que

consiste essa vontade? Pelo que aprendemos no pai-nosso, a vontade do Pai celeste é a implantação do Reino (“venha a nós o vosso reino, seja feita a vossa vontade...”), e ele se concretiza na história mediante a prática da justiça.

Profecia era, em Corinto, o segundo dom mais cobiçado (1Cor 12-14). O próprio Paulo reconhecia que esse dom podia ser esvaziado e desvirtuado se não estivesse enraizado no amor e não fosse movido pelo amor (1Cor 13,1s). Parece que isso estava acontecendo também nas comunidades ligadas a Mateus: uma profecia desligada da prática da justiça, como os falsos profetas do AT. Jesus não despreza a profecia, pois elogia o profeta João Batista (Mt 11,7-15), mas garante que é possível ser profeta e malfeitor ao mesmo tempo se a profecia não for acompanhada da justiça do Reino.

Milagres e expulsão de demônios foram atividades constantes de Jesus e de seus seguidores (1Cor 12,10; At 16,16-18). Mateus condensou, nos caps. 8-9, nada menos que dez milagres de Jesus, comprovando que ele é o Messias e que a justiça do Reino por ele trazida produz sinais concretos. “Naquele dia” milagres e expulsão de demônios não serão por si só garantia de segurança, pois a resposta do Mestre da Justiça é cortante: “Jamais conheci vocês. Afastem-se de mim, malfeitores!” Como é possível profetizar, fazer milagres e expulsar demônios invocando o Senhor e ainda ser considerado malfeitor “naquele dia”? Faltou o essencial: a vontade do Pai, o Reino e sua justiça. (A título de curiosidade: naquele tempo – como hoje – havia muitos milagreiros descomprometidos com a prática da justiça. Atribuía-se milagres e exorcismos até aos perversos imperadores romanos...)

b. Construir sobre a rocha (vv. 24-27)

A metáfora é tirada da construção civil daquele tempo e explicita o que foi dito, estabelecendo contrastes: ouvir a palavra e praticá-la x ouvir a palavra e não praticá-la; ser pessoa prudente x ser pessoa sem juízo; construir sobre a rocha x construir sobre a areia; casa preservada x perda total. Pretende ser a chave de ouro que fecha todo o Sermão da Montanha e, mais ainda, todo o 1º livrinho do Evangelho de Mateus (3-7). Sintoniza bem com a I leitura, o segundo discurso de Moisés, encerrado com bênção ou maldição. Em Mateus, contudo, o enfoque é

sapiential: prudência ou insensatez. É possível levar uma vida de insensato e construir para a destruição total. Mas valerá a pena?

A chuva, enxurrada e ventos que se abatem sobre as duas casas podem fazer pensar “naquele dia”, à luz das sortes diferentes de 24,37-44. O apóstolo Paulo usa imagem ampliada para dizer a mesma coisa (1Cor 3,10-14): “Eu, como bom arquiteto, lancei os alicerces conforme o dom que Deus me concedeu; outro constrói por cima do alicerce. Mas cada um veja como constrói! Ninguém pode colocar um alicerce diferente daquele que já foi posto: Jesus Cristo. Se alguém constrói sobre o alicerce com outro, prata, pedras preciosas, madeira, capim ou palha, a obra de cada um ficará conhecida, pois o julgamento vai ser através do fogo, e o fogo provará o que vale a obra de cada um. Se a obra construída sobre o alicerce resistir, o operário receberá uma recompensa”.

3. II leitura (Rm 3,21-25a.28): A salvação vem pela fé

O trecho é o começo de uma seção maior (3,21-4,25), com este título: “A salvação vem pela fé”. A compreensão se amplia se levarmos em conta a seção anterior (1,18-3,20), uma espécie de sessão de júri presidida pelo próprio Deus e à qual comparecem como réus os pagãos e os judeus. Ambos são merecedores da ira divina (condenação). Assim a porta fica aberta para a sentença de Deus contra a humanidade inteira. Se todos merecem condenação, o que fará Deus? Paulo já havia dito que, se Deus descarregasse sobre a humanidade a sua ira, não seria por isso injusto. Mas, em vez de ira e condenação, Deus preparou grande surpresa para todos. Qual seria?

A novidade impensável e imerecida se chama anistia ou perdão universal. Por pura graça, Deus resolveu absolver o mundo, sob uma condição: que todos creiam em Jesus Cristo. A fé em Deus por meio do Filho é, portanto, nossa tábua de salvação. E isso sem excluir ninguém. É o tema central da carta e da leitura de hoje.

O texto salienta que a justiça de Deus se manifestou “independente da Lei” (v. 21a). O detalhe é importante, porque muitos acreditavam que Deus manifestaria sua justiça quando as pessoas fossem plenamente justas. Era o pensamento de Paulo fariseu. As pessoas

deveriam alcançar a irrepreensibilidade no cumprimento da Lei, e só então Deus se mostraria justo, premiando os bons e punindo os maus. A carta arrasa essa visão de Deus e da pessoa. A justificação é obra exclusiva da misericórdia e fidelidade de Deus (v. 28). Ele não exclui pagãos e transgressores da Lei. Pelo contrário, visto que ninguém é justo pelas próprias obras, por pura graça Deus intervém, enviando seu Filho, portador da salvação: “Deus o destinou a ser vítima que, mediante seu próprio sangue, nos consegue o perdão, contanto que nós acreditemos” (v. 25a). A única resposta que a humanidade pode dar a essa graça é a fé incondicional em Jesus Cristo (vv. 22-24). Paulo diz que essas coisas já tinham sido atestadas pelo Antigo Testamento (Lei e Profetas, v. 21b). Como rabi versado nas Escrituras e nos diversos tipos de leitura, era-lhe fácil encontrar prefigurações do tema nos textos do Antigo Testamento.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- Bênção ou maldição são conseqüências de nossas escolhas e ações. Não é loucura estar construindo a própria destruição? O que fazemos para dar eficácia à nossa profissão de fé em Jesus Cristo *Senhor*?

- Quando rezamos o pai-nosso, envolvemo-nos com a vontade do Pai. E a vontade dele é o Reino, que vai se manifestando à medida que se pratica um tipo de justiça superior à dos doutores da Lei e fariseus. Isso acontece em nossas comunidades?

- Nossa vida cristã é testemunho de liberdade e vida para o mundo? Estamos vivendo relações de fé e gratuidade entre nós ou tudo ainda é fundado em leis, obrigações e deveres? Ser justificado gratuitamente por Deus requer a superação de todo e qualquer espírito legalista. Como viver o cristianismo não como obrigação, e sim como privilégio?

10º DOMINGO COMUM (8 de junho)

SER JUSTO É SER MISERICORDIOSO

I. INTRODUÇÃO GERAL

Nada pior para o cristianismo do que os maus cristãos, sobretudo aqueles que fazem da religião um compartimento fechado para o mundo e seus

desafios. Às vezes pensamos que a nossa justiça seja algo perfeito e acabado. Pura ilusão. Eucaristia é o alimento dos que caminham, arriscam e assumem. É por isso que Oséias entra hoje em nossa celebração como porta-voz de Deus e porta-voz dos anseios dos camponeses explorados do seu tempo e de todos os sofredores de hoje. Por meio dele, Deus denuncia nossos cultos vazios.

Os maus cristãos costumam criar barreiras entre puro e impuro, entre santo e pecador, entre justo e injusto, querendo enquadrar Deus em seus esquemas. Jesus, no evangelho de hoje, mostra que ser justo é ser misericordioso para com os excluídos. E ironiza a “justiça” e a “saúde” dos falsos cristãos.

Os maus cristãos costumam afirmar uma fé inabalável em Deus, mas descomprometida com a transformação própria e da sociedade. Abraão é gente que crê e por isso caminha. E por isso Deus o torna justo. A eucaristia é alimento do povo que caminha, sem se acomodar, na direção da justiça do Reino que transforma todas as coisas.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Os 6,3-6): Amor, e não sacrifícios

Oséias foi profeta do Reino do Norte (Israel) no final do reinado de Jeroboão II (783-743 a.C.), pouco antes que Samaria, a capital, caísse nas mãos dos assírios (722 a.C.). O profeta Amós já havia sido expulso para o Sul por incomodar os interesses políticos do rei e por criticar a religião que lhe servia de sustentação.

Oséias certamente conheceu a ambigüidade do “milagre econômico” de Jeroboão II: exportação de gêneros alimentícios e importação de produtos sofisticados que alimentavam a elite. Para obrigar o povo do campo a produzir mais para a exportação, criou-se forte aparato militar. Tratava-se de militarismo sangrento e expansionista, que tinha como maior vítima o povo simples e produtor de gêneros de primeira necessidade.

Oséias era da roça e, como profeta, se torna porta-voz dos camponeses. Na qualidade de representante do povo da roça, não poupa denúncias contra a monarquia, responsabilizando-a pela desgraça do povo. Além disso, concentra

sua denúncia nas duas bases de sustentação da monarquia do Reino do Norte nesse período: o exército e a religião, comandados pelo rei. Com a força (exército) e com a manipulação da fé do povo (religião), a monarquia pretendia manter o povo calado e passivo. É diante disso que o profeta não se contém.

O texto de hoje focaliza a segunda base de sustentação da monarquia, ou seja, a religião. Desde o tempo de Amós, a religião do Reino do Norte era uma espécie de religião de Estado (cf. Am 7,10-17), fazendo as vontades do rei. Culto vistoso e comprometido com as elites, à custa da exploração crescente dos camponeses. A condição das camponesas revelava-se bem pior: eram exploradas no corpo e na maternidade, tornando-se “matrizes” de futuros soldados para o rei.

Oséias convoca ao verdadeiro conhecimento de Javé, o Deus da vida: “Esforcemo-nos para conhecer a Javé; sua chegada é certa como a aurora, ele virá a nós como a chuva, como o aguaceiro que ensopa a terra” (v. 3). É típico dos profetas o apelo a *conhecer a Javé*, ou seja, a experimentá-lo como o Deus da vida, e não como o Deus que abençoa e favorece a exploração dos grandes sobre os pequenos. (Note-se, além disso, a “linguagem camponesa” de Oséias, que fala de chuva, aguaceiro, terra ensopada, neblina da manhã, orvalho que evapora, v. 4.)

Qual a função do profeta nesse contexto de exploração econômica? O profeta, porta-voz de Deus e do povo oprimido, denuncia a quebra da aliança com o Deus da vida: “Por isso eu os castiguei por meio dos profetas e os matei com as palavras da minha boca, e a minha sentença brotou como a luz” (v. 5). De que adiantam os sacrifícios, o culto, as celebrações? Tudo isso não agrada a Deus, pois ele quer amor em lugar de sacrifícios, conhecimento de Deus em vez de holocaustos (v. 6). Em outras palavras, por meio de Oséias, Deus exige que se faça justiça ao povo do campo, explorado em sua força de trabalho e alienado por uma religião que defende os interesses dos poderosos.

2. Evangelho (Mt 9,9-13): Ser justo é ser misericordioso

O Evangelho de Mateus apresenta Jesus como aquele que traz para dentro da nossa história a justiça que faz surgir o reinado de Deus no

mundo. Ao longo do evangelho ele mostra os vários ângulos e implicações dessa justiça, que contrasta fortemente com a justiça da sociedade estabelecida. De fato, no Sermão da Montanha Jesus afirma: “Se a justiça de vocês não superar a dos doutores da Lei e dos fariseus, vocês não entrarão no reino do céu” (5,20). O episódio de hoje, portanto, mostra Jesus superando os limites apertados da “justiça dos fariseus”. Os caps. 8-9 apresentam dez milagres do Mestre da Justiça. É o aspecto prático do Sermão da Montanha (5-7).

O episódio do chamado de Mateus tem duas cenas: v. 9 e vv. 10-13.

a. Rompendo os limites da “justiça dos fariseus” (v. 9)

A cena mostra o chamado de Mateus, um cobrador de impostos. Ele deixa tudo e segue a Jesus.

Os cobradores de impostos na Palestina eram judeus. Não eram funcionários do Estado, mas uma espécie de “empresários” que adquiriam do Estado o direito de arrecadar impostos. Para isso pagavam uma taxa estipulada e o que conseguissem arrecadar a mais ficava com eles. Os cobradores de impostos não eram todos de classe elevada. Os chefes do sistema de arrecadação eram pessoas muito ricas, mas o “cobrador comum” costumava sobreviver a duras penas, sem levar em conta todos os problemas decorrentes de uma sobrevivência à custa da extorsão dos seus concidadãos. Mateus, pelo que tudo indica, era um “cobrador comum”, alguém que tinha uma profissão “desonrosa”. O cobrador comum dependia de um chefe, como Zaqueu, que explorava seus comandados. Mateus, portanto, é um explorador explorado.

Para os fariseus, os cobradores de impostos eram pessoas impuras. Sua profissão, por estar ligada ao dominador romano, era considerada “de alto risco”, além de ser vista como colaboração com o imperialismo. Para a “justiça dos fariseus”, é preciso manter distância dos cobradores de impostos.

Jesus, pelo contrário, aproxima-se e convoca Mateus a segui-lo: “Siga-me!” E Mateus se levanta e segue a Jesus (v. 9).

b. Fazer justiça é ser misericordioso (vv. 10-13)

Mateus aderiu plenamente ao convite de Jesus, e este se identifica com os excluídos pela

“justiça dos fariseus”. De fato, a segunda cena do trecho fala imediatamente de uma refeição na casa de Mateus. E Jesus está à mesa. Para os fariseus, era ponto de honra não ter nada em comum com os pecadores e impuros. O fato de sentar à mesa com alguém vinculava estreitamente as pessoas (esse aspecto desapareceu nas cidades grandes: sentamo-nos à mesa num restaurante sem sabermos quem está à nossa frente). Por isso era impensável sentar à mesa com pecadores e impuros, pois a “bênção da mesa” unia os comensais entre si e com Deus. Além disso, convidar alguém para uma refeição é gesto de amizade. Em torno de uma mesa não se partilha somente a comida...

Daí o escândalo dos fariseus, que perguntam aos discípulos de Jesus: “Por que o mestre de vocês come com os cobradores de impostos e os pecadores?” (v. 11). Sem deixar que os discípulos respondam, Jesus intervém com muita ironia: “As pessoas que têm saúde não precisam de médico, mas só as que estão doentes” (v. 12). À primeira vista, trata-se de simples provérbio popular daquele tempo. Todavia, reconhecendo que Jesus é o Mestre da Justiça, percebemos aí dura crítica ao sistema religioso segregante defendido pelos fariseus. Estes é que são os doentes crônicos que rejeitam a cura e se afastam de Deus. (A título de ilustração, veja o que Jesus diz dos fariseus em Mt 23,1-12.)

Jesus cita uma frase antológica do profeta Oséias (cf. I leitura): “Eu quero a misericórdia e não o sacrifício” (v. 13a). Sacrifício era justamente uma das características dos fariseus: apego escrupuloso a todos os detalhes da Lei escrita e oral. E isso os tornava “piedosos” aos olhos da população, “santos”, “justos” e “separados” (“fariseu” = “separado”).

A última afirmação de Jesus retoma o tema da ironia: “Eu não vim para chamar justos, e sim pecadores” (v. 13b). Os fariseus se consideravam “justos” por cumprir a Lei. Assim sendo, absolutizavam esse objetivo, que buscavam alcançar com o esforço próprio, sem precisar de Deus. Conseqüentemente, punham-se à margem da mensagem de Jesus e da sua prática. Jesus nada pode fazer por eles, porque não precisam dele.

Jesus mostra que ser justo é ser misericordioso. Isso continua sendo grande desafio, sobretudo para as pessoas que crêem numa religião vazia de conseqüências sociais. Para ser discípulo

do Mestre da Justiça, é preciso superar limites e deixar-se guiar pelo critério da misericórdia.

3. II leitura (Rm 4,18-25): O que é ter fé?

As igrejas domésticas de Roma eram muito diversificadas quanto à origem étnica, condição social e cultura. Paulo sabia disso, apesar de não ter sido o fundador dessas comunidades e, provavelmente, nunca ter estado em Roma antes de escrever essa carta. Para ele, porém, há um elo entre todos, e esse elo se chama “a fé em Jesus Cristo”. É sobre isso que ele discorre nos primeiros capítulos da carta. Mais ainda: Paulo foi fariseu irrepreensível (cf. evangelho), mas, depois que fez a experiência de Jesus, sua vida e sua visão da religião mudaram radicalmente. Como fariseu, acreditava que a prática da Lei torna justas as pessoas. Como cristão, a justificação vem por meio da fé, a adesão à pessoa e à prática de Jesus.

Refletindo sobre esse tema, no texto de hoje ele recorda aos romanos a pessoa de Abraão, figura típica de quem tem fé em Deus. O que é ter fé? É simplesmente entregar-se e entregar a própria vida a Deus. Foi o que aconteceu com Abraão. Seu chamado por parte de Deus vinha acompanhado de uma promessa: ter terra, descendência e dar início ao povo de Deus, povo com vocação para não ter fronteiras de raça ou nação. Abraão apostou tudo com base no chamado e na promessa, sem buscar garantias. Mais ainda: acreditou apesar de conhecer na pele a impossibilidade de ter descendência, pois ele estava velho e sua esposa era estéril: “Esperando contra toda esperança, Abraão acreditou e tornou-se pai de muitas nações, conforme foi dito a ele: ‘Assim será a sua descendência’. Ele não fraquejou na fé, embora estivesse vendo o próprio corpo sem vigor – ele tinha quase cem anos – e o ventre de Sara já estivesse amortecido” (vv. 18-19).

Deus coroa de êxito e torna justo Abraão por sua adesão incondicional, sem exigir garantias, sem ter certezas. Foi assim – garante Paulo – que Abraão se tornou não somente pai de Israel, mas pai de todos os que acreditam em Deus e em Jesus. O mesmo ocorre conosco, afirma Paulo. Nós somos justificados quando acreditamos que Deus ressuscitou a Jesus dentre os mortos para nos livrar dos pecados e nos dar vida nova. Os cristãos, portanto, são chamados a fazer como

Abraão: dar a própria adesão a Deus e a Jesus, sem exigir provas, sem buscar certezas ou garantias.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- O texto de Oséias mostra claramente que Deus rejeita um tipo de religião (sacrifícios, holocaustos) comprometida com os poderosos e que sustenta a exploração dos sofredores (os camponeses explorados pela religião e pelo militarismo). Deus detesta esse tipo de religião. Ele quer solidariedade. (A título de sugestão: levar para a celebração símbolos que mostrem a situação dos sem-terra, sem-moradia, desempregados etc.)

- O tema de Oséias está no centro do evangelho. Este mostra Jesus acabando com um tipo de justiça que gera exclusão e marginalidade. E é justamente com os excluídos que Jesus convive. Diante disso, é oportuno perguntar: é possível ser justo sem ser misericordioso? Esse tema ilumina nossa fé-política?

- A carta aos Romanos mostra o que é ter fé: entregar a vida inteira a Deus, como Abraão e como Paulo. Todavia, não se trata de fé passiva, pois Abraão e Paulo foram pessoas que não mediram esforços em suas vidas. Temos fé ativa como Abraão? Somos corajosos como ele?

11° DOMINGO COMUM (15 de junho)

MISSÃO DO POVO DE DEUS

I. INTRODUÇÃO GERAL

Não por nossos méritos, mas por misericórdia do nosso Deus, somos um reino de sacerdotes e nação santa e, como tal, reunimo-nos para celebrar a fé no Deus aliado dos despossuídos e marginalizados. Na celebração eucarística, fazemos memória do que Deus realizou em nosso favor, pois “quando ainda estávamos sem forças Cristo morreu pelos injustos no tempo oportuno”. Na celebração eucarística alimentamos a esperança de transformar o sacerdócio de todos os fiéis em serviço à libertação de todos os que estão cansados e abatidos como ovelhas sem pastor. Nossa missão é a mesma de Jesus, e na festa da eucaristia assumimos desde agora o compromisso com o dia em que todos poderão festejar a vida em plenitude que Deus quer para todos.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ex 19,2-6a): Um povo comprometido com seu Deus

Ex 19,1-8 é o prólogo da aliança no Sinai. Dela nasce o compromisso do povo com o Deus que libertou os hebreus da escravidão egípcia. A aliança se dá no deserto (v. 2), etapa intermediária entre o Egito e a terra prometida.

O conteúdo da aliança se encontra nos vv. 3-6. Em primeiro lugar, há um apelo à memória dos *acontecimentos passados*: “Vocês viram o que fiz aos egípcios, e como levei vocês sobre asas de águia e trouxe vocês a mim” (v. 4). A aliança tem como pano de fundo os atos libertadores de Javé, que resgata o povo das garras da opressão e o atrai para si a fim de que, por meio da aliança, se torne propriedade exclusiva de Deus (“trouxe vocês a mim”).

Dos acontecimentos passados (Egito) passa-se ao *presente* no deserto. O Deus libertador faz a proposta de aliança a seu parceiro, o povo libertado que caminha para a posse da terra prometida. O compromisso do povo se resume em escutar a voz de Deus e guardar a aliança (v. 5a), condições básicas para que o processo de libertação se concretize na história.

Do presente da aliança olha-se para o *futuro* do povo de Deus: “Vocês serão minha propriedade exclusiva diante de todos os povos. De fato, toda a terra é minha, mas vocês serão para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa” (vv. 5b-6a). Os horizontes do povo de Deus não se restringem à posse da terra. Ele será um reino de sacerdotes, isto é, mediador da aliança entre Deus e os outros povos, conservando sempre a característica de povo consagrado a Deus.

O Novo Testamento – particularmente 1Pd 2,9 e Ap 1,6; 5,10 – leu esses fatos à luz do evento pascal, pois, com sua morte e ressurreição, Jesus adquiriu para si um povo de sacerdotes e nação santa, isto é, pessoas comprometidas com o projeto de Deus revelado à humanidade na vida e nas palavras de Jesus.

2. Evangelho (Mt 9,36-10,8): A missão do povo de Deus

O trecho do evangelho deste domingo situa-se no final dos sinais do Reino (caps. 8-9) e no início da missão dos discípulos (cap. 10). Em

outras palavras, os caps. 8-9 têm como tema “a justiça do Reino produz sinais concretos”, e o cap. 10 fala dos “colaboradores para a justiça do Reino”.

a. A missão nasce dos apelos do povo sofrido (9,36-38)

Jesus constata a situação do povo: “Todos estavam cansados e abatidos como ovelhas sem pastor” (v. 36). A constatação de Jesus encontra eco no passado do povo de Deus. A metáfora do rebanho sem pastor recorda o livro dos Números (27,17; cf. 1Rs 22,17), quando o povo precisava de lideranças que o conduzissem à posse da liberdade e vida. Quando não há líderes comprometidos com o sofrimento do povo, este se torna “ovelha sem pastor”, fica à mercê da ganância dos políticos inescrupulosos.

A constatação de Jesus é acompanhada pela *compaixão*. Esta, por sua vez, suscita sempre gestos concretos de serviço à causa dos sofredores e despossuídos, serviço que se traduz, no Evangelho de Mateus, na prática da justiça. Jesus percebe que a missão de liderar e libertar o povo requer a colaboração de muitas pessoas. Ele compara esse processo a uma colheita abundante. É o aspecto positivo, pois a caminhada do povo rumo à libertação já está apontando para os frutos maduros de abundante colheita. Mas isso requer a participação de mais pessoas: “A colheita é grande, mas são poucos os trabalhadores. Portanto, peçam ao dono da colheita que envie trabalhadores para a sua colheita!” (vv. 37-38). A missão, portanto, nasce da percepção e da compaixão com o povo que sofre por causa da má administração dos bens da vida, ancorando-se na esperança de que a luta pela justiça, garantida pelo dono da colheita, vai produzir frutos de vida para todos.

b. Missão para a libertação (10,1.8a)

A missão de Jesus, no Evangelho de Mateus, é cumprir a justiça que se traduz na libertação do povo de todos os tipos de alienação: “Então Jesus chamou seus discípulos e deu-lhes poder para expulsar os espíritos maus e para curar todo tipo de doença e enfermidade” (10,1). Mais adiante, nas recomendações dadas aos discípulos (cf. v. 8a), Jesus pede que façam as mesmas coisas que ele fez: *curarem os doentes* (como ele os curou, cf. 8,16; 9,35), *ressuscitarem*

tem os mortos (como ele os ressuscitou, cf. 9,18-26), *purifiquem os leprosos* (como ele os purificou, cf. 8,2-4) e *expulsem os demônios* (como ele os expulsou, cf. 9,32-33). A missão dos discípulos de Jesus é, pois, continuação da prática libertadora de Jesus.

c. *Missão na comunhão* (vv. 2-6)

Mateus apresenta, a seguir, o nome dos doze apóstolos (vv. 2-4). Não se trata de um grupo fechado e elitista. Pelo contrário. O número 12 recorda as 12 tribos de Israel e é símbolo de totalidade. Todos são chamados a libertar-se e enviados a libertar os que se encontram sob qualquer forma de dominação. Jesus escolheu pessoas de profissões e ideologias diferentes. De fato, entre os doze há pescadores e um cobrador de impostos, segmentos sociais até então incompatíveis entre si. Pelo menos um dos discípulos de Jesus é zelote, partidário de movimento revolucionário armado. Além disso, entre eles está Judas Iscariotes, o traidor de Jesus. Os doze, portanto, indicam que todos são convocados à causa da libertação do povo assumida por Jesus. Mas não basta a boa vontade, pois Judas Iscariotes, mediante a traição contra Jesus, tentou entregar a causa da libertação nas mãos dos que mantinham a sociedade discriminadora e opressora.

Jesus indica aos discípulos as prioridades da missão: “Não tomem o caminho dos pagãos e não entrem nas cidades dos samaritanos! Vão antes às ovelhas perdidas da casa de Israel!” (vv. 5-6). A prioridade é para as ovelhas perdidas, ou seja, recordando novamente Nm 27,17: pôr-se a serviço dos que foram roubados de sua liberdade e dignidade e se encontram submetidos a sistemas que geram dependência, escravidão e morte.

d. *Na gratuidade que traz o Reino para dentro da nossa história* (vv. 7-8)

Os discípulos são anunciadores da proximidade do Reino que adquiriu corpo na pessoa de Jesus: “Vão e anunciem: O reino do céu está próximo” (v. 7). O Reino se exprime em relações de fraternidade, justiça e gratuidade. Os seguidores de Jesus receberam gratuitamente o Reino (v. 8). Anunciá-lo é entrar na esfera da gratuidade que gera novo tipo de relações, tendo em vista uma sociedade e um mundo conformes ao projeto de Deus.

3. II leitura (Rm 5,6-11): Cristo morreu por nós quando ainda éramos pecadores

Paulo afirma que a humanidade não pode se salvar por própria conta. Mas Deus salva a humanidade, isto é, justifica-a, concedendo-lhe a anistia sob esta condição: que ela creia em Jesus Cristo, que tornou conhecido o projeto do Pai. Crer é aceitar Jesus e comprometer-se com ele.

A morte e ressurreição de Jesus são a anistia que Deus concedeu à humanidade: “Agora que fomos justificados por Deus por meio da fé, estamos em paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo” (5,1). Jesus restabeleceu a aliança entre Deus e seu povo, não por causa dos méritos das pessoas, mas por ação do Deus fiel. De fato – pensa Paulo –, se nós fôssemos justos, não precisaríamos de alguém que morresse por nós; se fôssemos pessoas de bem, talvez. Fato é que Cristo morreu por nós quando ainda éramos sem força, injustos, pecadores e inimigos de Deus (vv. 6-8.10), e isso só ressalta a força da graça de Deus: “Nós nos orgulhamos de Deus por meio de nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora recebemos a reconciliação” (v. 11). Esse dado anima a esperança dos cristãos em meio aos conflitos, na certeza de alcançar a glória de Deus. Os discípulos de Jesus caminham da fé para a esperança na salvação definitiva, apesar de não terem superado ainda todas as alienações, das quais a morte é a expressão última. Caminham sob o impulso do amor desinteressado de Deus (v. 8) com o compromisso de serem gratos e ao mesmo tempo gratuitos nas suas relações.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Diante de nossos olhos estão multidões cansadas e abatidas como ovelhas sem pastor. O clamor delas é o apelo que Deus faz às pessoas de boa vontade para que se comprometam com a libertação de todos os que foram alienados da saúde, moradia, terra, educação; em síntese, de todos os despossuídos privados de cidadania. A iniciativa de Deus, o aliado dos oprimidos (I e II leituras), é o ponto de partida para que, juntos, possamos construir uma sociedade nova, baseada na verdade, fraternidade e gratuidade. O que nossas comunidades têm feito como gestos de compaixão, particularmente diante do desemprego? O que significa, para os discípulos de Jesus, ter o mesmo poder que ele teve

de expulsar os espíritos maus e de curar todo tipo de doença e enfermidade do povo? Quais são os gestos de nossas comunidades a mostrar que está próxima uma colheita abundante de justiça e verdade?

12º DOMINGO COMUM (22 de junho)

PERSEGUIÇÃO E MARTÍRIO
POR CAUSA DO REINO

I. INTRODUÇÃO GERAL

É possível ser Igreja de Cristo sem passar pela perseguição e martírio? O testemunho dos profetas, a palavra de Jesus, a práxis dos primeiros cristãos dizem que não é possível. A ordem de Jesus é resistir e testemunhar corajosamente. “O povo não cede diante das mortes, não se amedronta. Ele está lutando em defesa da vida. E sua luta está minando o poder dos grandes. Eles têm que enganar o povo, para ver se conquistam a legitimidade.”

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. 1ª leitura (Jr 20,10-13): A força do profeta perseguido

A situação vivida por Jeremias não tem comparação com a dos demais profetas por sua dramaticidade. Foi o profeta que mais intensamente experimentou a rejeição e perseguição. Foi chamado a profetizar num período particularmente crítico, às vésperas da ruína do reino de Judá, no século VI a.C. Caçado por seus perseguidores, preso, maltratado, sua tarefa consistia em “arrancar e destruir, exterminar e demolir, construir e plantar” (1,10), e isso contra sua própria gente, seus conterrâneos.

Sua mensagem demolidora contra as instituições do tempo provoca-lhe uma série de ameaças, calúnias, processos e perseguição. Seu estado de ânimo transparece muito bem nas *confissões* que o livro relata. O texto de hoje faz parte da última *confissão* de Jeremias (20,7-18), a mais forte de todas. Nela o profeta acusa Deus de tê-lo *seduzido e dominado* (a expressão é muito forte, pois faz menção à violência sexual do homem em relação à jovem prometida em casamento; cf. Dt 22,23-39) e amaldiçoa o dia em que nasceu, desejando ter sido abortado (vv. 17-18).

Jeremias anuncia “o terror de todos os lados”, que culminaria na deportação e exílio na Babilônia. Seus adversários, já não suportando o refrão, retribuem na mesma moeda, acusando-o de terrorista, e, aos cochichos, tramam denúncias (v. 10a). Até os amigos do profeta foram subornados e procuram armar-lhe ciladas para ver se se deixa seduzir, se cai na armadilha, a fim de se desferrarem dele (v. 10b). Jeremias está com seu espaço vital minado. Não se sabe exatamente em que consistiam essas ciladas. Mas, pela confiança que ele deposita em Deus – e pela forma como exprime essa confiança –, podemos captar a ação dos inimigos do profeta: fazem-lhe violência física para eliminá-lo (atentados, emboscadas) e procuram arrastá-lo ao tribunal para, mediante falsas acusações, condená-lo à morte.

De fato, a confiança do profeta perseguido repousa em Javé, que o protege, “como valente guerreiro” (v. 11a), da violência física. Javé é o guarda-costas do profeta. Examinando o justo, sondando-lhe os rins e o coração (v. 12a), Javé desmascara as falsas acusações contra Jeremias. Javé, portanto, é guarda-costas e advogado de defesa do profeta. A solidariedade de Javé é fundamental para salvaguardar a vida do profeta: os perseguidores tropeçam em suas armadilhas, são cobertos de vergonha porque nada conseguiram (vv. 11b) e estão sob a ira de Deus (v. 12b).

O desabafo de Jeremias tranqüiliza-lhe o espírito. Seu gesto é uma espécie de *rito de execração*, muito conhecido no mundo bíblico. O efeito desse desabafo é serenar o ânimo em meio aos conflitos, para refazer as energias. Mais ainda: não somente faz com o profeta descarregue a tensão, mas mergulha-o na certeza de que sua luta é autêntica, pois Deus, por meio dele, já salvou a vida do pobre das mãos dos malvados (v. 13). Isso não quer dizer que o conflito teria sido eliminado; pelo contrário, existe com toda a violência de que é capaz. Todavia, o profeta perseguido já vive na certeza da libertação: Deus já salvou! Sua luta não é estéril: Deus é o guarda-costas e o juiz!

2. Evangelho (Mt 10,26-33): Não tenham medo da perseguição

O Evangelho de Mateus nasceu de uma comunidade que já havia experimentado a violência da perseguição por causa de Jesus. Para os primeiros cristãos, a perseguição entrava na

lógica do anúncio evangélico: aconteceu assim com Jesus; assim acontecerá com os que lhe forem fiéis. A práxis apostólica o demonstra (cf. At 14,22; 1Ts 1,6-7). Contudo, os cristãos se perguntavam: não existe outra forma de viver o evangelho sem passar pela perseguição? Até que ponto o testemunho cristão tem de passar necessariamente pela rejeição, enfrentando a violência? Como se posicionar diante da morte violenta? Onde está Deus nessa situação?

Essas perguntas estão por trás do capítulo 10 de Mateus – ao qual nosso texto pertence –, que trata da missão da comunidade cristã diante dos conflitos e perseguições por causa do testemunho. Os colaboradores para a justiça do Reino enfrentam as mesmas rejeições enfrentadas pelo Mestre da Justiça. Os vv. 26-33 – que antes eram afirmações isoladas de Jesus – foram aqui reunidos por Mateus, a fim de responder às perguntas e ansiedades da comunidade cristã.

a. *Não tenham medo, mas anunciem!* (vv. 26-27)

A expressão “Não tenham medo” aparece três vezes no texto (vv. 26.28.31). É, portanto, uma espécie de refrão, marcando com força a idéia de que é preciso ter coragem. O v. 28 mostra a quem a comunidade deve temer. Mas *temer* aí significa *obedecer*. Sabemos de que medo se trata: é o medo das conseqüências que a prática de Jesus suscita: hostilidades, perseguições, sentenças sumárias e morte. Esse medo tinha levado alguns da comunidade a buscar uma forma alternativa de testemunho, contornando os conflitos e perseguições e dando à religião um caráter intimista, de sacristia. Jesus garante que não deve ser assim; pelo contrário, “o que está encoberto será descoberto, e o que está escondido será revelado” (v. 26). Em outras palavras, aquelas intuições nascidas da prática de Jesus precisam ser levadas às últimas conseqüências, sem fugir delas. Essas intuições desmascaram os sistemas encobertos que promovem a morte. A luta pela justiça do Reino esbarra na resistência dos que não querem mudanças sociais. Foi assim com Jesus. Por que não o será com os discípulos dele?

A afirmação de Jesus, portanto, tem dois aspectos. O primeiro diz respeito à coerência da comunidade em relação ao projeto de Deus. Jesus queria dizer aos cristãos: “Vocês não devem aspirar a um destino menos doloroso que o do Mestre de vocês” (cf. vv. 24-25). O segundo as-

pecto diz respeito às conseqüências do testemunho corajoso: é a acusação dos que continuam eliminando vidas humanas. Seus projetos, encobertos e escondidos, são postos às claras pela comunidade cristã. Esta, com sua prática, mostra quem está a favor e quem está contra Jesus. O testemunho não deve amedrontar ninguém, mas deve ser feito de forma clara como a luz do dia e proclamado bem alto (v. 27).

b. *A quem obedecer?* (v. 28)

Jesus continua dizendo que o martírio não é algo accidental, mas pertence à lógica do anúncio libertador. O versículo fala da morte do corpo e da morte da alma, como se o corpo fosse de menor importância em relação ao espírito. O versículo afirma que só Deus tem o poder de decidir o destino da pessoa em sua totalidade (corpo e alma), ao passo que os outros não têm esse poder, mesmo quando se julgam donos da vida alheia e a matam para defender interesses. Portanto, diz Jesus, o único ao qual devemos *temer*, isto é, *obedecer*, é Deus. E a ordem dele é anunciar corajosamente.

c. *Deus está presente até na morte* (vv. 29-31)

Os poderosos podem se considerar donos de vidas humanas, estipular quanto elas valem, mas o único verdadeiro dono da vida, incluindo a vida aparentemente insignificante dos pardais, é somente Deus (v. 29). Em outras palavras, Jesus diz: “Nenhum pardal morre (= cai no chão) sem que Deus esteja presente nessa morte, sem que ele o consinta. Ora, se assim acontece com os pardais, muito mais com vocês! A morte de vocês tem sentido para Deus. Ele está presente, pois está presente até nos mínimos acontecimentos da vida de vocês”. Note-se a menção aos cabelos da cabeça, coisa sem importância, cujo número, ignorado pelas pessoas, não passa despercebido por Deus. A comparação com os pardais (v. 31) é emblemática: será que Deus não vai se preocupar muito mais com a vida de seus mártires? (cf. Lc 12,24).

d. *Vencendo o medo e a morte* (vv. 32-33)

Declarar-se a favor de Jesus é superar o medo e enfrentar até mesmo a morte. O contexto desses versículos recorda os processos contra os cristãos nos tribunais. Para os primeiros cristãos, o martírio era o momento solene em que podiam proclamar, antes de serem executados, qual a

razão que animava suas vidas. Por causa dessa razão, perdiam suas vidas, sem que ninguém os defendesse. Contudo, o contexto desses versículos recorda outro processo, diante de Deus. Aí, os que confessam Jesus o terão por advogado diante do Pai. O cristão que se declara solidário com Jesus e seu projeto já tem Jesus a seu favor, declarando-se solidário com quem o confessa.

Segundo esses versículos, portanto, podemos entender qual o sentido da morte para o cristão. Ela tem sentido como solidariedade com Jesus e seu projeto. E tal solidariedade é imediatamente envolvida pela solidariedade de Jesus, o vencedor da morte e comunicador da vida. Essa certeza capacita o cristão para o testemunho de Jesus. Resta, contudo, um desafio: aceitar a proposta, com suas conseqüências, ou rejeitá-la. Ser ou não ser solidário com Jesus. Ser ou não ser cristão!

3. II leitura (Rm 5,12-15): Por meio de Jesus, passamos da morte à vida

Na carta aos Romanos, Paulo “mostra que só Deus pode salvar e que ele salva não apenas os judeus, mas toda a humanidade destruída pelo pecado. E Deus salva através de Jesus Cristo. Ora, para que a humanidade seja salva, Deus lhe dá uma anistia geral, sob uma condição: que o homem acredite em Jesus Cristo, manifestação suprema do amor de Deus aos homens, e se torne discípulo dele. A seguir, o Espírito age dentro do homem, assim anistiado, e constrói nele uma vida nova, que destrói o pecado. Solidarizando-se com Jesus Cristo, princípio da nova humanidade (novo Adão), a humanidade pode recomeçar seu caminho e salvar-se” (*Bíblia Sagrada – Edição Pastoral*, Paulus, São Paulo, p. 1.440).

No texto de hoje, Paulo põe em contraste duas figuras, que representam duas opções de vida diferentes, com conseqüências contrastantes. Essas figuras são Adão e Jesus Cristo. Adão, o homem velho, mediante o qual o pecado entrou no mundo, trazendo como conseqüência a morte, contrasta com Jesus Cristo, o homem novo, mediante o qual a graça de Deus se torna presente no mundo, trazendo como conseqüência a vida em plenitude.

A humanidade inteira é solidária a Adão, no sentido de que todos pecam, sem poder se salvar por conta própria. Mais ainda: cada um de nós é Adão.

Solidário conosco por causa de nossa incapacidade de salvar-nos, Jesus, com sua morte e ressurreição, rompeu o círculo fechado do pecado, salvando-nos por sua misericórdia e poder. O contraste entre Adão e Jesus Cristo, entre pecado e graça, entre vida e morte, é evidente. A resposta do ser humano, portanto, é aceitar a oferta graciosa que Deus nos faz em Jesus Cristo, a fim de nele ser criatura nova, marcada pela graça de Deus, possuidora da vida divina.

A misericórdia de Deus se manifesta no fato de quebrar o círculo vicioso do pecado, que gera sempre novas mortes, para introduzir a humanidade na esfera da graça e da vida. É assim que Paulo sintetiza o projeto de Deus realizado em Cristo Jesus. Portanto, entrar nesse clima de vida como dom gratuito de Deus é tornar-se defensor e promotor da vida em todas as suas manifestações. Pois a graça de Deus desemboca no compromisso do cristão com Cristo. Ele foi solidário com a humanidade, proporcionando-lhe vida plena. Saberemos nós retribuir com vida a essa solidariedade?

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

- Os textos de hoje, particularmente a primeira leitura e o evangelho, falam-nos da *perseguição e martírio* por causa do projeto de Deus. Por isso, devemos nos perguntar: é autêntica a Igreja que não sofre nenhum tipo de rejeição e perseguição, sobretudo num país tão desigual como o nosso? Não estaria ela fazendo o jogo dos poderosos? Qual é sua postura diante dos graves problemas que tocam a vida das pessoas, sobretudo o desemprego?

- Em Cristo fomos introduzidos na esfera da graça e da vida de Deus. Como fazer para tornar-nos defensores e promotores da vida numa sociedade como a nossa?

S. PEDRO E S. PAULO (29 de junho)

(Obs.: dia 28 de junho, abertura do Ano Paulino)

RECONHECER E TESTEMUNHAR
QUE JESUS É O MESSIAS

I. INTRODUÇÃO GERAL

Pedro e Paulo são considerados “colunas da Igreja”: Pedro recorda mais a instituição; Paulo,

o carisma e a pastoral. Exerceram atividades diferentes, em campos diferentes. Desentenderam-se também. Apesar de divergirem nos pontos de vista e na visão do mundo, o amor de Cristo e a força do testemunho os uniram na vida e no martírio. Em ambos, quer na vida, quer no martírio, prolongam-se a vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo. Conheceram e experimentaram Cristo de formas diferentes. Mas é único e idêntico o testemunho que deram de Jesus. Por isso são figuras típicas do cristão, com suas fraquezas e forças. Fortes no anúncio, foram corajosos até o fim no testemunho de Jesus.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. Evangelho (Mt 16,13-19): A missão de quem reconhece Jesus

O texto de hoje pertence a uma seção maior, que provavelmente se prolonga até o v. 28. É dentro desse contexto que Pedro recebe a revelação de que Jesus é o Messias. Contudo, o que Pedro vê em Jesus não é fruto de especulação, pois Jesus é o Messias plenamente humano, a ponto de enfrentar a morte. Pedro, pedra sobre a qual Jesus edificará a sua Igreja, torna-se pedra de tropeço (Satanás), porque não pensa as coisas de Deus; ao contrário, está agarrado à mentalidade da sociedade estabelecida, que espera um Messias glorioso e poderoso e, por isso mesmo, rejeitará Jesus, levando-o à morte (vv. 21-23). A seguir, Jesus mostra as conseqüências para quem reconhece que ele é o Messias (vv. 24-28). Em síntese, o reconhecimento de Jesus-Messias conduz ao testemunho e à cruz. O processo de Pedro é um processo de conversão que o leva a identificar sua vida com a do Mestre. O grande desafio é este: deixar de querer um Messias feito à nossa imagem e semelhança para nos tornarmos discípulos à imagem e semelhança de Jesus, Messias-servo (veja I leitura).

a. Quem é Jesus? (vv. 13-16)

Jesus e os discípulos estão no território de Cesaréia de Filipe, região habitada por pagãos. Ela recorda o início da atividade de Jesus e seu objetivo primeiro (cf. 4,12-17). Jesus leva seus discípulos para longe de Jerusalém, o centro do poder político, econômico e ideológico. Cesaréia de Filipe é uma espécie de “periferia” e terra que espera um anúncio qualificado acerca de quem é Jesus. É a partir dessa realidade, longe da influên-

cia ideológica do centro, que os discípulos são estimulados a dar uma resposta plena sobre *quem é Jesus*. Grave pergunta: será que nós poderemos dizer plenamente quem é Jesus se estivermos comprometidos com os centros de poder?

O episódio tem dois momentos. No primeiro, Jesus pergunta aos discípulos o que as pessoas dizem a respeito dele (v. 13). A resposta revela a diversidade de opiniões, todas insuficientes para responder à pergunta: “Quem é Jesus?” Ele é visto como simples precursor dos tempos messiânicos. Percebe-se que circula na sociedade uma imagem distorcida de Jesus, exatamente por causa de sua humanidade. Ele se apresenta como “Filho do Homem”, título que o situa no chão da vida de todos os mortais: ele é carne e osso como qualquer de nós. E justamente por isso é que começam as distorções: “Alguns dizem que é João Batista; outros, que é Elias; outros, ainda, que é Jeremias, ou algum dos profetas” (v. 14). De acordo com essas opiniões – certamente importantes –, Jesus não ultrapassa a barreira do velho, pois está simplesmente inserido na tradição profética.

No segundo momento, Jesus interpela diretamente os discípulos que haviam visto sua luta para implantar a justiça do Reino: “Para vocês, quem sou eu?” (v. 15). A resposta de Pedro mostra quem é Jesus: o Messias (Cristo), o Filho do Deus vivo (v. 16). Essa resposta é um dos pontos altos do Evangelho de Mateus, cuja preocupação é apresentar Jesus como o Emanuel (= Deus conosco) e o Salvador (Jesus = Deus salva; cf. 1,25). Jesus é a realização das expectativas messiânicas, o portador da justiça que cria sociedade e história novas. Ele supera, portanto, a barreira do velho e introduz a novidade.

b. A comunidade nasce do reconhecimento de quem é Jesus (vv. 17-18)

Reconhecer Jesus desse modo é ser bem-aventurado, porque assim o cristão mergulha no projeto de Deus realizado em Jesus (v. 17). Ninguém chega a entender “quem é Jesus” a não ser mediante o compromisso com suas propostas (a justiça do Reino), que são as mesmas do Pai.

O reconhecimento de Jesus não é fruto de especulação ou de teorias sobre ele, e sim de vivência do seu projeto (prática da justiça). É com pessoas que o confessam, como Pedro, que nasce a comunidade (v. 18a). Essa confissão é forte

como a rocha. No entanto, não é fácil confessar. Jesus mostra que a comunidade cresce e adquire corpo em meio aos conflitos (as portas do inferno ou “o poder da morte”), nos quais forças hostis procuram derrubar o projeto de Deus.

Jesus confia grande responsabilidade de liderança a quem o confessa por Messias. Qual é a função dessa liderança? Em primeiro lugar, conservar, em meio aos conflitos decorrentes da prática da justiça, a firme convicção de que o projeto de Deus vai triunfar (o poder da morte – a injustiça – não vai vencer). A primeira função do líder é, pois, manter de pé a esperança da comunidade em torno da justiça que inaugura o Reino. E isso, evidentemente, não se faz só com palavras. Em segundo lugar, mediante o contínuo processo de conversão-confissão, testemunhar que a salvação e a vida provêm de Deus. O aspecto da conversão está bem demonstrado nos vv. 21-23, em que Jesus mostra como realiza seu messianismo, por meio do sofrimento, da rejeição e da morte, ou seja, enfrentando o centro do poder que mantém a injustiça causadora da morte do povo; e Pedro, antes pedra de edificação, torna-se Satanás, pois propõe um messianismo alternativo, já rejeitado por Jesus no episódio das tentações (cf. 4,1-11, especialmente os vv. 5-6). A conversão de Pedro (e dos cristãos) consiste na conversão ao Cristo que sofre, é rejeitado e morre por causa de sua luta pela justiça do Reino. Confessar é aderir a ele, com todas as conseqüências que o testemunho acarreta. Simão Pedro – e com ele a maioria das pessoas – gostaria que Jesus fosse do jeito que ele quer. O Mestre não é do jeito que nós imaginamos. Mais ainda, pelo fato de ser o Mestre, quer que nós sejamos do jeito que ele é.

c. *O projeto de Deus continua na comunidade* (v. 19)

Jesus realiza o projeto de Deus (é o Messias) num contexto de conflitos e violência, passando pela morte e vencendo-a. Seu messianismo é uma luta constante em favor da justiça do Reino e contra as injustiças que promovem a morte. E o cristianismo, o que é? É o prolongamento da ação de Cristo que promove a justiça e a torna possível. O poder de Jesus é um poder que comunica vida. Sua prática o demonstra. Seu nome o comprova. Ora, ele quer como seus colaboradores aqueles que estão dispostos a

confessá-lo, pois com base nesse testemunho é que nasce a comunidade de Cristo (“construirei a minha Igreja”). Jesus faz suas testemunhas participarem do seu poder de vida (“darei as chaves do reino do céu”).

Os projetos de morte têm poder, mas é um poder relativo. A comunidade de testemunhas do Cristo, por seu lado, também possui poder, que é o mesmo do Cristo. Quando o testemunho cristão é pleno, é o próprio Jesus quem age na comunidade, permitindo-lhe ligar e desligar. Contudo, a comunidade não é proprietária do poder de Jesus. É ele quem construirá e dará do que é seu. A comunidade administra esse poder mediante o testemunho que ela vive e anuncia. Assim agindo, demonstra quem é a favor e quem é contra Jesus.

O texto fala de Pedro e de sua liderança na comunidade. Qual é a função dessa liderança? É ser o ponto de união da comunidade que Cristo edificou com sua vida, morte e ressurreição. É organizá-la para que seja a continuadora do projeto de Deus. É ser alguém que – à luz da prática do Mestre – leva a comunidade ao discernimento e à aceitação daquilo que promove a vida e à rejeição de tudo o que patrocina e provoca a morte.

2. I leitura (At 12,1-11): Paixão de Pedro, paixão de Jesus

No evangelho, Jesus havia dito aos discípulos que a comunidade cristã deveria testemunhar o projeto de Deus em meio aos conflitos. E deixara claro que aceitá-lo como Messias significaria enfrentar os conflitos, superando-os. Isso porque é Jesus quem constrói a comunidade dos que crêem e lhe confere o seu próprio poder. No livro dos Atos, encontramos a comunidade cristã que dá testemunho em meio aos conflitos; ela faz ver quem está a favor e quem está contra Jesus e experimenta a solidariedade de Deus, que a liberta de situações difíceis.

Depois do capítulo 12, os Atos praticamente ignoram Pedro. Daí em diante, Lucas se preocupa em mostrar a dinâmica da evangelização na pessoa de Paulo itinerante. O capítulo 12 fala de uma comunidade perseguida pelo poder opressor de Herodes Agripa I, que fere de morte os líderes cristãos (vv. 1-2). Herodes mata por jogo de interesses políticos (v. 3a). Nesse clima de perseguição, Pedro é posto na cadeia pela tercei-

ra vez. A intenção de Herodes é apresentá-lo ao povo após a festa da Páscoa. O povo certamente teria pedido a morte de Pedro, e Herodes, ao “ceder democraticamente”, teria descarregado a culpa na “democracia” do povo, saindo-se ileso e fortalecido na sua posição política.

No plano de Lucas, o episódio pode ser chamado “a páscoa de Pedro”, à semelhança de Lc 22-24, “a páscoa de Jesus”. Com Pedro está acontecendo, segundo Lucas, o mesmo que aconteceu com Jesus. Há, até, coincidência de datas: a referência à festa dos pães sem fermento (v. 3; cf. Lc 22,1). Assim como o Pai libertou Jesus da morte, o anjo do Senhor liberta Pedro da prisão. O aparato repressivo de Herodes (dezesesseis soldados vigiando, Pedro amarrado com duas correntes, dois soldados amarrados às correntes de Pedro) ressalta, por um lado, o medo da sociedade estabelecida diante de quem luta pela justiça e, por outro lado, a intervenção maravilhosa de Deus, que imobiliza e rompe as cadeias do poder opressor de modo inesperado. O próprio fato de Pedro achar que tudo não passa de uma visão põe em primeiro plano a perfeita solidariedade de Deus para com seus fiéis.

A única forma de resistência da comunidade perseguida era a oração fervorosa que subia constantemente a Deus (v. 5) e a confiança de que ele não abandona os que lhe são fiéis. Deus é aquele que liberta continuamente a comunidade dos seus seguidores. Da mesma forma como libertou Jesus da morte, assim também conduzirá a comunidade através dos conflitos, a fim de que, libertada, possa continuar anunciando o projeto de Deus. A comunidade, por sua vez, vivendo sua missão em meio aos conflitos, reproduz em sua vida a paixão e a páscoa de Jesus, que é uma “paixão” por um mundo novo e libertado.

3. II leitura (2Tm 4,6-8.17-18): Paixão de Paulo, paixão de Jesus

O trecho pertence àquilo que costumamos chamar de “testamento de Paulo”. Ele está acorrentado, prestes a morrer. E aproveita para fazer uma revisão de sua vida, olhando para o passado e para o futuro. Para ele, tudo é graça de Deus. Chegou o momento de dar o grande testemunho. Seu sangue derramado, ele o interpreta como sacrifício de valor expiatório: “já fui oferecido em libação” (v. 6a). A libação de vinho, água ou óleo era, nos sacrifícios judaicos, derramada

sobre a vítima (Ex 29,40; Nm 28,7). O sangue que Paulo vai derramar fará aumentar e incrementar a evangelização. A partida do apóstolo é descrita como dissolução, ou seja, soltar as velas, permitindo ao barco partir. A morte não é o fim, mas o início da nova viagem. É o último gesto de auto-entrega, a porta de entrada para a meta definitiva. Qual é a meta dessa viagem? Logo adiante Paulo o declarará: “O Senhor... me levará para o seu reino eterno” (4,18b).

Olhando para o passado, Paulo tem consciência de ter cumprido sua missão de forma exemplar, com garra e constância. Toma como exemplo o soldado que lutou com risco e seriedade: “combati o bom combate”, e o atleta que corre no estádio: “terminei a minha corrida”. Mas o fundamental para ele é ter corrido em proveito da evangelização, conservando a fé (v. 7).

Olhando para o futuro, tem esperança de receber a coroa da justiça. Também aqui ele faz uso de linguagem própria das lutas e disputas esportivas daquele tempo. Assim como o atleta vitorioso recebia a coroa da vitória, Paulo receberá a coroa da justiça, que é símbolo da imortalidade, da vitória, da alegria e recompensa que Deus, justo juiz, conferirá a ele e a todos os que esperam e lutam com amor, para que o projeto de Deus seja conhecido e aceito (cf. v. 8).

A seguir, Paulo relata os últimos acontecimentos de sua vida e o que se passou no tribunal. Com ele acontece a mesma coisa que aconteceu com Jesus: “todos me abandonaram” (cf. Mt 26,31). Ele não teve um advogado de defesa. Prisioneiro sem advogado, sem amigos, sem recursos... Contudo, Paulo não se ressentiu disso e pede que “isto não lhes seja levado em conta” (v. 16), como Jesus, em Lucas, pede perdão por aqueles que o torturam e matam (Lc 23,24: “Pai, perdoa-lhes, não sabem o que fazem”). O comparecimento de Paulo diante do tribunal é motivo de testemunho “a fim de que a mensagem fosse proclamada e ouvida por todas as nações” (v. 17b; cf. Lc 21,13). A paixão de Paulo é o prolongamento da paixão de Jesus (cf. Cl 2,14: “Completo, na minha carne, o que falta das tribulações de Cristo”).

O apóstolo não tem mais esperança de viver, embora sua sentença tenha sido retardada por um pouco de tempo (v. 17c). Contudo, sua esperança se fundamenta não numa salvação momentânea, mas na intervenção definitiva de

Deus, que o levará salvo para o seu reino (v. 18a). Abandonado por todos, sua única esperança é Jesus. E isso se torna motivo de profunda alegria, que o leva a render graças e dar glória a Deus enquanto viver (v. 18b).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Pedro e Paulo são figuras típicas para mostrar a fraqueza e a força dos cristãos. Pedro achava que o Messias não devia sofrer e morrer. Na hora difícil, nega-o. Paulo persegue os cristãos sem saber que, perseguidos, eles revivem a paixão do Mestre. As contínuas prisões de Pedro fazem-no prolongar a paixão de Jesus. Não só aceita um Messias que dá a vida, mas morre por ele e com ele. Convertido, Paulo se torna o maior propagador do evangelho de Cristo, sofrendo como ele sofreu, encarando a morte como Jesus a encarou.

Nós, que nos declaramos cristãos, como vivemos o testemunho de Jesus em meio aos conflitos da nossa sociedade? Acreditamos ser responsáveis pela continuação do projeto de Deus? (Lembrar os mártires da caminhada que resistiram ao “poder da morte” e ao “aparato repressor de Herodes”. Seria interessante ler, ao lado da II leitura, o testamento de pessoas que, no dizer de Ap 12,11, “venceram o Dragão pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do testemunho que deram, pois diante da morte desprezaram a própria vida”.)

Conheça os
**INSTITUTOS PAULINOS
DE VIDA SECULAR CONSAGRADA**

- * *Instituto Nossa Senhora da Anunciação* (para jovens do sexo feminino)
- * *Instituto São Gabriel Arcanjo* (para jovens do sexo masculino)
- * *Instituto Santa Família* (para casais)
- * *Instituto Jesus Sacerdote* (para bispos e sacerdotes diocesanos)

Para informações, dirigir-se a:
Institutos Paulinos
Via Raposo Tavares, km 18,5
05576-200 - São Paulo - SP
institutospaulinos@paulinos.org.br

INSTITUTO JESUS SACERDOTE para bispos e sacerdotes diocesanos

Muitos sacerdotes, animados pelo mais vivo desejo de santidade e iluminados sobre as exigências do nosso tempo, pediam ao Padre Alberione para fazerem parte de sua Família Paulina.

O Padre Alberione, “sempre atento em perscrutar os sinais dos tempos, isto é, as formas mais geniais de chegar às almas” (Paulo VI), compreendeu que deveria contentar a esses sacerdotes, acolhendo-lhes o pedido. Deixando, porém, cada um no próprio lugar de ministério, onde Deus os quis, na plena dependência dos bispos. Assim, fundou o Instituto Jesus Sacerdote, por meio do qual todos os Pastores e Mestres de almas que o desejem podem fazer parte da Família Paulina. Não só como amigos e benfeitores, mas como “membros”, isto é, como filhos ativos. Portanto, co-herdeiros das abundantes riquezas de graça e apostolado que Deus dispensou em Jesus Cristo à Família Paulina.

Dizia Paulo VI: “Nosso Padre Alberione deu à Igreja novos instrumentos para se expressar, novos meios para dar vigor e amplitude ao seu apostolado, nova capacidade e consciência da validade e possibilidade de sua missão no mundo moderno e com meios modernos”.

Por isso, os sacerdotes que o desejem podem entrar com plena confiança e segurança no instituto, certos de que encontram aí uma espiritualidade plenamente em consonância com os tempos atuais, a mesma de São Paulo: “Cristo é o meu viver”. É válido auxílio para o ministério, segundo as diretrizes do Concílio: “Procurem todos os filhos da Igreja, em unidade de espírito e intenções, que os instrumentos de comunicação social sejam empregados, sem a menor dilação e com o máximo empenho, nas múltiplas obras de apostolado do nosso tempo” (IM 13).

É esse justamente o carisma próprio da Pia Sociedade de São Paulo.

ANO PAULINO

Anúncio papal do Ano Paulino
Homilia de Bento XVI – p. 3

Libertar Paulo!
Pe. José Bortolini, ssp – p. 6

O apóstolo Paulo e a comunicação
Pe. Valdir José de Castro, ssp – p. 13

Liberdade com responsabilidade: ética
cristã nos escritos de São Paulo
Pe. Darci Luiz Marin, ssp – p. 18

Igreja e internet: para um diálogo entre
cultura e evangelização
Pe. Silvio Sassi, ssp – p. 22

42º Dia mundial das comunicações
sociais 2008
Ir. Helena Corazza, fsp – p. 27

Roteiros homiléticos
Pe. José Bortolini, ssp – p. 33